

II CONFERÊNCIA ANGOLANA DA SOCIEDADE CIVIL



# SOCIEDADE CIVIL ANGOLANA: VEÍCULO DEMOCRÁTICO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

2008/2009

CONSTRUIR UNIDADE NA DIVERSIDADE

**Ficha Técnica**

**Relator e Editor:**  
**Nuno Vidal (CES/FEUC)**

**Execução:**

Grupo de Coordenação da II Conferência Sociedade Civil Angolana  
Luanda, Julho de 2009

**Publicação:**

Edições Firmamento (firmamentoencomendas@gmail.com)

**Depósito Legal:**

00000000

**ISBN:**

978-972-99270-8-9

## II CONFERÊNCIA ANGOLANA DA SOCIEDADE CIVIL 2008/2009

### ÍNDICE

Introdução / Sumário .....	2
1. Pontos Focais da Conferência. ....	5
2. Breve enquadramento histórico do processo da Conferência Angolana da Sociedade Civil. ....	9
3. Metodologia e organização. ....	13
4. Discursos de abertura .....	23
5. Resumo das apresentações dos painéis, das plenárias e dos grupos de trabalho por áreas temáticas. ....	29
5.1. Mecanismos de coordenação das OSC, representatividade e legitimidade; relações com o governo, comunidade internacional e sector privado. ....	30
5.2. Papel da SC no processo de descentralização; resgate de valores culturais facilitadores da participação cívica e política. ....	39
5.3. Acesso a recursos públicos e privados como condicionante da autonomia das OSC; papel do voluntarismo e dos diferentes doadores.....	48
5.4. A actividade económica e os seus impactos ambientais; responsabilidade das empresas, do Estado e o papel da SC. ....	58
5.5. A SC e a política - eleições, políticas públicas e Constituição; VIH SIDA. ....	66
6. Síntese das conclusões / recomendações por temas em análise. ....	79
7. Eleição do novo grupo de coordenação, mandato, nova estrutura de funcionamento e objectivos.....	85
8. Discurso síntese da conferência e discurso de encerramento. ....	87
ANEXOS .....	93
Anexo I - Programa de trabalhos da conferência. ....	94
Anexo II - O processo das conferências provinciais, suas conclusões e recomendações. ....	96
Anexo III - Questionário e diagrama da nova estrutura de coordenação a implementar. ....	105
Anexo IV - Conclusões e recomendações da conferência "Participação Cívica dos Cidadãos no Processo Constituinte". ....	107
Anexo V - Resumo do Relatório Financeiro .....	111



**Na I Conferência constatou-se uma forte debilidade ao nível da articulação e partilha de informação que se vinha reflectindo na falta de tomadas de posição conjuntas, na insuficiente intervenção na vida pública e na fraca capacidade de influenciar os processos políticos de tomada de decisão.**



## INTRODUÇÃO/SUMÁRIO

De 25 a 27 de Novembro de 2008 realizou-se na sala n.º 2 do Palácio dos Congressos, sede da Assembleia Nacional, a II Conferência Angolana da Sociedade Civil, subordinada ao tema geral de “Construir Unidade na Diversidade” e ao sub-tema específico “Sociedade Civil Angolana: veículo democrático de participação pública”. O tema geral é idêntico ao da I Conferência de Novembro de 2007, tendo-se acrescentado um tema específico que reflecte uma das mais prementes discussões da agenda do momento – a necessidade de afirmar a posição central da sociedade civil para a edificação de um sistema democrático, baseado na ampla participação dos cidadãos na vida pública, em todas as suas dimensões.

Angola vive um momento de oportunidade ímpar na sua história. O término da prolongada guerra civil, a consolidação do processo político na base do multipartidarismo, as elevadas taxas de crescimento económico e o reforço institucional, são algumas das mais visíveis facetas deste momento de oportunidade. No processo de transformação que o país vive, onde se pretende aprofundar e consolidar a democracia e alcançar um desenvolvimento económico sustentável, socialmente justo e equilibrado, é fundamental uma sociedade civil forte.

O reforço da sociedade civil passa por um maior conhecimento mútuo dos seus actores, um diálogo mais intenso sobre os desafios, os objectivos e prioridades do desenvolvimento em função dos anseios da população, uma maior capacidade de influenciar políticas públicas e de interacção com as organizações internacionais governamentais e não governamentais a actuarem no país.

É neste âmbito e com este propósito de reforço da Sociedade Civil Angolana que surge o projecto e processo iniciados com a I Conferência, a que esta II Conferência vem dar continuidade.

Na I Conferência constatou-se uma forte debilidade ao nível da articulação e partilha de informação que se vinha reflectindo na falta de tomadas de posição conjuntas, na insuficiente intervenção na vida pública e na fraca capacidade de influenciar os processos políticos de tomada de decisão. Das orientações saídas daquela conferência sobressaiu essencialmente a necessidade de melhorar a coordenação entre as várias organizações da sociedade civil (OSC) angolana para uma maior eficácia a todos os níveis da sua actuação.

Volvido cerca de um ano após a I Conferência, a II Conferência Nacional da Sociedade Civil pretendeu, por um lado, dar voz às mais prementes preocupações das diferentes OSC de todo o país, aprofundando o diálogo no seio da sociedade civil, e por outro lado, dar passos concretos no sentido da objectivação das orientações saídas da I Conferência.

No essencial, procurou-se discutir e avançar com propostas de instrumentos e mecanismos que permitam: 1) uma melhor coordenação e articulação entre as OSC angolanas com vista ao reforço da capacidade de influenciar as políticas públicas; 2) uma melhor interacção com os doadores, as organizações internacionais, governamentais e não governamentais, a actuarem no país.

Neste sentido, a exemplo do que acontecera com a I conferência, iniciou-se um processo preliminar de conferências provinciais que exigiu um enorme esforço de mobilização e empenho por parte das OSC nas diversas províncias do país, face a todos os constrangimentos que enfrentam, numa dinâmica de discussão e participação que deve ser a todos os títulos realçada por constituir um contributo precioso para o desenvolvimento da sociedade civil a nível nacional.



Tendo por base a dinâmica iniciada a nível provincial, a conferência nacional discutiu temas como os mecanismos para melhor coordenação das OSC, o processo de descentralização, o acesso a recursos e a autonomia das OSC, o impacto ambiental do desenvolvimento e a relação entre sociedade civil e política. Reflectiu-se ainda sobre o problema do VIH/Sida por via da exibição e discussão de um documentário angolano sobre o tema.

Tendo a questão dos mecanismos específicos de coordenação e articulação entre OSC percorrido toda a conferência, no último dia foi eleito um novo grupo de coordenação nacional, que ficou encarregue de dar sequência ao processo, numa perspectiva de renovação e reforço da legitimidade a partir de um enraizamento em estruturas de base, considerando um equilíbrio geográfico e temático. Foi igualmente aprovada uma nova estrutura de funcionamento do grupo de coordenação e um mandato com objectivos concretos, para implementação ao longo do ano que se seguirá até à III Conferência.

A Conferência foi pública e contou com a presença de 234 participantes no seu primeiro dia, 144 no segundo e 169 no terceiro, entre delegados eleitos pelas 16 conferências provinciais, convidados dos órgãos da administração do Estado, representantes dos doadores, de Igrejas, e indivíduos interessados em participar.

Os três dias de trabalhos foram pontuados por diversas apresentações culturais voluntárias realizadas por jovens artistas, incluindo a declamação de poemas, a exibição de uma peça de teatro, a interpretação de alguns temas musicais e uma comunicação sobre regras de convivência. Deve-se igualmente realçar que todo o trabalho de preparação, realização e condução da Conferência, foi feito numa base voluntária, inclusive por parte dos palestrantes e moderadores dos diversos painéis.

Por fim, dever-se-á acrescentar que ainda no decorrer da edição deste relatório, a 2 de Abril de 2009, várias organizações da sociedade civil realizaram um evento exclusivamente dedicado ao processo constituinte, tendo produzido um documento com várias recomendações a ser entregue à Assembleia Nacional enquanto contributo



**A II Conferência procurou discutir e avançar com propostas de instrumentos e mecanismos que permitissem: 1) uma melhor coordenação e articulação entre as OSC angolanas com vista ao reforço da capacidade de influenciar as políticas públicas; 2) uma melhor interacção com os doadores, as organizações internacionais, governamentais e não governamentais, a actuarem no país.**



das OSC para a futura constituição, ao abrigo do artigo 9.º, da Lei n.º 2/09 de 6 de Janeiro. Na medida em que se tratou de uma actividade da sociedade civil profundamente relacionada com as discussões e objectivos da conferência angolana e de importância fundamental para a organização política, social e económica do país, o Grupo Coordenador e o editor, em concordância com os organizadores do evento, decidiram incluir em anexo o conjunto daquelas recomendações e conclusões com vista a uma maior divulgação e estímulo à reflexão, discussão e participação.

**O relatório da II Conferência que aqui se apresenta está estruturado em 8 capítulos e 4 anexos.** O **capítulo 1** apresenta os pontos focais da conferência numa perspectiva de análise do relator e editor. O **capítulo 2** faz um breve enquadramento histórico do processo e da dinâmica da conferência angolana da sociedade civil desde a preparação da I conferência até ao presente. O **capítulo 3** trata da questão da metodologia e organização da II conferência, com especial relevância para os objectivos, métodos de trabalho e linhas orientadoras do processo. O **capítulo 4** é dedicado aos discursos inaugurais da conferência, destacando algumas frases e afirmações consideradas mais relevantes nestas intervenções. O **capítulo 5** apresenta um resumo das apresentações dos painéis, das intervenções da plenária e dos resultados dos trabalhos de grupo. O **capítulo 6** faz a síntese das conclusões e recomendações de acordo com as diversas temáticas em análise ao longo de toda a conferência. O **capítulo 7** dá conta da eleição do novo grupo de coordenação e do seu mandato no seio de uma renovada estrutura e objectivos de actuação. O **capítulo 8** e último apresenta o discurso síntese da conferência e o discurso solene de encerramento, destacando as frases e afirmações consideradas mais relevantes para o processo em curso.

O **anexo I** inclui o programa de trabalhos da conferência, o **II** apresenta, por província, as conclusões e recomendações do processo das conferências provinciais. O **anexo III** contém o questionário apresentado aos conferencistas e o diagrama da nova estrutura de coordenação a implementar, aprovado em plenária; o **anexo IV** contempla as conclusões e recomendações saídas da conferência de 2 de Abril de 2009, dedicada à "Participação Cívica dos Cidadãos no Processo Constituinte". O último anexo - **V** - é dedicado ao resumo do relatório financeiro.

1

# PONTOS FOCAIS DA CONFERÊNCIA





**Três grandes temas de fundo, potencialmente polémicos: a representatividade e legitimidade de possíveis estruturas da sociedade civil que facilitem a tomada de posições conjuntas; as relações com as estruturas da administração do Estado; a estratégia e o novo modelo de actuação a seguir pelas OSC.**



## 1. PONTOS FOCAIS DA CONFERÊNCIA

Três grandes temas de fundo, potencialmente polémicos e inter-relacionados, percorreram toda a conferência: a representatividade e legitimidade de possíveis estruturas da sociedade civil que facilitem a tomada de posições conjuntas; as relações com as estruturas da administração do Estado; a estratégia e o novo modelo de actuação a seguir pelas OSC.

A discussão em torno destes três temas de fundo permitiu perceber algumas tendências dominantes.

Em relação ao primeiro tema, constata-se a necessidade e a vontade de uma maior articulação entre as OSC, maior partilha de informação e diálogo, mas a existência de bastantes reservas e receios em relação a estruturas representativas de posições da sociedade civil, pelo menos no curto prazo. Existem vários receios quanto à possibilidade de manipulação de estruturas que açambarquem a representação da sociedade civil e se desliguem das bases e dos associados originais, perdendo legitimidade e tornando-se alvos para uma potencial cooptação pelo poder político. A metodologia de inserir algum gradualismo e mecanismos de segurança neste percurso, parece ser mais consensual e sensata, com vantagem para uma primeira fase de maior articulação e intensificação das relações entre OSC para que se ganhe maior confiança mútua e experiência nos procedimentos deste tipo, ficando a possibilidade de estruturas mais complexas para um futuro possível, a depender do modo como evoluir o processo.

No que respeita ao segundo tema, ressalvadas as reservas/receios quanto às estruturas e mecanismos de representatividade e legitimidade acima referidos, parece sobressair claramente uma vontade de articulação e cooperação das OSC com as estruturas da administração do Estado, tanto a nível central como local, que facilite a contribuição e participação das OSC no processo de reconstrução e desenvolvimento nacional (a todos os níveis). Dever-se-á ter igualmente em atenção a necessidade de manter intransigentes os princípios e a filosofia das OSC e a sua autonomia de actuação, como forma de evitar quaisquer formas de cooptação e desvios ao espírito e missão dos seus respectivos estatutos constitutivos.

Por fim, em relação ao terceiro tema, percebe-se uma vontade de romper com um passado de limitações várias em que, por motivos diversos, algumas OSC de Luanda assumiam um protagonismo e um domínio quase que absolutos no espaço de intervenção da chamada sociedade civil, quer nas relações com as estruturas governamentais centrais, quer nas relações com os doadores.

Desde logo, o processo organizativo da II conferência deixou entender esta vontade de dar mais voz às OSC e OCB (Organizações Comunitárias de Base) activas nos diversos municípios e províncias para além de Luanda. É deste espírito que está imbuída a nova estrutura aprovada pela conferência, que votou o Colégio de Coordenação do Fórum

das Organizações da Sociedade Civil da Província de Benguela para assumir as funções de novo Grupo de Coordenação do processo. De igual modo, saiu reforçada a ideia de processo/dinâmica da conferência, não se limitando ao evento anual que reúne os delegados das conferências provinciais, mas assumindo um carácter de vários e encadeados mecanismos sequenciais e permanentes de discussão e participação alargada, organizados de acordo com critérios geográficos (por província ou grupos de províncias) e temáticos (por temas de especialização), em redes que permitam uma maior densidade de articulações intra-provinciais e inter-provinciais num crescendo para o nível nacional de actuação, desejavelmente também regional e internacional (ver capítulo 6 e anexo n.º III).

Num contexto tradicionalmente marcado pela excessiva centralização administrativa e concentração do poder político em Luanda, consequentemente acompanhado pela concentração das diversas organizações internacionais na capital do país, assim como da maioria dos quadros nacionais, o desafio que se apresenta à afirmação e expansão das OSC e das OCB nas diversas províncias e municípios é enorme. Não obstante, na actual fase da vida do país, torna-se absolutamente imperativa aquela afirmação e expansão, a bem da democracia participativa e do desenvolvimento equilibrado e harmonioso. Da análise das condições estruturais e conjunturais em que se desenvolve a actividade das OSC percebe-se que o desafio que agora se coloca só poderá ser encarado e vencido com o forte apoio de todas as OSC empenhadas no processo, sobretudo aquelas que mais experiência têm, começando por apoiar activamente o novo Grupo de Coordenação de Benguela na implementação e estímulo da nova filosofia de actuação.

Das discussões ocorridas ao longo da conferência emergiram quatro grandes áreas de acção que a curto/médio prazo exigem uma resposta articulada e empenhada da sociedade civil, nomeadamente o processo constituinte tendo em vista a futura Constituição, o processo de descentralização, o/s processo/s eleitorais (eleições presidenciais e locais) e o acompanhamento e monitorização do Orçamento Geral do Estado.

Em relação às ONG internacionais e à comunidade doadora em geral, a percepção é a de que terão um papel importante a desempenhar se efectivamente respeitarem que o processo, a estratégia e os objectivos a alcançar pela dinâmica da conferência são da inteira e incondicional responsabilidade das OSC nacionais envolvidas (de acordo com regras de decisão democráticas no seio da sociedade civil), desde a concepção à implementação. A existência de agendas com interesses prioritários próprios, nem sempre explícitos, por parte de algumas ONG internacionais e da comunidade doadora, poderá representar uma forma de condicionalismo, deturpador de um processo salutar que conduza efectivamente ao desenvolvimento da sociedade civil nacional de acordo com as suas necessidades e parâmetros de contributo para o desenvolvimento do país. Nesta matéria, é importante reter que nem sempre a posição das ONG internacionais e da comunidade doadora emergem de forma clara e assumida.



“

**(...) quatro grandes áreas de acção que a curto/médio prazo exigem uma resposta articulada e empenhada da sociedade civil, nomeadamente o processo constituinte tendo em vista a futura Constituição, o processo de descentralização, o/s processo/s eleitorais (eleições presidenciais e locais) e o Orçamento Geral do Estado.**

”



**Percebe-se a necessidade e a vontade de acabar com os vícios do passado, de estruturas sem legitimidade, transparência ou abrangência, de conclaves restritos de opiniões e análises dadas em círculos fechados, elitistas, marcados por muitas ingerências externas.**



Esta conferência demonstrou um esforço em termos de transparência, abertura e estímulo à participação, procurando fundar novos mecanismos para estruturar uma acção alargada e abrangente da sociedade civil. Percebe-se a necessidade e a vontade de acabar com os vícios do passado, de estruturas sem legitimidade, transparência ou abrangência, de conclaves restritos de opiniões e análises dadas em círculos fechados, elitistas, marcados por muitas ingerências externas.

No actual estágio de desenvolvimento da sociedade civil angolana, o esforço desenvolvido para levar a cabo um processo de conferências provinciais com eleição de delegados à conferência nacional e as plenárias com processos totalmente baseados em discussões abertas e sujeitas a votação geral, constituem vitórias iniciais para uma nova era que se pretende para a sociedade civil. O âmbito, objectivos e metodologia do processo/dinâmica da conferência nacional, nos moldes agora aprovados, poderão representar um passo importante no sentido desta ruptura com o passado. Para tal será necessário garantir, a todos os níveis e ao longo do percurso, princípios de honestidade intelectual e de procedimentos democráticos, transparentes, participativos, inclusivos, abrangentes e alargados à totalidade do território nacional. A inexistência destas garantias levará ao fracasso da nova dinâmica e da capacidade da sociedade civil se constituir num dos pilares essenciais à democracia.

2

**BREVE ENQUADRAMENTO  
HISTÓRICO DO PROCESSO  
E DA DINÂMICA DA CONFERÊNCIA  
ANGOLANA DA SOCIEDADE CIVIL**





**Durante o segundo trimestre de 2008 o Grupo de Coordenação foi alargado para incluir novos membros numa liderança rotativa e estender a sua acção às províncias, integrando não só ONGs, mas também Organizações Comunitárias de Base (OCB), Sindicatos, Organizações baseadas na fé, associações, etc.**



## **2. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO PROCESSO E DA DINÂMICA DA CONFERÊNCIA ANGOLANA DA SOCIEDADE CIVIL**

O projecto da Conferência Angolana da Sociedade Civil emerge em 2007 gerado no seio de várias organizações e activistas da sociedade civil que o conceberam como resposta à necessidade de promover o diálogo e a troca de experiências entre as diversas OSC, assim como contribuir para o aprofundamento da coordenação e diálogo entre estas e as instituições do Estado, doadores e demais actores sociais.

Os activistas da iniciativa consideraram na altura que o FONGA (Fórum das ONG Angolanas) deveria ser o promotor deste processo e é neste sentido que a I Conferência surge como uma organização daquele Fórum, tendo decorrido nos dias 6, 7 e 8 de Novembro de 2007 no auditório da Universidade Católica de Angola em Luanda, sob o lema de “Construindo Unidade na Diversidade”.

No decorrer do período de preparação da I Conferência realizaram-se encontros de OSC em 17 províncias (todas excepto o Kwanza-Norte), tendo reunido representantes de ONG, associações, sindicatos, igrejas e instituições públicas da administração do Estado. Nestes encontros apuraram-se as preocupações e necessidades das províncias e elegeram-se os delegados provinciais que deveriam participar na Conferência Nacional. Dos contributos saídos dos encontros provinciais destaca-se “o papel e funcionamento autónomo das OSC perante outros sectores (privado e estatal)”, “a diversidade das suas formas organizativas e temáticas” e “as formas de acção e expressão colectiva dos cidadãos em relação às políticas públicas”. Estes assuntos foram incorporados na agenda, debates e grupos de trabalho da conferência nacional que reuniu cerca de 150 participantes, entre delegados provinciais, quadros de várias organizações internacionais e nacionais, representantes do Estado (governo central e estruturas locais) e representantes dos doadores internacionais<sup>1</sup>.

Terminada a I conferência a 8 de Novembro de 2007, seguiu-se uma fase de avaliação do processo de preparação ainda nesse mesmo mês de Novembro, que culminou com uma proposta para o FONGA liderar e utilizar vários encontros de restituição para reavaliação do seu papel e reestruturação. Elaborou-se um plano de acção pós-conferência (relatórios, constituição do novo grupo de coordenação, encontros provinciais de restituição, preparação da nova conferência e encontro com doadores) a ser conduzido pelo FONGA. No entanto, esta liderança do FONGA começa a ser questionada e criticada no seio do alargado Grupo de Coordenação (que junta várias OSC), devido à incapacidade do Fórum em preparar a II Conferência, culminando na retirada do FONGA de todo o processo em Março de 2008.

Durante o segundo trimestre de 2008 o Grupo de Coordenação será alargado para incluir novos membros numa liderança rotativa e estender a sua acção às províncias, integrando não só ONGs, mas também Organizações Comunitárias de Base (OCB), Sindicatos, Organizações baseadas na fé, associações, etc.

<sup>1</sup> Para informações mais detalhadas consultar Relatório da Conferência da Sociedade Civil 2007 (Luanda: FONGA, 2008).

A estratégia de preparação da II Conferência Angolana da sociedade civil vai então basear-se essencialmente em três vectores: 1) estímulo à aproximação entre OSC para constituição dos grupos coordenadores provinciais (incluindo ONGs, Igrejas e suas estruturas sociais, sindicatos, associações profissionais, comunitárias, etc.); 2) criar mecanismos facilitadores de partilha de informação e articulação sobre o processo (e.g. processos de auscultação, debates e página web [www.confangsoccivil.org/forum](http://www.confangsoccivil.org/forum)); 3) fomentar o diálogo com as estruturas de governação e administração do Estado (central, provincial e local), sensibilizando-as para a importância da conferência nacional; 4) contrabalançar o facto de a conferência ser realizada em Luanda com um forte estímulo ao envolvimento, participação e protagonismo das OSC provinciais e pessoas dos municípios, não só durante a preparação e realização das respectivas conferências provinciais, mas igualmente aquando da conferência nacional.



É então colocado em marcha o processo de preparação das diversas conferências provinciais preliminares e da II conferência nacional, com vários passos concretos ao nível da distribuição de responsabilidades, estabelecimento de estruturas facilitadoras de organização e partilha de informação, produção de documentos orientadores, termos de referência, etc. tendo-se realizado a primeira conferência provincial na Huíla em Agosto, e as restantes ao longo de Setembro, Outubro e Novembro.

O processo preparatório encontrará várias dificuldades pelo facto de ter decorrido em Agosto e Setembro, coincidindo com a fase de campanha eleitoral, dificultando a realização de algumas conferências provinciais (por receios, constrangimentos e desconfianças várias), tendo-se verificado igualmente algumas vicissitudes operacionais, como sejam a dificuldade na identificação de organizações e pessoas para liderarem e coordenarem o processo e dificuldades na articulação entre as próprias organizações provinciais e entre as coordenações provinciais e a coordenação nacional.

Não obstante as dificuldades referidas, realizaram-se, no total, 16 conferências provinciais (em todas as províncias excepto Bengo e Zaire); um processo que envolveu cerca de 1000 pessoas, tendo sido eleitos 60 delegados à II Conferência. É de todo importante realçar o esforço das inúmeras OSC e activistas que pelo país se empenharam em tornar possível as conferências provinciais, tendo conseguido uma ampla participação e debate com contributos muito concretos para a II conferência, demonstrativos de uma dinâmica nacional que se pretende ver ampliada, reforçada e consolidada (ver anexo n.º II).



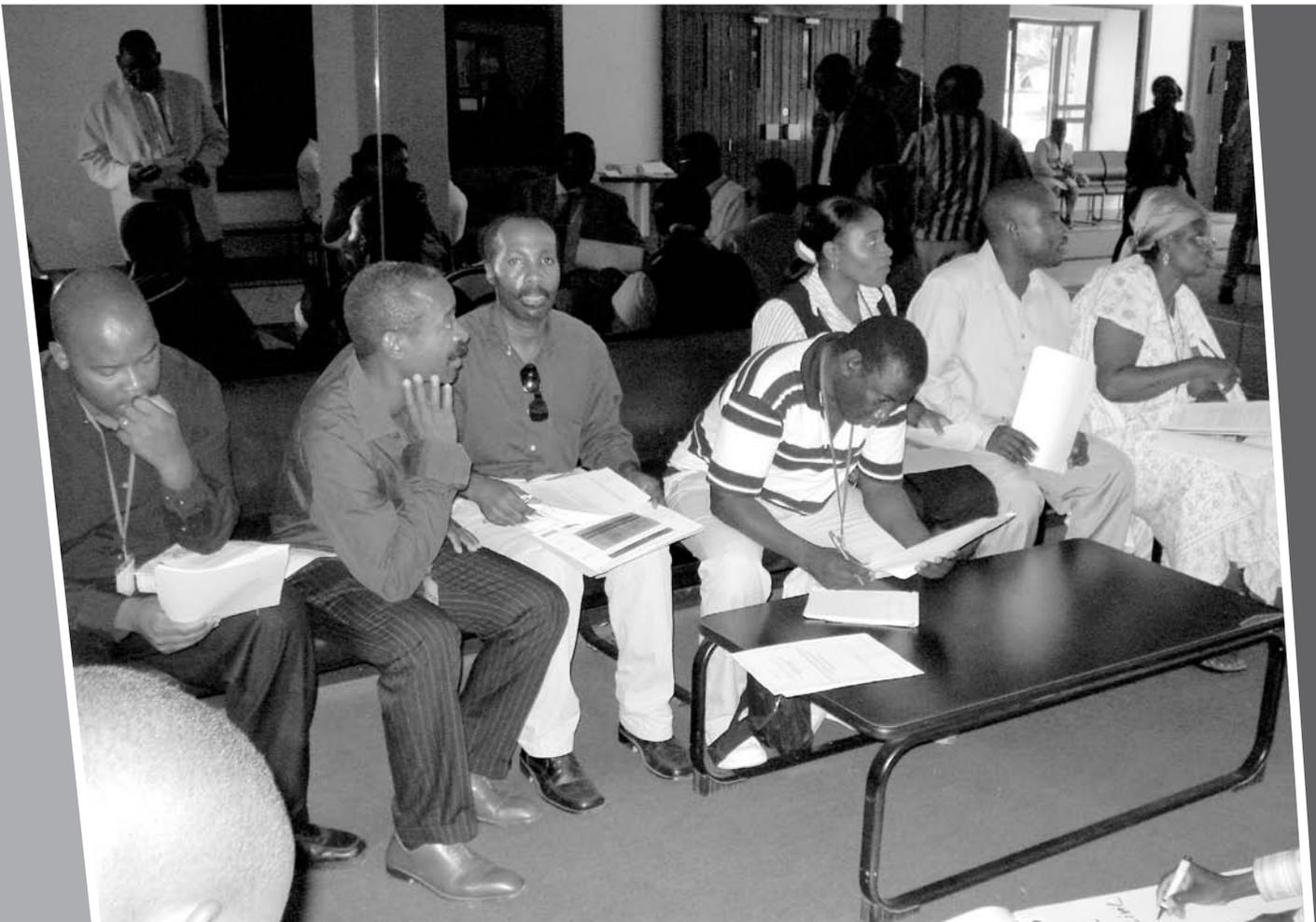
**É de todo importante realçar o esforço das inúmeras OSC e activistas que pelo país se empenharam em tornar possível as conferências provinciais, tendo conseguido uma ampla participação e debate com contributos muito concretos para a II conferência.**





3

# METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DA II CONFERÊNCIA ANGOLANA DA SOCIEDADE CIVIL





A dinâmica de análise-  
questionamento-  
reflexão visou não  
só uma discussão  
alargada e participada,  
mas também a  
elaboração de  
sugestões concretas,  
com mecanismos e  
estratégias de actuação  
da sociedade civil que  
deveriam integrar um  
modelo a ser colocado à  
apreciação e aprovação  
da plenária final.



### 3. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DA II CONFERÊNCIA ANGOLANA DA SOCIEDADE CIVIL

#### 3.1 - Selecção de temas para debate

Conforme referido anteriormente, a exemplo do que sucedeu com a I conferência, a metodologia de preparação desta II Conferência baseou-se na realização de conferências provinciais, realizadas ao longo de 2008 em 16 das 18 províncias de Angola (todas excepto Bengo e Zaire).

Estas conferências identificaram vários assuntos chave que deram corpo às grandes temáticas a discutir na conferência nacional. Das conferências provinciais destacam-se cinco grandes grupos temáticos posteriormente incluídos no programa de trabalhos da conferência nos dias 25, 26 e 27 de Novembro:

I	Os mecanismos de coordenação das OSC em Angola e sua legitimidade; relações com o governo, comunidade internacional e sector privado
II	O papel da sociedade civil no processo de descentralização; o resgate de valores culturais facilitadores da participação cívica e política
III	O acesso a recursos, públicos e privados, como condicionante da autonomia e eficácia das organizações da sociedade civil; o papel do voluntariado e dos diferentes tipos de doador
IV	A actividade económica e os seus impactos ambientais; a responsabilidade das empresas, do Estado e da sociedade civil
V	A sociedade civil e a política: participação em processos eleitorais, na definição e monitoria de políticas públicas e na discussão da nova Constituição.

Para além destes temas estruturantes do programa, foi ainda introduzida a discussão sobre “a sociedade civil e o VIH/Sida”, por via da apresentação de um documentário feito em Angola sobre o problema.

#### 3.2 - Métodos e técnicas de debate

Sendo um exercício que visa o aprofundamento do diálogo entre todos os participantes, a conferência assentou em métodos participativos, onde às apresentações dos palestrantes se seguiram sessões de comentários e questionamentos da audiência, assim como trabalhos de grupos e debates alargados em plenária. Esta dinâmica de análise-questionamento-reflexão visou não só uma discussão alargada e participada, mas também a elaboração de sugestões concretas, com mecanismos e estratégias de actuação da sociedade civil que deveriam integrar um modelo a ser colocado à apreciação e aprovação da plenária final.

As questões de género, juventude e do papel das Igrejas nas dinâmicas da sociedade

civil deveriam percorrer de forma transversal todos os grupos temáticos em debate. De igual modo, tendo em atenção as linhas gerais de orientação estratégica da conferência, em vários momentos do programa procurou dar-se um maior protagonismo aos delegados vindos das diferentes províncias.

### 3.2.1 - As palestras de introdução aos temas

Regra geral, a introdução dos temas em cada um dos painéis foi feita por dois a três palestrantes, seleccionados de acordo com o mérito reconhecido do seu trabalho, a relevância das suas reflexões e a capacidade de questionamento em relação à temática em análise. Aos palestrantes foi pedido que introduzissem o assunto de forma a permitir entender as questões de fundo, as diferentes opções e dilemas da temática, mais do que defenderem perspectivas pessoais ou apresentarem conclusões. De preferência, os palestrantes deveriam terminar as suas apresentações com algumas indagações que deixariam em aberto para reflexão e discussão dos grupos de trabalho e da plenária em geral.

A apresentação de cada palestrante de painel durou cerca de 20 minutos, na maioria dos casos apoiada por slides projectados em *power point*. Ao moderador coube o papel de controlar o tempo e gerir o período de interacção com a plateia, abstendo-se de fazer sínteses das apresentações dos palestrantes.

### 3.2.2 - Os debates em plenária

Após a apresentação dos palestrantes em painel, o moderador encorajava a plenária a contribuir com exemplos (assentes na experiência dos presentes), questões ou reacções/comentários. Cada participante da plenária teria um limite para a sua intervenção (cerca de três minutos). Depois de cada ronda de dez participantes, os palestrantes responderam ou enquadraram as questões a ser posteriormente aprofundadas nos grupos de trabalho. As rondas foram repetidas sempre que a gestão do tempo e o andamento dos trabalhos assim o permitiu. As sessões de perguntas e respostas terminaram com uma breve síntese (cinco minutos) pelos moderadores, no sentido de orientar o trabalho em grupos.

### 3.2.3 - Os grupos de trabalho

Após os debates em plenária, formaram-se grupos de trabalho para aprofundar o debate e chegar a conclusões / recomendações / propostas, claramente dirigidas às próprias OSC, aos doadores e aos órgãos da administração do Estado e a serem integradas no documento final da conferência. Cada grupo de trabalho recebeu um documento orientador do método de trabalho com sugestões sobre as questões-chave a tratar. Aos moderadores do grupo e aos relatores, em conjunto, coube a responsabilidade de facilitar o funcionamento do grupo e de comunicar à plenária as conclusões / recomendações / propostas. A cada grupo foi concedido um período de cerca de cinco a sete minutos para restituição em plenária.





**Um dos objectivos centrais da conferência diz respeito à necessidade de melhorar a coordenação e troca de informações no seio da sociedade civil por forma a torná-la mais capaz, operacional e eficiente na sua missão de contribuir para a promoção da democracia e do desenvolvimento.**



Dentro da especificidade de cada tema e tendo em conta o desenrolar do painel e do debate, o trabalho em grupo deveria levar em consideração questões gerais como:

- O que é prioritário fazer aos vários níveis (nacional, provincial, municipal, comunal e aldeia)?
- Quais as principais dificuldades que são de esperar e como lidar com elas (a curto, médio e longo prazo)?
- Como ir aferindo que estamos a progredir na direcção correcta?

De forma transversal a todos os grupos temáticos de debate deveriam correr as questões de género, da juventude e do papel das Igrejas.

Discussões e questões sugeridas para reflexão e análise dos grupos de trabalho são abaixo reproduzidas por área temática.

#### **Área Temática - I:**

**(A) Mecanismos de coordenação das OSC em Angola e sua legitimidade;**  
**(B) relações com o governo, comunidade internacional e sector privado.**

**(A) - Um dos objectivos centrais da conferência diz respeito à necessidade de melhorar a coordenação e troca de informações no seio da sociedade civil** por forma a torná-la mais capaz, operacional e eficiente na sua missão de contribuir para a promoção da democracia e do desenvolvimento. A sua mais eficiente coordenação permitirá uma relação mais eficaz com as suas habituais contra-partes - as diversas estruturas governamentais e da comunidade internacional.

Algumas das posições assumidas no seio da sociedade civil apresentam divergências quanto à postura e estratégia a seguir, havendo duas grandes linhas de argumentação nesta matéria.

Uma primeira linha de argumentos sustenta que a sociedade civil é, por natureza, diversa e não deve ser enquadrada nem institucionalizada, podendo dessa forma perder-se a sua vivacidade, independência e criatividade. As várias estruturas existentes (FONGA, UNACA, Redes variadas) têm perdido credibilidade e legitimidade enquanto representantes da sociedade civil, começando a ser consideradas como representantes apenas de segmentos ou sectores muito restritos da sociedade civil, dando assim razão àqueles que falam de falta de eficiência, eficácia e legitimidade de estruturas amplas de representação e articulação no seio da sociedade civil.

Uma segunda grande linha de argumentação estratégica, sustenta que é precisamente a inexistência de uma articulação e nível mínimo de representação funcional no seio das OSC que está na base da sua fragmentação e divisão; traduzindo-se em fragilidade e incapacidade de tomada de posições conjuntas, mesmo quando exista concordância generalizada quanto a determinados assuntos e esteja em causa a sobrevivência de alguma/s delas. Por outro lado, esta linha de argumentação defende

que a inexistência de estruturas de coordenação e representatividade democráticas e legítimas, poderá permitir que outras estruturas, representantes apenas de alguns segmentos ou sectores da sociedade civil, tomem posições parciais que se assumem ilegitimamente como representativas da generalidade da sociedade civil, prejudicando-a e fragilizando-a ainda mais.

Neste sentido, grandes questões de fundo se colocam à sociedade civil no actual momento:

- Que orientação estratégica queremos em termos de estruturas de coordenação, articulação e legitimidade?
- Caso a opção seja no sentido de uma coordenação mais estruturada e legítima, como criar mecanismos e/ou estruturas efectivamente democráticas, participativas, inclusivas e legítimas (do ponto de vista geográfico e temático), para melhorar a articulação da sociedade civil e ajudá-la a enfrentar os inúmeros desafios que tem pela frente no contexto actual de Angola?



### **(B) Estruturas e mecanismos de relação com o governo, comunidade internacional e sector privado.**

Este tema está profundamente ligado com o ponto (A) desta área temática, nomeadamente quanto às estruturas/mecanismos a criar para uma melhor coordenação, articulação e legitimidade.

**B.1 - As relações entre as OSC angolanas e o governo** têm sido marcadas por várias vicissitudes, avanços e indefinições, pretendendo-se que estas relações sejam cada vez mais produtivas em termos de resultados para a melhoria de vida das comunidades e a sua maior participação democrática na vida pública com vista ao desenvolvimento nacional, sendo estes os propósitos e a razão maior de ser da articulação entre OSC e governo.

A este nível, algumas das questões que se colocam consistem em saber:

- Como aumentar a influência das OSC angolanas no processo de formulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento?
- Qual o tipo de postura/relação institucional a ter para com as chamadas "OSC próximas do governo/partido/Estado"?
- Em que medida eventuais estruturas de coordenação e articulação das OSC angolanas poderão ajudar a responder às questões acima referidas?



**As relações entre as OSC angolanas e o governo têm sido marcadas por várias vicissitudes, avanços e indefinições, pretendendo-se que estas relações sejam cada vez mais produtivas em termos de resultados para a melhoria de vida das comunidades e a sua maior participação democrática na vida pública.**





**Num contexto como o angolano em que o sector privado se encontra ainda numa fase de desenvolvimento e também muito dependente em relação a condicionalismos vários de cariz político, que tipo de relações/parcerias/articulações as OSC angolanas poderão estabelecer com o sector privado.**



**B.2 - As relações entre as OSC angolanas e as organizações da comunidade internacional têm sido caracterizadas por uma certa subserviência e falta de capacidade de acção articulada e coordenada.**

- Como assumir uma postura de maior reivindicação e capacidade negocial em relação às organizações da comunidade internacional?
- Vários programas são criados pelos doadores para reforçar a capacidade das OSC angolanas (ou dos actores não estatais). Não deveriam ser criados mecanismos para que a sociedade civil participasse na monitoria e avaliação de tais iniciativas? Mas, será que existe capacidade para o fazer de forma eficaz?
- Em que medida as eventuais estruturas de coordenação das OSC angolanas poderão ajudar a responder às questões acima referidas?

**B.3 - As relações entre as OSC angolanas e o sector privado são, regra geral, incipientes.** No entanto, a exemplo do que acontece noutros quadrantes do mundo, esta situação poderá mudar, devendo daí serem retirados alguns benefícios para as OSC angolanas, exigindo-se mais em termos de preocupação e intervenção social ao lado das OSC.

Num contexto como o angolano em que o sector privado se encontra ainda numa fase de desenvolvimento e também muito dependente em relação a condicionalismos vários de cariz político, que tipo de relações/parcerias/articulações as OSC angolanas poderão estabelecer com o sector privado para apoio às suas causas na arena público-política?

#### **Área Temática - II:**

**(A) O papel da sociedade civil no processo de descentralização;**

**(B) O resgate de valores culturais facilitadores da participação cívica e política.**



**Estruturas como os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS) e os Fóruns Municipais, podem ser espaços de negociação entre os cidadãos e os poderes públicos, e podem ser também espaços de controlo das políticas públicas.**

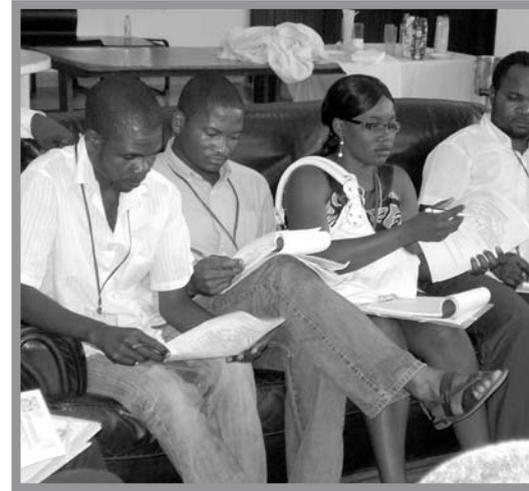


**(A) - Descentralização e sociedade civil.** O governo colocou em marcha um processo de desconcentração de poder (mais extensa delegação de poderes nas administrações municipais e comunais) e de preparação da descentralização (transferência de poder para órgãos locais que passarão a ser eleitos). Um tal processo oferece enormes possibilidades para aumentar a influência dos cidadãos sobre a tomada de decisões nos assuntos de seu interesse.

Estruturas como os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS) e os Fóruns Municipais, podem ser espaços de negociação entre os cidadãos e os poderes públicos, e podem ser também espaços de controlo das políticas públicas. Com a atribuição de recursos financeiros aos municípios torna-se particularmente importante aumentar estes mecanismos de reforço do poder dos cidadãos e de controlo social. Contudo, para dar real substância a estes processos, fundamentais para uma democratização efectiva, é necessário um engajamento construtivo, mas exigente, por parte da sociedade civil.

Algumas questões relacionadas com um tal engajamento consistem em saber:

- Quem escolhe os representantes da SC para o diálogo com as estruturas administrativas locais? Que obrigações têm estas em relação aos seus constituintes?
- Como assegurar que as estruturas administrativas cumprem com aquelas obrigações?
- Como se interligam as autoridades tradicionais com estes processos?
- Que capacidade têm as OCS para participar de forma eficaz e informada?
- Como reforçar essa capacidade?
- Como podem as OSC contribuir para relacionar as questões locais com processos nacionais, quebrando o isolamento de que o nível local sofre frequentemente?



**(B) Resgate de valores culturais como facilitadores da participação cívica e política.** Muito se tem falado sobre formas de participação tradicional que possam recuperar estruturas de inclusão, diálogo colectivo e resolução de conflitos (e.g. o Onjango) e deste modo contribuir para processos de democratização mais próximos das populações rurais, levando a uma maior aproximação destas com o novo quadro político e institucional.

A este nível será de especial relevância a reflexão em torno das seguintes questões:

- Que tipo de estruturas tradicionais de participação poderão ser consideradas num espírito verdadeiramente amplo e de inclusão democrática das comunidades?
- Que mecanismos se poderão criar para articular essas estruturas e as suas contribuições/decisões com outras instituições e estruturas de descentralização formais?
- Que contribuição poderão dar as OSC para adequar essas estruturas ao novo quadro legal e institucional da descentralização, num espírito democrático e verdadeiramente inclusivo das comunidades?

### Área Temática - III:

**O acesso a recursos, públicos e privados, como condicionante da autonomia e eficácia das OSC; o papel do voluntarismo e dos diferentes tipos de doador.**

São raros (se é que existem) os casos onde as organizações funcionam na base de doações dos seus membros ou de mecanismos de auto-financiamento controlados pelas próprias OSC. Existe uma recente evolução no sentido do Estado angolano poder começar a ocupar um espaço importante no panorama da distribuição de fundos às OSC. No entanto, existem vários riscos associados a este tipo de financiamento.



**Que tipo de estruturas tradicionais de participação poderão ser consideradas num espírito verdadeiramente amplo e de inclusão democrática das comunidades?**





**As OSC angolanas têm demonstrado uma nítida dependência em relação aos doadores. Isto poderá não ser problema se considerarmos que existem doadores que respeitam a autonomia e a agenda dos seus parceiros locais, mas na maioria das vezes não é este o caso.**



Duas questões chave que aqui se colocam consistem em saber:

- Em que medida as OSC angolanas poderão aceder a fundos do Estado sem perderem a sua autonomia, consciência crítica e independência de actuação pública?
- Em que medida uma maior articulação/parceria com as estruturas e instituições do Estado poderá aumentar o risco de cooptação e limitação da crítica pública das OSC?

As OSC angolanas têm demonstrado uma nítida dependência em relação aos doadores. Isto poderá não ser problema se considerarmos que existem doadores que respeitam a autonomia e a agenda dos seus parceiros locais, mas na maioria das vezes não é este o caso.

A este nível há que procurar responder às seguintes questões:

- Em que medida as OSC são dependentes dos financiamentos dos doadores?
- Em que medida são dependentes da capacidade técnica das ONG internacionais?
- Em que medida aquelas dependências condicionam a agenda das OSC nacionais e a sua capacidade de evolução e desenvolvimento?
- O que fazer para diminuir todas estas dependências, a curto, médio e longo prazo?
- Qual a eficácia da ajuda? De que eficácia falamos? Da perspectiva dos doadores ou dos receptores da ajuda?
- Que tipo de coordenação/harmonização existe entre os doadores?
- O que as OSC podem fazer para aumentar a sua influência e parceria em condições de maior igualdade?
- Que controlo social existe sobre os fluxos dos recursos da ajuda ao desenvolvimento e a gestão das OSC?

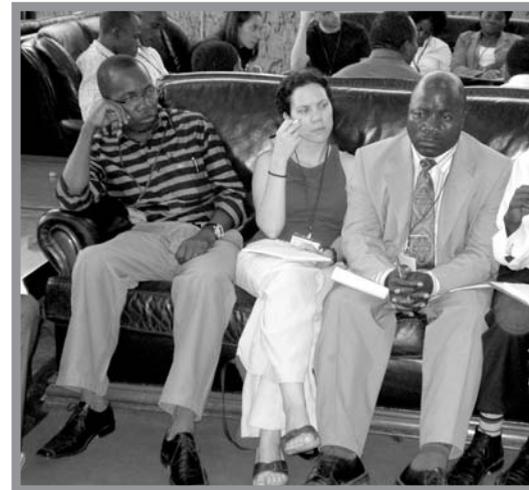
O incremento das relações das OSC angolanas com o sector privado poderá trazer benefícios ao nível do acesso a financiamentos alternativos e complementares a outros já existentes, diversificando assim as fontes de financiamento e uma consequente maior autonomia.

Contudo, essa relação também encerra perigos potenciais e algumas questões necessitam de ser debatidas antes, para que esses perigos sejam evitados, nomeadamente saber:

- Que papel deve/pode ter o sector privado no financiamento das OSC angolanas?
- Que relação se pode estabelecer no acesso a fundos derivados da Responsabilidade Social das Empresas por parte das OSC sem que isso signifique

um comprometimento dos princípios e independência das OSC angolanas?

- Qual a postura a ter em relação aos fundos sociais das empresas petrolíferas, considerando todas as problemáticas envolvidas com as campanhas “Publique o que Paga” e o impacto ambiental extremamente negativo nas áreas de exploração petrolífera (nomeadamente no Soyo)?
- O voluntarismo, as contribuições dos cidadãos e o mecenato podem/devem constituir também uma via a explorar pelas OSC?
- Em que medida eventuais estruturas de coordenação e articulação das OSC angolanas poderão ajudar a encarar as questões/perigos/desafios acima referidos?



#### Área Temática - IV:

#### Actividade Económica e Impactos Ambientais; a Responsabilidade Social das Empresas e o Papel da Sociedade Civil

Angola está a transformar-se rapidamente, com uma urbanização acelerada e um marcado crescimento económico. A rapidez do desenvolvimento urbano e da actividade económica têm, inevitavelmente, consequências sobre o ambiente natural, muito particularmente a actividade de exploração dos recursos minerais (petróleo e diamantes); outras actividades económicas (como a exploração de madeira, a agricultura em terras marginais, etc.) podem igualmente possuir um elevado impacto ambiental. São conhecidos alguns dos problemas sobre a qualidade das águas e do ar, e até os impactos sobre as próprias pessoas, resultantes de uma má gestão dos recursos naturais.

Sendo as populações pobres as que mais sofrerão com as consequências da degradação do ambiente, é fundamental colocar na agenda das OSC a reflexão em torno de questões como:

- Será inevitável que um tal processo de transformação tenha um impacto negativo sobre o ambiente natural?
- Será que poderemos minimizar esse impacto?
- Como evitar que uns retirem rendimentos e outros sofram os impactos negativos?
- Em que medida se podem envolver as empresas e o Estado neste processo?
- Que relação pode/deve existir entre a Responsabilidade Social das Empresas e a preservação do ambiente, no contexto Angolano?
- Qual deverá ser a estratégia de actuação das OSC nestas matérias?
- Que capacidade existe para monitorar ou avaliar o impacto ambiental das actividades económicas nas diferentes regiões do país?
- Que papel para a educação ambiental?



**Que capacidade existe para monitorar ou avaliar o impacto ambiental das actividades económicas nas diferentes regiões do país?**





**Como deve a sociedade civil participar nos processos de cariz essencialmente político?**



### **Área Temática - V:**

#### **A Sociedade Civil e a Política; Eleições, Políticas Públicas e Constituição**

A sociedade civil angolana tem, desde há algum tempo, discutido em que medida se deve envolver em questões essencialmente políticas. Existe ainda uma insuficiente clareza sobre a distinção entre a luta pelo poder (normalmente o foco dos partidos) e a condução dos assuntos públicos nos diferentes domínios. A realização de eleições e as campanhas a ela associadas, a monitoria de eleições e dos seus processos, a participação na discussão de políticas públicas que afectam o cidadão (Orçamento Geral do Estado, programas de governo, etc.), a participação na produção legislativa (em particular da Constituição), são vários domínios onde estão em jogo os interesses de todos os cidadãos (mesmo dos que não se interessem por quem exerce o poder). Não existe, em Angola, um consenso sobre o que deve ser permitido e o que deve ser reservado aos partidos políticos. Não existe pois um código de conduta das OSC no que toca ao envolvimento em questões essencialmente políticas.

Algumas questões a explorar:

- Como deve a sociedade civil participar nos processos de cariz essencialmente político?
- Que capacidade e limitações possuem as OSC para se envolverem de forma responsável e eficaz nesses processos?
- Quais deverão ser as bases do estabelecimento de normas de conduta?
- Será de estabelecer limitações nas relações entre os partidos políticos e as OSC?
- O que podemos aprender de processos anteriores (lei de terras, pacote eleitoral, etc.)?

# 4 DISCURSOS DE ABERTURA DA CONFERÊNCIA





**Um dos grandes  
objectivos da  
Assembleia Nacional  
vai no sentido de cada  
vez mais estimular e  
apoiar o envolvimento  
da participação da  
SC na solução dos  
grandes problemas e  
desafios que teremos  
de enfrentar.**



#### 4. DISCURSOS DE ABERTURA DA CONFERÊNCIA<sup>2</sup>

A mesa de abertura foi composta pelo **Deputado Tomás Simão da Silva** (Vice-Presidente da IV comissão da Assembleia Nacional, dedicada às questões da relação entre administração central e poder local, assim como a assuntos relacionados com a sociedade civil), pelo **Embaixador Francis Blondet** (Embaixador da República Francesa em Angola e igualmente representante da Presidência em exercício da União Europeia) e pelo **Eng.º Fernando Pacheco** (Consultor Independente e nomeado embaixador da II conferência pelo grupo de coordenação).

##### 4.1 - Discurso do Deputado Tomás Simão da Silva

Em nome da IV Comissão da Assembleia Nacional - AN (que trata da administração central e poder local, para além de muitas questões relacionadas com a sociedade civil - SC), gostaria de saudar esta iniciativa que congrega entidades e pessoas com conhecimentos, habilidades e experiências várias e que vão emprestar sinergias, motivações, ideias, propostas e soluções para um melhor envolvimento da sociedade civil na solução dos problemas do espaço cívico angolano.

Esta II Conferência parece-me representativa, estão aqui entidades provenientes de vários cantos da província de Luanda e de outras províncias e temos a expectativa que as conclusões e ideias que daqui saírem contribuam positivamente para o trabalho que a IV comissão pretende desenvolver nesta segunda legislatura da República, onde muitos são os desafios. Um dos grandes objectivos da AN vai no sentido de cada vez mais estimular e apoiar o envolvimento da participação da SC na solução dos grandes problemas e desafios que teremos de enfrentar. É objectivo desta comissão e legislatura estimular as grandes iniciativas que concorram para a solução dos complexos problemas que o nosso país enfrenta. Já não é possível, nas condições actuais, realizar acções e dar solução aos problemas graves sem a viva participação da sociedade civil; tudo vai depender dessa participação.

No próximo mês vamos comemorar o 60.º aniversário da Declaração Universal da Carta das Nações Unidas, mais um aniversário deste instrumento bastante valioso que vai marcar a vida da nossa sociedade. A ONU já tem o lema para este ano e tem a ver com a participação de todos no sentido da valorização daquilo que são os objectivos da justiça. Há ideias concretas que a ONU colocou à SC, espero que aqui também em Angola as OSC provenientes dos vários cantos de Angola possam dar ideias para a comemoração deste aniversário. Foi sempre tradição de Angola a comemoração da carta e no próximo mês teremos mais uma possibilidade e oportunidade de a SC dar ideias e sugestões para dignificar as comemorações.

Para terminar, mais uma vez desejo a todos os presentes que tenham uma boa conferência e que as vossas contribuições nos ajudem a irmos para a frente e a dar ideias para a solução dos nossos problemas. Esta parceria de cooperação e de trabalho é manifestamente útil para o que pretendemos fazer nesta legislatura.

<sup>2</sup> Este relatório optou por apresentar na íntegra os discursos de abertura e encerramento da conferência, dado tratarem-se de marcos oficiais importantes do evento. Ao lado de cada discurso serão destacadas algumas ideias fortes do respectivo discurso e que a edição do relatório achou por útil realçar.



**Já não é possível nas  
condições actuais  
realizar acções e  
dar soluções aos  
problemas graves sem  
a viva participação da  
sociedade civil; tudo  
vai depender dessa  
participação.**



## 4.2 - Discurso do Embaixador Francis Blondet

O Presidente da Assembleia Nacional convidou amavelmente a União Europeia (UE) para tomar palavra na abertura desta II Conferência Nacional da Sociedade Civil Angolana. Na qualidade de presidente em exercício da União estou consciente e honrado com este lugar de destaque que foi concedido à instituição europeia e consequentemente à sua presidência francesa. A UE é um dos primeiros parceiros institucionais de Angola, nomeadamente no quadro do acordo de Cotonou, que prevê um plano ambicioso de cooperação.

Na semana passada o Sr. Pedro Luís da Fonseca (Vice-Ministro do Plano) assinou com o chefe da delegação da comissão europeia, Sr. João Gabriel Pereira, o documento de lançamento do programa de 214 milhões de euros a título do 10.º FED para o período 2008-2013. Para este programa a UE compromete-se a responder às prioridades definidas conjuntamente com o Estado angolano.

Entre os diversos sectores de intervenção a UE considerou o nível de desenvolvimento do país e da sociedade angolana, ficando prevista a continuação dos apoios já implementados através de vários projectos financiados pela UE que beneficiam a SC angolana organizada nas suas diversas facetas. De igual forma, também está previsto que outros actores da SC possam ser beneficiados destes apoios que a delegação da Comissão Europeia gerirá em nome da UE.

É importante frisar que, apesar do curto prazo de que dispôs para se preparar nesse sentido, a UE respondeu favoravelmente ao pedido das autoridades angolanas relativamente ao envio de uma missão de observação das eleições legislativas de 5 de Setembro passado. Neste âmbito, mais de uma centena de observadores estiveram espalhados no território aplicando o seu empenho desde o final do mês de Julho passado até meados de Setembro. Esta missão entregou o seu relatório intermédio no início de Setembro e a Sra. Luísa Morgantini, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, regressará brevemente a Luanda para entregar o seu relatório final. Este não será propriamente o local para comentar esta missão de observação eleitoral, mas gostaria apenas de sublinhar uma evidência - há uma complementaridade entre o processo eleitoral, que confere pontualmente a palavra aos cidadãos, e a constituição da sociedade civil angolana, vocacionada para representar de forma permanente as forças vivas do país.

Não me compete dizer o que a SC deve ou não deve ser, não existe qualquer modelo a seguir, europeu ou universal; se algo se pode dizer é que cada nação tem o privilégio de determinar de que maneira a SC se pode e deve exprimir.

Não obstante, alguns princípios universais podem eventualmente guiar o desempenho da SC. A UE tem perfeita consciência que Angola vive um momento decisivo da sua história, a Europa também conheceu a experiência da guerra e da paz. Cada país europeu saiu da II Grande Guerra Mundial ferido ou abalado. Cada sociedade euro-



**[10.º FED, 2008-2013 responde a prioridades definidas com o Estado angolano e prevê] a continuação dos apoios (...) que beneficiam a SC angolana organizada [e também] outros actores da SC (...).**

**(...) há uma complementaridade entre o processo eleitoral que confere pontualmente a palavra aos cidadãos e a constituição da sociedade civil angolana vocacionada para representar de forma permanente as forças vivas do país.**

**O Estado não pode fazer tudo, o governo não pode e não deve fazer tudo, os cidadãos devem tomar parte e assumir a sua responsabilidade na gestão do bem colectivo.**

**A UE, que está atenta à consolidação das instituições angolanas, aspira conhecer os meios que a futura Constituição prevê para assegurar a representatividade local.**





**Numa nação moderna o Estado não pode fazer tudo, o governo não pode e não deve fazer tudo, os cidadãos devem tomar parte e assumir a sua responsabilidade na gestão do bem colectivo. Cabe portanto à SC, nas suas inúmeras componentes, ajudar a organizar nesse sentido.**

**A UE, que está atenta à consolidação das instituições angolanas, aspira conhecer os meios que a futura Constituição prevê para assegurar a representatividade local, que se situa neste momento em algum lugar entre o soba e o administrador do município.**



peia conheceu a necessidade de reconstruir o tecido da solidariedade e a relação de confiança ou pelo menos de respeito mútuo entre as instituições e as comunidades a que se chama a *res publica*. Angola também conheceu as consequências de um conflito - a guerra civil.

Após o sacrifício de uma ou duas ou três gerações, a sociedade civil herda um papel múltiplo. A sua missão primeira é sem dúvida educativa e reflexiva, deve ajudar as comunidades a obter informações, ajudar os cidadãos a fazer avaliações correctas. De acordo com outro principio universal, numa nação moderna o Estado não pode fazer tudo, o governo não pode e não deve fazer tudo, os cidadãos devem tomar parte e assumir a sua responsabilidade na gestão do bem colectivo. Cabe portanto à SC, nas suas inúmeras componentes, ajudar a organizar nesse sentido.

Uma última necessidade é a de ser representativa das diferentes componentes da sociedade. No contexto histórico e institucional de Angola e actualmente na ausência de eleitos no escalão local ou provincial, a questão da representatividade dos cidadãos coloca-se mais particularmente à SC angolana. A UE, que está atenta à consolidação das instituições angolanas, aspira conhecer os meios que a futura Constituição prevê para assegurar a representatividade local, que se situa neste momento em algum lugar entre o soba e o administrador do município.

#### **4.3 - Discurso do Eng.º Fernando Pacheco**

Aceitei o desafio que me foi colocado pela comissão organizadora deste evento para pronunciar algumas palavras no início desta conferência nacional da sociedade civil, que muito agradeço.

Desde logo, gostaria de referir três factos que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, não estamos aqui por acaso, estamos a exercer um direito que nos é conferido pela lei constitucional, que nos dá o direito de reunião, de associação e de livre expressão.

Em segundo lugar temos uma trajectória que nos trouxe até aqui, apetece-me citar um *slogan* que está na moda dito de outra forma - sim nós conseguimos, conseguimos chegar a 2008 com um percurso que vem legitimado pelo papel que as OSC desempenharam e têm desempenhado na ajuda humanitária, na prestação de serviços às populações, na defesa de determinadas causas como os direitos da mulher, os direitos da criança, os direitos humanos em geral, o ambiente, a influência nas políticas publicas e a luta contra a pobreza, para citar apenas alguns.

O terceiro facto tem a ver com o papel político das OSC, que por vezes não é reconhecido por muitos actores da nossa sociedade politica. No entanto, devo lembrar que muito recentemente o Sr. Presidente da República, no seu discurso aquando da tomada de posse do novo governo, reconheceu esse mesmo papel político, ao apelar

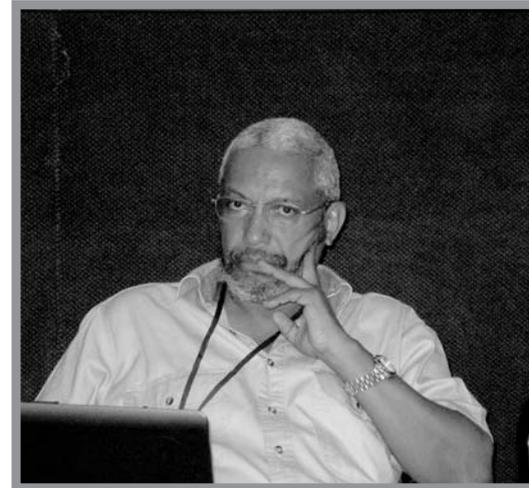
à participação da sociedade civil no processo de reconstrução e desenvolvimento do país. Não é possível, na nossa perspectiva, combater o lixo sem discutir as causas que levaram e levam à criação do lixo. Nestes momentos penso sempre que mais importante do que atacar as consequências é atacar as causas. Se me permitem conto aqui uma história que me foi contada por um latino-americano há cerca de 10 anos atrás em Roma. Dizia ele que um velho se encontrava junto a um rio de águas turbulentas e com ele se encontravam algumas crianças que se atiravam ao rio para salvarem outras crianças, que vinham arrastadas pela água. O velho perguntou aos rapazes porque faziam aquilo e eles responderam logicamente que estavam a salvar a vida de crianças, ao que ele retorquiu perguntando se não seria mais fácil irem a montante perceber porque é que as crianças caíam ao rio? A mim parece-me que esta história revela que o que nós devemos fazer é procurar atacar as causas da pobreza, as causas de todos os problemas que afectam o nosso país, se queremos efectivamente contribuir para um país melhor.

Mas se é verdade que nós conseguimos estar aqui, também é verdade que temos muitos desafios pela frente.

Começo por referir um primeiro desafio e que diz respeito à questão do voluntariado: não se pode pensar numa acção colectiva verdadeira se continuarmos a contar apenas com recursos vindos do exterior ou dos fundos públicos. É absolutamente necessário, se quisermos ter credibilidade na sociedade, que todos nós possamos contribuir. Aqueles que podem devem fazê-lo com dinheiro, aqueles que não podem, com trabalho. É verdade que temos vindo a conhecer progressos neste aspecto, mas há ainda muito a fazer neste campo.

O segundo grande desafio tem a ver com a necessidade de mais profissionalismo na nossa acção. É frequente criticarmos quer as instituições do Estado quer os partidos políticos pelos seus erros e pela sua falta de capacidade. No entanto, frequentemente damos provas de cometermos esses mesmos erros e manifestamos bastantes debilidades. O mesmo podemos dizer em relação ao deficit democrático, que é transversal ao nosso país e não pode ser apontado apenas ao governo, assim como à necessidade de transparência e prestação de contas. Se queremos que o governo seja transparente e apresente contas nós também o devemos fazer.

Um terceiro grande desafio tem a ver com a necessidade de maior inter-conhecimento e talvez uma certa coesão entre nós, o que não quer dizer homogeneidade, como é evidente. Parece-me que a realização das conferências nacionais, tal como aconteceu com as conferências provinciais, está a permitir esse maior inter-conhecimento. Devo frisar que embora existam dificuldades que nós reconhecemos e que seguramente vão ser muito debatidas nestes três dias em relação à coesão que possa haver no seio da sociedade civil, devemos pensar que todas as organizações têm o direito à existência e à articulação como acharem mais conveniente. Eu não partilho a ideia de que deve existir uma única representação da sociedade civil como



“

**Presidente da República (...)** reconheceu (...) papel político [da SC], ao apelar à participação da SC no processo de reconstrução e desenvolvimento do país.

”

“

**(...)** questão do voluntariado: não se pode pensar numa acção colectiva verdadeira se continuarmos a contar apenas com recursos vindos do exterior ou dos fundos públicos.

”



**Se queremos que o governo seja transparente e apresente contas nós também o devemos fazer.**

**[Não] deve existir uma única representação da sociedade civil como é muitas vezes o desejo do governo e das instituições doadoras.**

**(...) acreditamos que a democracia precisa de estar sustentada num triângulo onde Estado, partidos políticos e sociedade civil devem estar em equilíbrio.**



é muitas vezes o desejo do governo e das instituições doadoras. Se, por um lado, é verdade que essa representação única facilita o diálogo entre governo, instituições doadoras e sociedade civil, por outro lado não facilita seguramente a expressão de diferentes ideias, diferentes maneiras de estar e diferentes culturas organizacionais. Estou convencido que num mosaico tão heterogéneo como é a sociedade angolana, ela tem de ter várias formas de expressão e não apenas uma.

O quarto e último desafio, tem a ver com a participação da sociedade civil no esforço de reconstrução e desenvolvimento. Os temas em debate nesta II conferência parecem-me responder a uma tentativa de encontrar soluções para estes desafios e acredito que no final dos trabalhos teremos ideias mais claras relativamente à questão da coordenação entre as OSC e sua representação; teremos ideias mais precisas sobre o nosso papel na descentralização e no resgate dos valores culturais que possam facilitar a própria descentralização; teremos ideias mais ousadas relativamente à questão do acesso aos recursos para financiamento das OSC e da participação dessas organizações; teremos conseguido discutir problemas ligados à actividade económica e aos impactos ambientais por elas provocados, numa altura em que se põe em causa o próprio modelo de desenvolvimento que estamos a seguir.

Os últimos acontecimentos ligados à crise internacional mostram que têm e tinham razão as vozes da sociedade civil que alertavam para o facto de estarmos a assistir a um crescimento económico demasiadamente acelerado. Se esse crescimento económico é desejado para a solução de problemas concretos do nosso país e dos cidadãos em geral, por outro lado traz preocupações sobre a sustentabilidade desse processo e da capacidade de os cidadãos participarem e monitorizarem as acções desenvolvidas. A instabilidade do preço do petróleo faz-nos pensar que devemos olhar para um desenvolvimento que tenha cada vez mais em conta outros recursos que não apenas o petróleo, e nesse aspecto penso que a valorização dos recursos humanos é seguramente o maior desafio que temos todos pela frente.

Para terminar gostaria de voltar a frisar a importância do papel da sociedade civil na vida política do país. Entendemos que, tal como foi dito pelo Sr. Embaixador de França, numa sociedade moderna já não é possível pensar que o Estado por si só possa resolver os problemas mais elementares da sociedade, acreditamos que a democracia precisa de estar sustentada num triângulo onde Estado, partidos políticos e sociedade civil devem estar em equilíbrio.

5

# RESUMO DAS APRESENTAÇÕES DOS PAINÉIS, DAS PLENÁRIAS E DOS GRUPOS DE TRABALHO



## 5. RESUMO DAS APRESENTAÇÕES DOS PAINÉIS, DAS PLENÁRIAS E DOS GRUPOS DE TRABALHO <sup>3</sup>

**5.1 - PRIMEIRO PAINEL:** Os mecanismos de coordenação das OSC em Angola, sua representatividade e legitimidade; relações com o governo, comunidade internacional e sector privado

### Composição do primeiro painel

Moderador: Fernando Pacheco (Consultor Independente)

1.º Prelector: Cesaltina Abreu (IBIS - Educação e Desenvolvimento)

2.º Prelector: Carlos Figueiredo (ADRA-Angola)

### Síntese da intervenção de Cesaltina Abreu:

Mecanismos de coordenação da sociedade civil; algumas contribuições

#### 1. Sobre o conceito de sociedade civil:

- Num sentido amplo, a sociedade civil corresponde à auto-organização da sociedade fora dos campos estritos do poder do Estado e dos interesses do mercado;
- É o conjunto de organizações e de redes de organizações independentes do aparelho de Estado: interação com o poder público, mas são autónomas;
- Para além das organizações formais, a sociedade civil também inclui grupos informais de cidadãos empenhados em actividades de alcance público.

#### 2. Características da sociedade civil:

- Espaço de intervenção de origem privada com finalidade pública e de bem comum, portanto simultaneamente voluntário e público, unindo a virtude própria do sector privado, a liberdade, à virtude do sector público, o sentido do bem comum;
- As interfaces que cria permitem-lhe mediar entre o Estado e a iniciativa privada, oferecendo um espaço de acção aos cidadãos que é simultaneamente público e privado.

#### 3. As motivações da sociedade civil

- As questões políticas, socio-económicas, culturais e ambientais;
- As políticas públicas;
- As lutas pelo amplo e livre exercício dos direitos humanos, sociais, políticos e cívicos;
- Interesses de grupos.

<sup>3</sup> Na impossibilidade de reproduzir na íntegra as apresentações de cada prelector, assim como as sessões de perguntas e respostas (de várias horas) que se seguiram a cada painel, este relatório apresenta uma síntese dessas intervenções (em muitos casos baseada nas apresentações em power point dos próprios prelectores), tendo-se igualmente resumido as questões e os comentários da audiência, assim como as respostas dos prelectores. Na medida em que vários membros da plenária não se identificaram aquando das suas intervenções ou por vezes os seus nomes não ficaram totalmente perceptíveis nas gravações áudio, optou-se por não colocar a identificação de nenhum dos intervenientes da plenária nas sessões de perguntas e respostas, para que não aparecesse somente a identificação de alguns e não de todos, ou a identificação incorrecta dos intervenientes.

#### 4. Papéis da sociedade civil

- Fortalecimento de uma cultura de debate e de crítica;
- Construção de um ambiente de liberdade de expressão, reunião e associação;
- Criação e promoção de espaços de participação;
- Agregação da componente de investimento humano e social às intervenções do Estado e do mercado;
- Implementação de estratégias de influência no processo de decisão de políticas públicas;
- Intervenção em processos de arbitragem e mediação social;
- Identificação e exploração de oportunidades de participação criadas pelos processos de reforma institucional em curso no país (justiça, lei constitucional, educação, administração do Estado, entre outras).



#### 5. Limitações ao exercício destes papéis

- Democracia frágil e limitada por uma visão formal e redutora;
- Desigualdade de condições e de oportunidades discriminando largas porções da sociedade;
- Ausência de uma cultura política capaz de romper com relações clientelistas e com o autoritarismo patrimonialista;
- Distanciamento das instituições do Estado em relação aos cidadãos;
- Existência de amplos segmentos da população sem voz nem visibilidade;
- Presença de sentimentos de impotência política, desamparo social, resignação e/ou conformismo.

#### 6. O enquadramento legal

A Lei Constitucional consagra a instituição e operacionalização do acesso e uso efectivo e universal de determinados direitos para possibilitar o exercício formal da cidadania, a influência sobre os processos de tomada de decisão e as políticas públicas. Entre estes direitos encontramos:

- Dtos. relativos à reprodução cultural (liberdade de pensamento e de expressão, de imprensa e de comunicação);
- Dtos. relacionados com a integração social (liberdade de associação e de reunião);
- Dtos. que asseguram a socialização (protecção da intimidade e da privacidade, e da integridade pessoal).



**A Lei Constitucional consagra a instituição e operacionalização do acesso e uso efectivo e universal de determinados direitos para possibilitar o exercício formal da cidadania, a influência sobre os processos de tomada de decisão e as políticas públicas.**





**Intervenção na perspectiva da procura, em particular dos excluídos: alargar as oportunidades de acesso e uso dos direitos, de inclusão na vida pública, e de transformar crescimento económico em desenvolvimento para todos.**



## 7. O caminho a seguir

Construção de uma ampla plataforma de debate e discussão em todo o país, incluindo as organizações comunitárias, em busca de entendimentos alternativos sobre as relações entre o Estado e a sociedade civil enquanto actores que “contam”, para criar as bases para a construção social de um “projecto nacional” em torno da ideia de bem comum.

## 8. Princípios e premissas para a coordenação da sociedade civil

- Integração: abertura à participação de cidadãos e de OSC sem discriminações;
- Não institucionalização: o motor consiste na capitalização das experiências e os protagonistas são os cidadãos, as instituições e os processos;
- Unidade: manifestação da vontade colectiva através de tomadas de posição;
- Compromisso/sentimento de pertença: apropriação e consolidação da agenda pública;
- Coerência e consequência: debate contínuo e dinâmica de análise-acção;
- Abrangência e conhecimento: maior representatividade e capacidade das OSC;
- Rapidez e flexibilidade na programação e na implementação: mecanismos não burocráticos ou lineares;
- Intervenção na perspectiva da procura, em particular dos excluídos: alargar as oportunidades de acesso e uso dos direitos, de inclusão na vida pública, e de transformar crescimento económico em desenvolvimento para todos;
- Horizontalidade: não existe hierarquia.

## 9. Os nossos objectivos

- Unir esforços para superar problemas comuns;
- Criar espaços de diálogo e de debate;
- Promover mecanismos de coordenação das OSC, através do trabalho em rede;
- Aumentar a sustentabilidade das organizações;
- Promover valores como colaboração, multi-liderança, horizontalidade, colectividade e informação, criar confiança e reforçar os fundamentos da organização em rede.

## 10. Mecanismos de auscultação e consulta que tornem possível:

- A consulta permanente da sociedade civil no âmbito das políticas públicas, para incorporar preocupações da sociedade civil em todo o processo, e incluir as suas iniciativas;
- A participação em iniciativas governamentais ou legislativas que criem

Grupos ou Comissões de Trabalho para elaboração de políticas públicas, para expressar as suas opiniões sobre este tema;

- Audiências e consultas públicas relativas à tomada de decisão sobre grandes interesses nacionais.

### 11. Mecanismos de monitoria e avaliação:

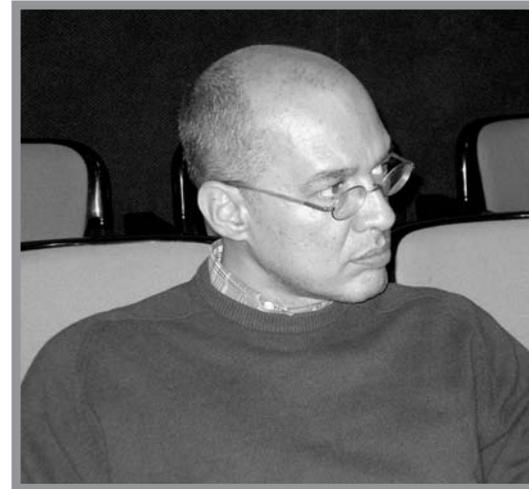
- Incentivar a incorporação da sociedade civil na avaliação da implementação da agenda pública, regional e nacional;
- Promover o papel dos centros académicos no estudo e análise das características do novo contexto angolano e dos actores tradicionais e emergentes, que cumprem a função fundamental da produção de conhecimento e informação;
- Criação de fundos específicos que incentivem e financiem a participação das OSC e redes sociais, através de dotações do OGE e da atribuição criteriosa do Estatuto de Utilidade Pública.

#### Síntese da intervenção de Carlos Figueiredo:

Mecanismos de coordenação, representatividade e legitimidade da sociedade civil

O que tenho a dizer está estruturado em quatro partes:

- 1.<sup>a</sup> Alguns conceitos relevantes; não propriamente definições ou uma abordagem teórica, apenas uma introdução sobre o sentido que dou a alguns dos termos;
- 2.<sup>a</sup> Realce de alguns elementos do nosso ponto de partida, procurando saber qual é a nossa realidade actual nestas questões de coordenação, representatividade e legitimidade;
- 3.<sup>a</sup> Identificação de alguns desafios que me parecem comuns e preocupantes;
- 4.<sup>a</sup> Sugestão de possíveis mecanismos para melhorar a criação e coordenação de estruturas representativas, legítimas e, como tal, mais eficazes.



#### 1.<sup>a</sup> Alguns conceitos relevantes:

- Legitimidade – é relativa e coloca-se em relação a algo específico;
- Representatividade – é o mecanismo que permite a participação indirecta;
- Coordenação – são os mecanismos de troca de informação e concertação de decisões;
- Sociedade civil – é o espaço onde organizações de vários tipos se movimentam, negociam e comunicam.



**Existem plataformas que são tratadas como representando outros (e.g. a UNACA representa as cooperativas, o FONGA representa as ONGs), mas sem um trabalho profundo para garantir a sua legitimidade e representatividade.**



2.<sup>a</sup> O nosso ponto de partida:

- Existem plataformas que são tratadas como representando outros (e.g. a UNACA representa as cooperativas, o FONGA representa as ONGs), mas sem um trabalho profundo para garantir a sua legitimidade e representatividade;
- Não garantimos que nos espaços onde a SC negocia com outros sectores, estejam **representantes** da SC (CACs, por exemplo);
- Dificuldade em exercer a coordenação como função, havendo tendência para olhar para a coordenação como função de chefia.

3.<sup>a</sup> Desafios comuns:

- “Representantes” não serem realmente representativos nem prestarem contas aos seus representados;
- Representantes levantarem voo e deixarem-nos em terra;
- Cultura que favorece as estruturas hierárquicas em vez de estruturas horizontais ou em rede;
- Serão mais eficazes as estruturas assentes em lideranças fortes?

4.<sup>a</sup> Possível estrutura nacional para melhor representatividade das OSC:

- Estruturas e funções com mecanismos de controlo pelos membros
  - Rotatividade da liderança,
  - Prestação de contas aos membros,
  - Facilitar o acesso à informação,
  - Estimular a acção coordenada;
- Critério de equilíbrio geográfico;
- Critério de equilíbrio temático;
- Cruzamento entre o critério de equilíbrio geográfico e temático;
- Equilíbrio entre estruturas de rede e estruturas hierárquicas.



**Dificuldade em exercer a coordenação como função, havendo tendência para olhar para a coordenação como função de chefia.**



#### 5.1.1 - Síntese de perguntas e respostas do primeiro painel<sup>4</sup>

##### Síntese de perguntas/comentários



- Em relação aos mecanismos que foram aqui apresentados sobre legitimidade e representatividade, achei uma contradição entre a intervenção da Cesaltina Abreu e do Carlos Figueiredo; **a primeira oradora diz que nos mecanismos a criar não deve existir hierarquia, enquanto o Sr. Carlos Figueiredo defende mecanismos de representação e isto para mim já é sentido de hierarquia, gostaria que esclarecessem as posições e eventuais divergências.**

<sup>4</sup> Na impossibilidade de colocar aqui a totalidade das intervenções (questões/comentários/opiniões da plenária e respostas da mesa, em sessões muito longas, de várias horas) foi feita uma selecção daquelas que a edição considerou representarem resumidamente o pensamento dos seus autores. Nestas sínteses a edição realçou a **bold** algumas frases que achou importante destacar para o leitor.

- Causa certa perplexidade esta conferência da SC realizar-se dentro das instalações de uma instituição governamental; como nos poderemos sentir à vontade para expressar todas as nossas críticas e angústias se estamos aqui rodeados por membros do governo? Sinto igualmente um certo receio em relação à ideia de representação da SC; entendo a ideia de coordenação e de concertação da SC que me parecem fundamentais num ambiente como o angolano, saído de uma guerra civil e de governos autoritários, mas **não consigo entender a necessidade de representação da SC porque me parece um paradoxo, sendo que o grande trunfo da SC é a existência da diversidade, do pluralismo que crie um debate permanente. Também não entendo a defesa de lideranças autoritárias supostamente mais eficazes.**
- **Porque motivo o secretariado do FONGA não está presente**, especialmente sabendo-se que o Fernando Pacheco é presidente da mesa da Assembleia Geral do FONGA?
- A SC precisa de estar coesa e consolidada. Estou preocupado com o facto de pessoas que deram muita força a esta SC infelizmente mais tarde passaram a vestir camisolas político-partidárias e isto fragilizou a SC. **Estou preocupado em relação ao fraccionamento da SC porque o governo vai passar a trabalhar com aquele que lhe convier** e então passamos a andar em conflito uns com os outros, portanto é necessário unirmo-nos, no sentido de haver uma certa representação, coordenação, e legitimidade.
- Temos de reflectir sobre o processo de desenvolvimento da SC em Angola. Numa primeira fase houve o domínio do conceito de rede, essencialmente imposto pelos doadores. Estas redes acabaram por se transformar elas mesmas em ONGs colocando a questão da representatividade. Numa segunda fase as próprias ONGs angolanas ganharam experiência de trabalharem tematicamente, sendo um bom exemplo o caso da Huíla onde se aproveitaram grupos temáticos de organizações para fazer a discussão da representatividade. Estamos agora numa terceira fase, em que **devemos olhar para o mecanismo em que os diferentes sectores podem trabalhar entre si e criar mecanismos para a legitimidade e representatividade diante do governo.**
- **Estamos aqui para representar ideias da sociedade, mas quem é que nos passou esse mandato?** Muitos de nós vieram como delegados, mas outros vieram porque se interessam pelas grandes questões da agenda da sociedade angolana, mas que mandato temos para representar outros?
- Que estratégias podemos criar para estimular as pessoas a participar naqueles problemas que dizem respeito à sua própria comunidade? Na conferência provincial do Kwanza-Norte uma das grandes questões foi exactamente esta: **Como podemos incentivar as pessoas a olharem para os problemas da comunidade que os rodeia e a tomarem um papel activo na sua resolução enquanto membros da sociedade civil?**

## Síntese de respostas

### Carlos Figueiredo:



- A Assembleia Nacional é onde os deputados representam os eleitores, todos os cidadãos, antigamente designada por “Casa do Povo”, embora esta terminologia já não se use. Devemos estar portanto à vontade aqui dentro.
- **Sou um defensor da democracia directa, todas as pessoas devem participar em todas as questões que lhes dizem respeito, mas por vezes isso é impraticável;** a título de exemplo posso referir que aqui em Luanda quando se for discutir a nova lei das associações o ideal seria trazer todas as associações do país e os membros de todas as associações para discutir a lei, mas tal é impossível. Portanto, **é necessário ter alguma estrutura de representação.** Não se trata de ter uma pessoa que fale em nome dos outros, isso é um desvio daquilo que um mecanismo de representação deve ser. Se tivermos uma estrutura que quando uma lei está em discussão (e.g. de terras, de associações, constituição, etc.) garanta que todos os seus associados e todos os cidadãos têm acesso a essa informação, estimula a discussão, junta essas opiniões e faz com que elas cheguem às instituições que vão tomar a decisão, porque a própria decisão não vai ser tomada com base na consulta e votação directa dos cidadãos, então é desse tipo de representatividade e representação que estou a falar.
- Mais uma vez repito que não é o caso de **não termos essas estruturas, já as temos, o que elas não são é representativas** nos termos em que referi. Já temos muitas estruturas que são chamadas pelo governo, pela UE ou pelo Banco Mundial sempre que estas instituições querem falar com a SC sobre determinados assuntos; se essas estruturas fossem de facto representativas e controladas pela SC, em sentido mais lato, acho que teríamos um instrumento mais eficaz e democrático, fazendo coisas para mais gente e que normalmente só são feitas para colocar um visto numa lista de que foi ouvida a SC.
- A outra coisa que não fui bem entendido, é que supostamente eu seria um defensor de lideranças fortes e autoritárias. Não defendo essa atitude e as pessoas que trabalham ou trabalharam comigo sabem disso perfeitamente. O que quis dizer é que temos uma prática de utilizar um vocabulário e quadros de referência que depois não estão enraizados em nós. Nós podemos falar de democracia, participação, etc., mas na prática esses conceitos não estão enraizados em nós. Existe uma diferença entre o que dizemos e o que praticamos. **Muitas das nossas ONGs não praticam suficientemente a prestação de contas, transparência, eleições internas, etc. e depois argumentam que se fossem fazer isto não seriam eficazes.** Era esta a discussão que eu trouxe para a mesa, dizemos uma coisa e fazemos outra; é acerca disto que eu acho importante estarmos conscientes. Se as pessoas decidirem e optarem por modelos autoritários e quiserem praticá-los devem assumi-los claramente, eu estarei contra, mas o importante é serem claros nessa opção.
- **Quanto ao FONGA lamento que as pessoas do seu secretariado não estejam aqui para apresentarem a sua visão; acho que se afastaram porque não gostaram quando se começou repetidamente a falar de representatividade e legitimidade.** Não gostaram quando se começou a questionar porque é que nas conferências de restituição não se fazem eleições e se elegem representantes? A ideia original era o FONGA sair reforçado de todo este processo, mas as pessoas não gostaram deste questionamento.

→ Era bom que ao longo destes três dias sáísse uma estrutura de controlo democrático, porque se não existe isso os mais “atrevidos” vão ocupar o espaço. **Acho que é importante que todos se apercebam que se não jogarem esse jogo do controlo positivo democrático vão ser os mais “atrevidos” a ocupar o espaço.** O FONGA foi confrontado e acho que deve continuar a ser confrontado, eu sou um defensor de que não devia haver estrutura alternativa, devia existir o FONGA, devia-se reforçar o FONGA, pode haver outras plataformas, isso é indiscutível, mas o FONGA devia ser conquistado pelos seus membros, no bom sentido, pelas ONGs. Podem até manter-se aquelas pessoas no secretariado, mas devem ser eleitas e com um mandato que regularmente seja renovado, prestando contas aos seus membros no respeito pelos próprios estatutos da organização, é isso que defendo. Acho que eles ficaram um pouco desconfortáveis por estarem com um atraso de vários anos em relação à organização de uma Assembleia-Geral, mas considero que não é nada bom a SC falar de democracia e não a praticar.

#### Cesaltina Abreu:



→ FONGA sim para as ONGs, penso que é muito importante. **Para mim, pluralismo e diversidade não são opostos de formas de representação.** É possível fazer com que um processo *top down* se enraíze e se inverta, havendo aqui um período de compromisso.

→ **O isolacionismo, o individualismo e a fragmentação são características da nossa sociedade e temos de trabalhar para que através de diferenças respeitáveis consigamos criar plataformas de vários tipos para seguir adiante.** Em termos de Angola eu coloco o ponto de partida da SC nos anos 40 e 50, nos movimentos proto-nacionalistas. Trago esse assunto porque nós nos esquecemos de beber nessas experiências. Porque é que aquela coalizão foi possível, juntando duas camadas da sociedade muito pouco prováveis de ser juntas, nomeadamente camponeses e intelectuais/jornalistas/escritores? Devemos olhar para a nossa história e ir lá buscar alguns exemplos de que já foi possível e pode ser novamente. Em relação ao modelo que se falou aqui várias vezes, espero que consigamos encontrar o nosso próprio modelo sem adotar modelos externos e pré-fabricados.

→ Quanto à questão de pessoas da SC vestirem camisolas partidárias isso ficou meio vago, na medida em que não foram nomeadas, no entanto devo dizer a título de exemplo que eu própria fui convidada por um partido para discutir uma plataforma para apresentar às eleições e não vejo onde está o problema. Eu quero ser ouvida. Não sou de nenhum partido, nunca fui nem vou ser, porque tenho problemas com a lealdade partidária. **Escolhi o campo da cidadania como o meu campo de luta e cada um de nós tem a sua legitimidade.** Eu estou sempre a pedir para ser ouvida e se me chamam para ser ouvida não vou porquê?

→ **Geralmente não valorizamos o trabalho feito na base voluntária e precisamos dar mais visibilidade a esse trabalho** para começarmos a dar outras perspectivas alternativas para a acção colectiva.

**Fernando Pacheco:**



- Tendo-me sido dirigida uma pergunta, gostaria de dar alguns esclarecimentos em relação à questão do FONGA. Acho que dentro desta sala devo ser a pessoa que melhor conhece aquele fórum porque participei na sua caminhada desde os primeiros encontros em 1991. Talvez por esse facto fui duas vezes presidente da Assembleia-Geral (AG), tendo sido eleito em 1994 na primeira AG e novamente em 1999 ou 2000. **Neste momento já não sou presidente da AG do FONGA porque me demiti, discordando do facto de haver uma plataforma de ONGs que defende teoricamente uma série de princípios que depois não coloca em prática.** O principal ponto de ruptura foi exactamente porque este secretariado perdeu legitimidade há três ou quatro anos atrás quando devia ter feito uma AG de renovação de mandatos. O secretariado poderia ser reconduzido ou não, mas temos de nos submeter aos estatutos, àquilo que é a regra dentro do FONGA e isso não aconteceu.
- **Eu na minha qualidade de presidente da AG tentei pressionar o secretariado do FONGA (que não é o FONGA) a criar as condições para a realização da Assembleia,** mas demo-nos conta que, por exemplo, o actual secretariado é integrado por membros que já não são aqueles que foram eleitos. A maior parte dos que foram eleitos já não fazem parte do secretariado, foram-se afastando pelas mesmas razões que aqui referi. Neste contexto, pedi a minha demissão e em Maio de 2008 o próprio conselho directivo da ADRA decidiu também retirar-se do FONGA, defendendo que existem outras alternativas. O FONGA é um fórum de ONGs, mas o que se passou a nível do conselho directivo da ADRA é que não tinha obrigatoriamente de ser o único, podem existir vários fóruns, tudo depende de quem se sente representado ou não, quais são as ideias, quais são os objectivos, qual a ideologia, qual a filosofia, qual a maneira de estar, etc.
- **Quando se fala de FONGA estamos em princípio a olhar para o fórum das ONGs angolanas e ao longo de todos estes anos o FONGA não conseguiu implantar-se a nível nacional porque o seu secretariado assume-se quase que apenas limitado a Luanda.** Na maior parte das províncias as pessoas não sabem o que é o FONGA, a não ser de terem eventualmente ouvido falar. Estes são alguns dos problemas em discussão. É uma pena que as pessoas do actual secretariado não estejam aqui para defenderem os seus pontos de vista, mas factos são factos, o secretariado deveria ter organizado a Assembleia-Geral há já cerca de três ou quatro anos atrás e não o faz.

**5.1.2 - Síntese das apresentações dos grupos de trabalho do primeiro painel<sup>5</sup>**

- Sublinha-se a necessidade de dar mais visibilidade ao papel da sociedade civil e de criar espaços de coordenação, tanto na perspectiva geográfica quanto temática, incluindo as mais variadas formas de organização e mesmo de grupos informais de cidadãos;
- A autonomia das OSC não exclui o diálogo com o Governo e outros actores, sendo necessário reforçar capacidades para tomada de posições e de intervenção;
- Quanto aos mecanismos de representatividade da sociedade civil e à sua legitimidade, considerou-se que o processo em curso deve cada vez mais procurar alicerçar-se em estruturas de base municipais, locais e temáticas,

<sup>5</sup> As sínteses dos resultados das discussões dos grupos de trabalho, incluídas ao longo de todo este capítulo, foram integralmente apresentadas à plenária da conferência que as discutiu e comentou, tendo-as posteriormente aprovado por unanimidade.

tendo em conta o debate contínuo e a dinâmica da análise-acção, criando-se condições para o diálogo e a parceria com as instituições do Estado, as empresas, os doadores e outros;

- Quanto à questão do voluntariado vs profissionalismo no seio da SC, considerou-se necessário dar mais visibilidade às iniciativas de voluntariado que ocorrem mas que não são suficientemente divulgadas e valorizadas;
- É necessário um mecanismo de coordenação da SC e deve estruturar-se ao nível nacional, provincial e municipal;
- Além da coordenação geral é necessário consolidar os fóruns temáticos e geográficos, sendo que as redes existentes podem constituir a base;
- Deve-se reforçar a ideia de Conferência enquanto processo e não um simples acontecimento isolado resultante de acções pontuais;
- É necessário melhorar a comunicação e a troca de informações entre as OSC e entre estas e outros actores, nomeadamente os meios de comunicação social, as igrejas e as autoridades tradicionais;
- As OSC devem melhorar a sua relação com os meios de comunicação social de modo a melhor passarem a sua mensagem, tendo em conta que as actividades das OSC não são suficientemente divulgadas.



**5.2 - SEGUNDO PAINEL:** O papel da sociedade civil no processo de descentralização; o resgate de valores culturais facilitadores da participação cívica e política.

### Composição do segundo painel

Moderador: Guilherme Santos (Presidente da ADRA-Angola)

1.º Prelector: Sérgio Calundungo (Director-Geral ADRA-Angola)

2.º Prelector: Luís Cristiano (Presidente do Núcleo Representativo das Associações do Dombe Grande - NRA; membro do Conselho Comunal de Concertação Social)

**Síntese da intervenção de Sérgio Calundungo:**  
Descentralização e participação cívica e política

Estrutura da Apresentação:

1. Coordenação, articulação e diálogo entre as OSC e as instituições do Estado face ao actual contexto político;
2. Qual é a nossa apreciação acerca do papel das OSC na descentralização?
3. Como avaliamos a operacionalização do processo de desconcentração e descentralização?
4. O que pretendemos quando nos envolvemos no processo de reflexão e debate sobre a descentralização?



**As OSC face aos direitos de participação no espaço público: Será que conhecemos estes direitos? Será que temos voz e espaço para exercê-los ou reclamá-los? Através de que mecanismos os podemos exercer e reclamar?**



5. Porque se coloca a questão do resgate dos valores culturais facilitadores da participação cívica e política?
6. O que podemos oferecer ao processo enquanto OSC?

1. Coordenação, articulação e diálogo entre as OSC e as instituições do Estado no actual contexto político.

- As OSC face aos direitos de participação no espaço público: Será que conhecemos estes direitos? Será que temos voz e espaço para exercê-los ou reclamá-los? Através de que mecanismos os podemos exercer e reclamar?
- As instituições do Estado e as suas responsabilidades na garantia destes direitos: existe reconhecimento institucional daqueles direitos? Existem meios e recursos para os garantir (meios e recursos humanos, materiais, financeiros, institucionais, legais, etc.)?

2. Qual é a nossa apreciação em relação ao papel das OSC no processo de descentralização?

- O papel das OSC ao nível do processo de descentralização não tem um modelo único, devendo ser adequado a cada contexto e à realidade da/s organização/ções.
- É importante saber o que se pretende com o processo? Como se deve realizar?
- Entre outros, importa clarificar aspectos relacionados com o direccionamento, a visão, a missão, as atitudes e comportamentos, os planos de implementação, o acompanhamento da dinâmica, as políticas, os programas e a legislação de suporte, os actores e as estruturas de operacionalização (incluindo recursos materiais, financeiros e humanos)
- Devemos ter em conta competências institucionais e individuais. Nas competências institucionais devemos colocar duas questões-chave: temos os actores, a legitimidade, as competências e os recursos necessários? Qual é a contribuição específica e fundamental que cada actor deve dar ao processo? Nas competências individuais devemos nos colocar a questão de saber que conhecimentos, habilidades e atitudes devem possuir os indivíduos com responsabilidades específicas no processo?
- Devem ser superados problemas relacionados com a iniciativa legislativa da Assembleia Nacional nestas matérias, o comprometimento com as regras e procedimentos definidos, a operacionalização das decisões, a prontidão para a mudança e a inovação.

3. Como Avaliamos a Operacionalização do Processo de Descentralização e Desconcentração?

- Até que ponto são conhecidos os aspectos centrais do processo, como a legislação, as estratégias e as políticas de descentralização?



**Até que ponto são conhecidos os aspectos centrais do processo, como a legislação, as estratégias e as políticas de descentralização?**



- Será que conhecemos claramente os objetivos, metas, recursos e prazos previstos?
- Que desdobramento de competências das diferentes instituições envolvidas se verificam na prática?
- Quem faz o acompanhamento do desempenho das instituições locais?
- Como se faz a monitoria regular e os questionamentos em relação aos resultados e desempenho? Qual o *feed back*?
- Como é feita a identificação das necessidades?
- Com que base se fazem as alterações às orientações para melhoria do processo e superação dos entraves e obstáculos?

#### 4. O que pretendemos quando nos envolvemos no processo de reflexão e debate sobre a descentralização?

- Saber qual a missão, a visão e os valores que presidem ao processo;
- Saber quais os marcos legais;
- Saber quais os marcos políticos;
- Saber quais as orientações para os cidadãos;
- Saber quais os procedimentos que vão presidir à gestão do processo e à manutenção da sua qualidade;
- Saber quais os mecanismos que podem assegurar a inovação metodológica do processo;
- Saber se e como se assegura uma gestão participativa.

#### 5. Porque se coloca a questão do resgate dos valores culturais facilitadores da participação cívica e política?

- Para ajudar a clarificar a Missão/Visão/Valores;
- Para reforçar a capacidade de decisão, o reforço dos CACS e forums, a iniciativa e a liderança locais, assim como a criatividade, a flexibilidade e a aprendizagem contínua;
- Para assegurar resultados e o foco no cidadão;
- Com uma missão, visão e valores mais claros e o reforço dos factores mencionados poderemos então conseguir o suporte de outros aspectos que são essenciais, como sejam o suporte político, a orientação para o cidadão, a gestão da qualidade, a inovação metodológica, a gestão participativa, procedimentos claros e suporte legal.

#### 6. Enquanto parceiros o que podemos oferecer ao processo?

- Identificar os hiatos e perceber o que é necessário para os reduzir;
- Desenvolver conteúdos de debate e trabalho;
- Apoiar a satisfação de necessidades e ajudar a ultrapassar obstáculos;
- Perceber que tipo de capacitação pode ser mais adequada para os actores locais e que conteúdos faltam aos programas;

- Saber adequar os programas disponíveis aos hiatos de competência das instituições locais;
- Saber elaborar planos de desenvolvimento local;
- Fazer a monitoria do processo e assegurar a retro-alimentação para potenciais e futuras correcções do mesmo;
- Perceber qual é o nosso papel enquanto actores da SC neste processo e onde se situa o limite da nossa actuação;
- Situarmo-nos quanto à nossa intenção - fornecer serviços ou exigir direitos? ou ambos?

Concluindo, na minha perspectiva, para o desenvolvimento justo, harmonioso e democrático de Angola, a descentralização terá de ser a nossa energia.

#### **Síntese da intervenção de Luís Cristiano:**

Dinâmica de participação: o caso da comuna do Dombe Grande no município da Baía Farta na província de Benguela

- Trago aqui o exemplo de uma experiência de participação a nível local, de um núcleo de associações comunitárias de base que tem vindo a crescer em capacidade de resolução de problemas das comunidades e de influência junto das autoridades da administração do Estado a vários níveis. Trata-se de uma experiência que nos permite estar hoje aqui nesta conferência a representar as comunidades da comuna do Dombe Grande no município da Baía Farta na província de Benguela.
- O Núcleo Representativo das Associações do Dombe Grande (NRA) é uma organização comunitária que congrega no seu seio organizações e associações, também elas de base comunitária. O NRA existe desde Novembro de 2001 com a finalidade de promover a solidariedade e unidade entre grupos e também de participar e interagir com as estruturas da administração do Estado no planeamento e implementação das diversas políticas locais.
- A partir de um estímulo inicial da ADRA começámos por incentivar a participação das comunidades e das famílias na resolução dos seus próprios problemas sócio-económicos por intermédio da criação de associações, que numa primeira fase procuraram influenciar a política da administração do Estado na gestão da vida associativa. O núcleo das associações nasceu neste princípio de pensamento de que todas as associações unidas teriam a capacidade de representar e defender os interesses das comunidades de base nos diversos escalões da administração do Estado. Esta dinâmica implicou muita discussão, divergências e obstáculos que tiveram de ser ultrapassados no nosso seio, num processo que acabou por reforçar a própria sociedade civil da nossa comuna e cujo exemplo se alastrou a outras comunas que tentam saber da nossa experiência.



**O núcleo das associações nasceu neste princípio de pensamento de que todas as associações unidas teriam a capacidade de representar e defender os interesses das comunidades de base nos diversos escalões da administração do Estado.**



- A certa altura da nossa evolução emergiram outras capacidades e a articulação e reflexão em torno de temas mais complexos como seja o processo da descentralização, que levou o NRA a ter uma visão sobre o assunto, que consideramos ser uma grande oportunidade de exercício da cidadania.
- No ano de 2003, apesar do clima de tensão que vivia o país, o NRA em conjunto com outros actores locais, pensava já na questão da municipalidade, tendo naquela altura promovido alguns debates sobre o assunto, com o fim de tentar defender os interesses da comuna a um nível mais elevado da administração do Estado – o município. Nesta lógica, chegámos à conclusão da necessidade de defender, junto dos órgãos da administração do Estado, uma maior autonomia e capacidade de decisão ao nível municipal, para que pudesse igualmente haver maior capacidade de decisão a nível comunal, ou seja, defendendo um processo de descentralização e desconcentração administrativa e financeira regional que chegasse ao nível da comuna.
- Deste modo, participámos na realização de um *workshop* para formalização de um programa de desenvolvimento local com a administração do Estado, ADRA e outros parceiros, tendo resultado num esforço de identificação dos principais problemas da região, das suas potencialidades e fraquezas, culminando na elaboração de um programa sectorial da comuna. Este percurso fez-se na base de consultas a várias comunidades que compõem a comuna do Dombe Grande, comunidades essas que passaram depois à fase de implementação de acções concretas de resolução dos seus problemas no seu próprio seio.
- Este processo de reflexão e acção, que vem decorrendo desde 2003 até hoje, permitiu ao NRA uma maior participação junto dos órgãos do Estado no âmbito do Decreto-lei 02/07 sobre poder local. Assim, fruto da dinâmica de crescimento, o NRA que antes só fazia parte do conselho de concertação social a nível da comuna acabou por ser convidado pela administração do município para fazer parte do conselho municipal de concertação social.
- Neste momento o desafio consiste em tentar agregar mais forças (organizações comunitárias da província, como Igrejas, bem como outros actores da sociedade civil e mesmo do sector privado) para poderem integrar este grande movimento de participação na vida pública, valorizando o diálogo participativo com as estruturas da administração do Estado, impulsionando o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.



**Neste momento o desafio consiste em tentar agregar mais forças (organizações comunitárias da província, como Igrejas, bem como outros actores da sociedade civil e mesmo do sector privado) para poderem integrar este grande movimento de participação na vida pública.**



### 5.2.1 - Síntese de perguntas e respostas do segundo painel

#### Síntese de perguntas/comentários



- Sei que o núcleo do Dombe Grande está bem estruturado e faz parte do conselho de concertação social da comuna, mas **gostaria que me desse um exemplo claro de uma coisa que o NRA já tenha opinado nesse conselho e que acha que foi implementado? Gostaria de saber se as vossas decisões têm de facto sido ouvidas e postas em prática?**
- Precisamos de ter maior domínio e conhecimento sobre este programa político de descentralização; a questão é saber como vamos ter domínio não só sobre este caso particular da descentralização, mas das políticas públicas em geral, para que possamos reflectir e agir em conformidade? De facto deveria estar aqui alguém do governo e este momento seria até oportuno para nos apresentarem o que está a ser feito.
- Eu creio que **o papel da sociedade civil no processo de descentralização seria melhor enquadrado se fosse apresentado por alguém do Ministério da Administração do Território - MAT, porque eles nos diriam o que esperam da sociedade civil neste processo de descentralização.** Na minha fraca experiência na província do Kuando Kubango as vezes que fui ter com o administrador ele não me conseguiu dar informações concretas sobre qual deveria ser o nosso papel enquanto OSC neste processo e por isso estou convicto que o MAT tem que trabalhar seriamente na disseminação de informação, porque há muita gente nestes municípios que não sabe o que se pretende fazer com a descentralização e fica muito complicado para nós OSC trabalhar aí; não temos documentos nem directrizes para ajudar a população nesta questão. Há necessidade de uma disseminação de informação e essa é uma das áreas que nós como sociedade civil poderíamos possivelmente ajudar o MAT a fazer.
- A respeito da descentralização penso que devemos estar optimistas; temos um quadro institucional legal - Decreto-lei 02/07 de 3 de Janeiro -, no ano passado 68 municípios foram contemplados com unidades orçamentais e recentemente o ministro da administração do território anunciou publicamente que a partir do princípio do próximo ano todos os municípios se vão tornar unidades orçamentais, mais ainda, temos a meta das autarquias para 2010. **Por vezes sinto que algumas OSC alimentam o cepticismo enquanto deveriam encorajar o processo de descentralização.** A nossa fraqueza enquanto OSC é que por vezes fazemos reparos, mas não agimos positivamente, ajudando e apoiando para melhorar. Devemos encorajar este processo.
- Parece-me que **o processo em curso é muito bom, mas os mecanismos para a sua operacionalização não estão bem criados**, devendo ser debatidos com mais profundidade com os representantes do governo.
- **Gostaria que se debatesse o papel dos sobas neste processo;** muitos deles, "mais velhos", desde que receberam o fardamento e a patente ficaram perdidos, preocupam-se mais em irem às administrações receber os salários e atender o administrador comunal ou municipal do que resolverem os problemas que surgem nas suas comunidades; gostaria de saber o que é que nós, membros da SC, podemos fazer para inverter a situação?

→ Gostaria de saber o que as OSC têm feito para incentivar a população a participar no processo de descentralização?

→ A sociedade civil existe para ajudar a resolver problemas sociais, mas é preciso perceber que **quando se tira o poder a alguém para o dar a outros pode-se estar a iniciar um conflito e nestes casos como é que a SC vai intervir?**

→ Os problemas de representatividade que temos tido na SC reside no facto de **quando uma das nossas organizações é ouvida em determinado espaço isso ser interpretado e utilizado, por quem nos ouve, como sendo auscultação à SC, quando na verdade estamos lá a título individual e não representamos a SC; daí a necessidade de se criar uma norma de procedimentos em que esta representação se faça em nome próprio ou em nome de outros, mas que não fique dúbio.** Um outro problema para a mesa comentar é o das autoridades tradicionais. Quando falamos no processo de descentralização temos que pensar nas pessoas que vivem nas áreas rurais onde geralmente a autoridade tradicional tem poder, ao ponto de poder vir a influenciar as futuras eleições autárquicas. **Será que é legal ou legítimo, por exemplo, um soba que detém influência sobre os seus súbditos ser candidato? Quem da comunidade vai votar contra ele?**

→ O problema da descentralização tem duas dimensões - jurídica e político-administrativa. Na dimensão político-administrativa, o governador nomeia os administradores e dá autonomia financeira para que possam trabalhar, mas falta o respaldo jurídico para que isso funcione na prática, ou seja, **falta o enquadramento constitucional das autarquias.**

→ O maior imperativo da descentralização é político-administrativo; sempre se criticou muito neste país a excessiva concentração da gestão do dinheiro público, mesmo hoje se formos ao orçamento veremos que mais de 70% da verba orçamental é gerida a partir de Luanda, a partir do poder central e então a preocupação maior é distribuir estes fundos para que eles possam ser geridos a partir dos municípios. Contudo, isso não significa descentralização, porque essa gestão vai continuar centralizada nos municípios, que vão continuar a funcionar de forma concentrada e é aí que deve entrar em acção a dinâmica da sociedade civil, para que o administrador municipal e os seus colaboradores mais directos não decidam sozinhos o que é mais importante para os municípios. É aí que as **OSC podem ajudar para que exista um diálogo participativo entre os municípios e os cidadãos. Infelizmente, as OSC conhecem melhor as necessidades e prioridades das comunidades do que os políticos e aqui podem fazer a ponte junto do poder político-administrativo.**

## Síntese de respostas

### Luís Cristiano:



→ Começaria por esclarecer que não foi fácil levantar este movimento da SC na comuna do Dombe Grande dado o clima de tensão que se vivia no país. O passo seguinte foi quando se realizaram várias acções de identificação dos problemas da comuna, aí **encontrámos mais obstáculos, percebendo que o espaço de intervenção cívica não era afinal suficientemente amplo, tendo surgido problemas com a polícia, etc.**

- **Percebemos que a solução de vários problemas da comuna tinha de passar pelo município e que era necessária alguma diplomacia.** No entanto, o movimento das associações não parou, foi trabalhando, tendo realizado alguns intercâmbios com outras localidades, outras comunas, para juntos percebermos até que ponto interessava discutir este tema.
- **O nosso movimento não emerge com o Decreto 02/07. Este decreto surge-nos como uma oportunidade de desenvolver ainda mais a nossa actividade de exercício de cidadania porque a comunidade é convidada a estar um pouco mais próxima da administração.** Quando não existia aquela legislação, algumas associações viram-se forçadas a parar a sua actividade; não foi o nosso caso e hoje alcançámos o nível de um núcleo que representa várias associações. Somos hoje o resultado de grandes combates travados de 2003 a 2008.
- **Do trabalho que desenvolvemos resultaram inúmeros benefícios para as comunidades do qual destaco o *workshop* alargado com vários actores (incluindo o governo) que referi na minha apresentação e que culminou no “Programa de Desenvolvimento Local - PDL”, de onde resultou a elaboração de um plano de desenvolvimento sectorial para o município.** O NRA foi sempre convidado a fazer parte deste processo, tanto na recolha de dados como na sua elaboração e hoje temos resultados concretos de resposta aos problemas da comunidade, como sejam a electrificação, o sinal da TPA, o sinal da telefonia móvel, a reabilitação de algumas infra-estruturas, a colocação do ensino médio na nossa comuna (que para nós era um grande problema porque os jovens tinham de vir estudar para Luanda), a reabilitação de algumas áreas terciárias, a reabilitação de alguns diques de irrigação de lavras por via do desassoreamento no âmbito do programa do governo central, etc. Significa isto que existem uma série de melhorias que são o resultado das nossas acções.
- **Perguntaram-me se temos sido ouvidos e a resposta é que se não o fôssemos também já não estaríamos lá, não interessava para nada a nossa participação.** Em 2004 já tínhamos sido convidados no âmbito do conselho comunal de concertação social, mas naquela altura este conselho era muito restrito, cabia à administração determinar que organizações faziam parte. Este Decreto traz uma oportunidade de alargar e institucionalizar a participação e é assim que nós aparecemos agora a nível do município, visto que antes fazíamos parte só da comuna. O município reconheceu o trabalho da sociedade civil na comuna do Dombe Grande e convidaram-nos a fazer parte do conselho municipal.

#### Sérgio Calundungo:



- Antes de mais gostaria de deixar claro que na minha perspectiva **a descentralização é um tema ao mesmo tempo pacífico e polémico.** Por um lado é pacífico na medida em que todos falam e querem a descentralização, sejam os diversos partidos políticos, sejam as OSC, o governo ou os doadores; é polémico quando se começa a falar sobre o que se pretende com a descentralização e como a vamos implementar, nessa altura começam as divergências.

- Não sei até que ponto seria conveniente ter aqui alguém do MAT a explicar-nos qual deverá ser o nosso papel enquanto SC neste processo. Trata-se de um processo novo, numa fase inicial, e que deverá merecer a nossa intervenção participativa desde o início; **devemos ser nós a assumir uma posição sobre o que queremos para o processo e o que queremos do processo e não esperarmos que nos venham dizer qual o papel que nos têm reservado.** Temos geralmente um grande deficit em questionarmos e em buscarmos em nós as respostas sobre o que queremos e qual é o nosso posicionamento em relação aos assuntos, em protestarmos e em apresentarmos propostas e iniciativas. Não temos simplesmente de esperar que seja o MAT a reflectir qual deve ser o papel da SC no processo e vir transmitir-nos essa informação.
- Foram aqui mencionadas questões relativamente aos espaços de participação da SC neste processo. Em meu entender podemos falar de três níveis de espaços: o espaço onde se tomam as decisões políticas a nível central - o parlamento e o governo -, que é um espaço fechado; um segundo espaço de nível intermédio, de preparação da legislação -, por exemplo a IV comissão da Assembleia Nacional que trata das questões da descentralização -, que é um espaço semi-aberto a algumas sugestões das OSC; um terceiro espaço, que está mais junto das comunidades de base, ao nível das comunas e municípios e que podemos criar e alargar para discutir estes problemas da descentralização. **A meu ver, o grande desafio está em ocuparmos um lugar em todos os espaços, desde o nível comunal ao nacional.**
- Temos de encorajar formas de participação e de inclusão nos diversos espaços e não deixar que se fechem, porque existem tentativas de os fechar. **Ao falar desta ocupação de espaço levanta-se, uma vez mais, o problema da representatividade das OSC que ocupam os espaços. Por vezes confundimos representatividade com legitimidade.** Quando um grupo de cidadãos preocupados com o projecto da Baía de Luanda se junta para reclamar tem toda a legitimidade para o fazer de acordo com a sua condição de cidadania, embora possa não representar mais do que a opinião pessoal dos seus membros. Não lhe podemos negar o direito de se expressar com o argumento de que não é representativo ou exigir que primeiro se torne representativo para depois se expressar.
- Temos de ter consciência que **mesmo na altura da ajuda de emergência, antes de as ONG chegarem a um campo de deslocados, havia uma série de mecanismos de reivindicação e representação que as comunidades adoptavam** e que implicava participação e coordenação, mesmo que a representação não fosse a mais alargada, mas perante o problema as pessoas interessadas juntavam-se e criavam os seus mecanismos, isto é legítimo e era feito no seio das próprias comunidades.
- **Não pretendamos ter uma resposta única face a determinados desafios que exigem uma tomada de posição,** podemos e devemos aceitar a pluralidade de posições e questionamentos no espaço público, que são legítimos, e não aceitar um papel que nos queiram impor as estruturas governamentais ou outras.



### 5.2.2 - Síntese das apresentações dos grupos de trabalho do segundo painel

- Existe no processo de descentralização uma oportunidade e um espaço para a participação das OSC mas não são suficientemente explorados;
- As experiências do processo de descentralização devem ser divulgadas e partilhadas;
- O fraco conhecimento do quadro jurídico-legal é um sério constrangimento à participação do cidadão comum e das OSC no processo de descentralização;
- Para a maioria das OSC não está claro o papel que podem desempenhar no processo;
- A autonomia financeira permite abordar os problemas reais de cada município;
- A participação do cidadão é mais efectiva ao nível local;
- Existe uma necessidade premente de capacitar os quadros da Administração local e dos CACS e Fóruns;
- Existe uma fraca cultura democrática e de participação;
- Os CACS são integrados por indivíduos e organizações da conveniência dos administradores municipais;
- A condução do processo de descentralização não tem sido transparente uma vez que a calendarização das etapas não é conhecida, tendo-se passado de 68 municípios inicialmente envolvidos no processo para a totalidade sem uma avaliação da experiência nem o prévio conhecimento público.

**5.3 - TERCEIRO PAINEL:** O acesso a recursos, públicos e privados, como condicionante da autonomia e eficácia das OSC; o papel do voluntarismo e dos diferentes doadores.

#### Composição do terceiro painel

Moderador: Viegas Bernardo (Instituto Superior João Paulo II)

1.º Prelector: Paula Cristina (Delegação da Comissão da União Europeia em Angola)

2.º Prelector: Carlos Figueiredo (ADRA-Angola)

#### Síntese da intervenção de Paula Cristina Fernandes: O papel do voluntarismo e dos diferentes doadores

- Antes de mais, gostaria de precisar que venho aqui falar em nome pessoal e não em nome da Comissão Europeia
- Começo por louvar esta iniciativa da II Conferência e sobretudo o esforço que foi feito ao nível das conferências provinciais, porque acho que é aí que este evento ganha representatividade e legitimidade. Considero que o

grande desafio para este evento está em encontrar uma síntese, resultados concretos no final destes três dias. É bom reunirem, discutirem, explicitarem problemas, divergências de opinião, mas também será necessário dar passos concretos de conclusão do trabalho no final desta conferência.

- A minha apresentação tem por base uma experiência de trabalho não só do lado dos doadores, mas também do lado da angariação de financiamentos; trabalho na UE, mas já trabalhei nas Nações Unidas e numa embaixada, enquanto doador unilateral, para além de já ter estado do vosso lado, ou seja, do lado de apresentar propostas para angariar fundos e ter parceiros. Tenho, pois, experiência dos dois lados.
- O título deste painel já diz de toda a complexidade da questão de acesso aos fundos e o equilíbrio que se tem de conseguir para garantir os meios para uma acção eficaz sem, no entanto, perder a margem da actuação ou o que se chama de independência e identidade.



**O título deste painel já diz de toda a complexidade da questão de acesso aos fundos e o equilíbrio que se tem de conseguir para garantir os meios para uma acção eficaz sem, no entanto, perder a margem da actuação ou o que se chama de independência e identidade.**



Estrutura em três pontos:

- 1 - A questão dos meios para actuar;
- 2 - A capacidade de intervenção, envolvendo a problemática da especialização e da profissionalização, tendo em conta a questão da prestação de contas e da legitimidade interna;
- 3 - Algumas ideias para reflexão/acção futura.

**1 - Antes de definir os meios para actuar têm que se definir e fixar objectivos e uma estratégia para os alcançar.**

- Falar do acesso aos recursos implica falar da questão dos programas das OSC. Será que eles existem enquanto trabalho de identificação com a população alvo e com os parceiros institucionais, fundamentando uma estratégia para resolver problemas? Ou será que os programas são somente respostas aos convites para apresentação de propostas para os concursos dos doadores?
- É óbvio que os doadores têm as suas prioridades e os seus programas, e através deles influenciam as prioridades das OSC, *donor driven* (e.g. educação cívica em período eleitoral e HIV-SIDA), mas é preciso reflectir sobre a questão da relação entre as prioridades dos doadores e a necessidade das OSC terem as suas próprias prioridades, definirem um quadro estratégico plurianual directamente com os beneficiários e não perderem assim a ligação com as comunidades.
- Quanto mais as OSC tiverem as suas prioridades bem definidas mais terão capacidade de influenciar as prioridades (geográficas e financeiras) dos próprios doadores e dos diferentes parceiros.
- Se as OSC têm uma estratégia bem definida, a qualidade do diálogo entre parceiros pode ser melhorada, ultrapassando a relação doador-beneficiário, mantendo-se um diálogo aberto e transparente, com conhecimento mútuo



**É preciso reflectir sobre a questão da relação entre as prioridades dos doadores e a necessidade das OSC terem as suas próprias prioridades, definirem um quadro estratégico plurianual directamente com os beneficiários e não perderem assim a ligação com as comunidades.**





**Muitas vezes os doadores optam por uma implementação através da sociedade civil por vários motivos: ou porque acreditam que elas têm uma capacidade de intervenção de qualidade (...)**

**(...) ou porque podem assumir um papel de prestadores de serviços em substituição de algumas funções do Estado (que não consegue até agora exercer plenamente as suas funções em alguns sectores sociais).**



**A transparência é fundamental, não só ao nível da prestação de contas, mas também da legitimidade interna, que se alcança por via das assembleias-gerais, do conhecimento do terreno e da manutenção das relações com as bases. São estes os factores que permitem ter credibilidade institucional que é essencial para aceder a fundos externos.**



das especificidades de cada um e das suas prioridades. A comunidade internacional também é unida na sua diversidade; somos obviamente diversos e com posições diferentes, mas que podem ser conhecidas e articuladas mediante diálogo aberto.

- Outra possibilidade é termos programas dos doadores implementados por uma OSC. Muitas vezes os doadores optam por uma implementação através da sociedade civil por vários motivos: ou porque acreditam que elas têm uma capacidade de intervenção de qualidade, pelo seu posicionamento junto das comunidades, autoridades locais ou nacionais; ou porque podem assumir um papel de prestadores de serviços em substituição de algumas funções do Estado (que não consegue até agora exercer plenamente as suas funções em alguns sectores sociais). No entanto há que ter consciência de que neste caso se trata de um programa do doador com as prioridades do doador.

**2 - A capacidade de intervenção, envolvendo a problemática da especialização e da profissionalização, tendo em conta a questão da prestação de contas e da legitimidade interna.**

- Cada vez mais se esperam resultados concretos e impacto mensurável que exige planificação e programação ao invés de improviso. Isto implica profissionalização e especialização crescente das OSC.
- A questão da especialização interna é essencial. A organização tem que pensar: qual é a minha mais valia neste sector? Ao invés de estar a concorrer à pressa para todos os concursos que abrem, deverá perguntar-se em que sector temos capacidades internas específicas para concorrer e desempenhar um bom trabalho? Que tipos de parcerias, consórcios com outras OSC, podem ser úteis para atingir os objectivos fixados internamente?
- Sobre a questão da profissionalização tem de haver uma reflexão profunda:
  - Por um lado, existe a necessidade de profissionalização tendo em conta que as organizações que querem aceder a fundos externos têm de criar capacidade interna para prestar contas, apresentarem relatórios financeiros e técnicos. Temos que ter consciência que os doadores também têm que prestar contas, porque os montantes financeiros envolvidos são fundos públicos e, como tal, vão exigir aos seus parceiros que prestem contas. Uma organização que sabe prestar contas é uma organização que ganha uma imensa vantagem. A transparência é fundamental, não só ao nível da prestação de contas, mas também da legitimidade interna, que se alcança por via das assembleias-gerais, do conhecimento do terreno e da manutenção das relações com as bases. São estes os factores que permitem ter credibilidade institucional que é essencial para aceder a fundos externos;
  - Por outro lado, será que a profissionalização não vai contra o espírito de associativismo e a noção de voluntariado, que são bases fundamentais para a SC em qualquer país, em qualquer contexto?

### 3 - Algumas ideias para reflexão-acção futura.

- A questão da utilidade pública deve ser discutida para todas as OSC na medida que este estatuto pode permitir o acesso a fundos do orçamento do Estado. É importante as OSC entenderem como se acede a fundos do orçamento geral do Estado, quais são os critérios de elegibilidade e quais as oportunidades e riscos. O mesmo se coloca para os financiamentos vindos do sector privado e das fundações.
- Tendo em conta que o sector privado em Angola tem lucros significativos há que colocar a questão da responsabilidade social. O poder político deverá equacionar a possibilidade de um sistema fiscal que ofereça vantagens às empresas e sectores que subsidiem acções sociais.
- Um outro aspecto que gostaria de levantar respeita à angariação directa de fundos pelas OSC, ou seja, a realização de actividades geradoras de rendimentos, que vão de um pequeno bar aos serviços de fotocópias. Tem de se reflectir se isto é ou não viável para financiamento das OSC.
- Por fim, há que ter em conta que o principal e mais valioso recurso que têm as OSC são os recursos humanos com experiência, com capacidade de intervenção, com conhecimentos muito valiosos. Este recurso poderá dar às OSC uma margem de manobra quando estão a negociar fundos muito grandes, ou seja, não estão só na função de estar a pedir, mas estão também a oferecer, a quem vos financiar, recursos humanos de alta qualidade.

#### Síntese da intervenção de Carlos Figueiredo:

Acesso a recursos, controlo e autonomia

Estrutura em 3 partes:

1. Quem somos, no que toca à relação com os recursos?
2. O investimento e o seu impacto na autonomia.
3. Alguns desenvolvimentos desejáveis.

#### 1. Quem somos?

- Seremos organizações de voluntários, assentes na visão dos seus membros? Ou seremos organizações que vendem um serviço (de assistência social) desde que existam clientes dispostos a pagar por estes serviços?
- Clarificar quem somos ajuda-nos a clarificar que tipo de relação temos com os diferentes tipos de recursos: os fundos dos doadores e o tempo das pessoas que voluntariamente querem contribuir para provocar mudanças.
- Seremos sub-contratados da assistência social? Não tem nada de errado em ser sub-contratado, desde que se preste um serviço com qualidade e feito de forma conscienciosa. A única limitação deste tipo de organização é que elas servem as prioridades de quem paga. Os pobres são apenas objectos, cujos interesses podem, ou não, ser realmente levados em consideração.



**O poder político deverá equacionar a possibilidade de um sistema fiscal que ofereça vantagens às empresas e sectores que subsidiem acções sociais.**



**Clarificar quem somos ajuda-nos a clarificar que tipo de relação temos com os diferentes tipos de recursos: os fundos dos doadores e o tempo das pessoas que voluntariamente querem contribuir para provocar mudanças.**





**Os doadores não são todos iguais! Pela escolha dos nossos doadores podemos estar a cultivar o reforço das nossas organizações como entidades autónomas ou podemos estar a desenvolver a sua dependência. Há doadores que usam as organizações locais como meros instrumentos e há outros que se interessam em investir no reforço da capacidade real das OSC nacionais.**



**Pelos princípios da declaração de Paris e pela Agenda de Accra para Acção (que muitos doadores subscreveram) deve existir prestação de contas mútua (os doadores devem prestar contas também aos países do Sul e às suas sociedades civis).**



- Seremos organizações que funcionam na base da sua agenda própria? Quem participa na definição dessa agenda? Neste tipo de organização os doadores são apenas um aliado que fornece um determinado tipo de recurso. Assim, os doadores são seleccionados de acordo com a agenda e as prioridades da organização (não se alterando a agenda da organização em função da área que é financiada). Neste tipo de organização pode colocar-se a questão de saber quem define a agenda. A existência de uma vida interna democrática, com debate, com controlo das lideranças, é importante para a qualidade da intervenção deste tipo de organização e para a sua sustentabilidade.
- Somos uma mistura de sub-contratação e de agenda própria? Na realidade as organizações vão-se constantemente transformando e podem passar de organizações orientadas segundo as agendas dos doadores (segundo as modas) para passarem a ser mais enraizadas em processos internos. Uma mesma organização sofre frequentemente de uma tensão interna entre as duas lógicas.

## 2. O investimento e o seu impacto na autonomia.

- Quanto mais nós investirmos nas nossas organizações mais fortes elas se tornam e mais donos somos dos seus destinos. O investimento de que falamos aqui pode revestir-se de muitas outras formas para além do dinheiro (sem o excluir): o tempo, a visão, as redes de conhecimento, etc.
- Se para fazer algo nós temos de ser pagos para o fazer, é normal que as nossas organizações percam autonomia e fiquem por isso dependentes das agendas de quem paga.
- Os doadores não são todos iguais! Pela escolha dos nossos doadores podemos estar a cultivar o reforço das nossas organizações como entidades autónomas ou podemos estar a desenvolver a sua dependência. Há doadores que usam as organizações locais como meros instrumentos e há outros que se interessam em investir no reforço da capacidade real das OSC nacionais.
- Deverá existir investimento em tempo, fundos, conhecimento e visão, como base para uma real autonomia e controlo sobre a forma como os fluxos de recursos da ajuda ao desenvolvimento são aplicados.
- Pelos princípios da declaração de Paris e pela Agenda de Accra para Acção (que muitos doadores subscreveram) deve existir prestação de contas mútua (os doadores devem prestar contas também aos países do Sul e às suas sociedades civis). A sociedade civil angolana deve investir mais em desenvolver a sua capacidade para se engajar de forma informada nestes processos.

## 3. Alguns desenvolvimentos desejáveis

- Maior reconhecimento e valorização do que temos (voluntarismo / nossa contribuição);
- Se apenas valorizarmos o que os doadores têm para dar, isso vai resultar numa atitude de subserviência e dependência;

- Mais investimento pelos cidadãos (investindo e controlando as organizações em que investem);
- Os associados de uma organização devem senti-las como suas. Estes poderão ter os seus empregos noutros sectores mas, pelo seu tempo, pelas suas quotas, pela sua fiscalização, fazerem um investimento de valor estratégico para as OSC;
- Deverão existir mais recursos públicos acessíveis para as OSC na base do mérito. O Estado angolano deverá ter um papel mais estratégico no desenvolvimento das organizações com mais mérito e mais enraizadas em interesses da população (não obrigatoriamente as mais dóceis politicamente);
- As OSC devem desenvolver mais os seus conhecimentos sobre os mecanismos de ajuda internacional e ter um papel activo para influenciar esses fluxos de ajuda;
- Algumas ferramentas que nos poderão ser úteis para este jogo do controlo dos recursos - um jogo onde muito se define:
  - Para controlo interno - os nossos estatutos, os conselhos fiscais, as assembleias;
  - Para o acesso aos fundos públicos - a lei sobre o estatuto de utilidade pública, o engajamento no processo de orçamentação;
  - Para prestar contas e pedir contas aos doadores - a Agenda de Accra para Acção e a Declaração de Paris.



O Estado angolano deverá ter um papel mais estratégico no desenvolvimento das organizações com mais mérito e mais enraizadas em interesses da população (não obrigatoriamente as mais dóceis politicamente).



### 5.3.1 - Síntese de perguntas e respostas do terceiro painel

#### Síntese de perguntas/comentários



- Pensando num conceito mais abrangente de sociedade civil, que não somente ONGs, gostaria de saber **se alguma vez a União Europeia financiou uma instituição da sociedade civil que não fosse uma ONG?** Quanto à argumentação da prestação de contas considero interessante e a propósito **gostaria igualmente de saber se programas da União Europeia como o Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE) tem algum mecanismo de prestação de contas à sociedade civil angolana ou aos actores não estatais angolanos, porque provavelmente é a eles que se destina o programa?**
- Quanto à questão da dependência e da parceria, concordo que nenhum dos lados é totalmente independente depois de se assinar um contrato de apoio, mas **o verdadeiro problema é que a parceria é desigual, existe uma relação de poder desequilibrada entre os dois lados.**
- Como avaliam o cumprimento dos princípios da **agenda de Accra e da declaração de Paris em Angola? Em que ponto estamos?** Há uma pretensão dos doadores avançarem neste sentido?



As OSC devem desenvolver mais os seus conhecimentos sobre os mecanismos de ajuda internacional e ter um papel activo para influenciar esses fluxos de ajuda.



- É fácil criticar que as OSC têm poucos voluntários, mas infelizmente esta é a realidade que vivemos no país. **O voluntariado tem sido muito pouco promovido, muito pouco valorizado.** Tirando talvez as organizações mais ligadas à fé, as restantes organizações debatem-se com este problema e, por aquilo que conheço, são geralmente as mulheres e os jovens que maioritariamente se engajam no voluntariado, sabendo-se que uns e outros não têm muito tempo; no caso das mulheres são elas muitas vezes o garante do rendimento familiar, no caso dos jovens estes estão a começar a sua vida e torna-se extremamente problemático empregar o seu tempo sem remuneração.
- Não vou falar sobre a questão dos recursos dados pelas empresas privadas, porque acho bastante perversa a utilização e a forma como estes recursos são disponibilizados em Angola, mas partindo das intervenções a que assistimos existem duas questões fundamentais: por um lado, o tratamento diferenciado que os doadores dão às províncias, beneficiando umas em relação às outras, por outro lado a incapacidade das organizações que estão em certas províncias mais distantes de terem acesso à informação acerca dos concursos para financiamento de projectos, que são muitas vezes apenas comunicados na capital ou nas principais cidades. Em parte **por estes motivos assistimos ao desenvolvimento desigual entre as OSC do litoral e do interior do nosso país.**
- Muitas vezes há um excelente trabalho ao nível dos projectos das OSC nacionais a trabalharem no terreno, não só do ponto de vista de execução mas também de recolha de informação valiosa e de estudo realizado, mas o problema que se coloca é que **geralmente os doadores não são muito receptivos a financiarem publicações com esta informação, que poderia ser extremamente útil para todos aqueles que estudam o país.** No entanto e curiosamente, por vezes esta informação é incorporada em relatórios de organizações internacionais de circulação restrita ou utilizada selectivamente em meandros do governo.
- Na relação entre a sociedade civil e os doadores **uma primeira forma de criar confiança é ter projectos minimamente duradouros e não de curto prazo e pontuais. Por outro lado, ao invés do doador esperar que lhes cheguem os relatórios à mesa deveria ir ao terreno conhecer os projectos.**
- Quais as **implicações e aplicabilidade da agenda de Accra e dos princípios da declaração de Paris para Angola sabendo que o governo angolano não ratificou estes documentos?**
- **A nossa luta pode ir muito longe com uma aliança estratégica com os meios de comunicação social** para provocar a breve trecho mudanças e transformações.
- **O que é que nós podemos fazer no sentido das OSC poderem beneficiar dos fundos públicos de que beneficiam a Ajapraz e o Fundo Lwini? O espaço da sociedade civil é para todos, mas até que ponto é que nós poderemos definir claramente as fronteiras entre sociedade civil e Estado ou funcionalismo público quando há muita gente nas OSC que tem altos cargos no governo? Até que ponto não há uma certa promiscuidade e que tipo de fronteiras podemos definir?**
- Quem deve participar na **definição das agendas das OSC?**

## Síntese de respostas

**Paula Cristina:**



- Sobre a questão da possibilidade de se ser funcionário e membro de uma OSC, considero que a **participação na sociedade civil é um direito legítimo de qualquer cidadão, um acto de cidadania**. Contudo, não se pode pedir às pessoas que coloquem as tarefas da sua participação na sociedade civil à frente das suas tarefas profissionais que garantem a sua subsistência.
- Voluntariado é tirar de seu tempo disponível para participar em algumas acções; as pessoas têm que dar uma certa parte delas próprias porque se trata de um acto de cidadania, quase diria um acto de militantismo, no sentido nobre do termo e sem querer criar aqui nenhuma polémica, **estar na sociedade civil é ser "militante", é acreditar em valores**.
- Como doadores nós **estamos à procura de profissionais** no sentido de qualidade, porque se está à procura de resultados conforme está na declaração de Paris, **mas isto não impede o voluntariado**.
- A comissão europeia já financiou outras OSC que não ONGs; **o nosso princípio é financiarmos actores não estatais, isto significa que até podemos financiar sindicatos, contudo, o problema por vezes é que normalmente só podemos apoiar organizações legalizadas porque corremos o risco de perder os fundos caso esta organização não cumpra**. Não podemos intentar uma acção contra uma organização que não existe legalmente. Existem este tipo de limites.
- **Sobre a declaração de Paris e a agenda de Accra, é verdade que Angola não assinou os documentos, no entanto os doadores assinaram e temos realmente neste momento uma obrigação de avançar com isto**. Há um problema aqui em Angola de coordenação dos doadores, estamos aqui numa relação um pouco especial porque, de facto, não fazemos apoio orçamental. Normalmente, quando se faz apoio ao orçamento do Estado, há uma coordenação entre doadores, mas aqui não é fácil a coordenação porque as cooperações estão em paralelo aos investimentos privados de alguns países.
- **Na declaração de Paris os doadores dizem que vão dar mais apoio orçamental, ou seja, os fundos devem entrar no orçamento geral do Estado enquanto instrumento que define as prioridades**. Várias OSC no Sul queixaram-se deste princípio, argumentando que com isso muitas deixariam de ter acesso aos fundos porque não têm acesso ao orçamento.
- **Quanto à questão dos critérios de acesso aos fundos públicos não me compete a mim responder, acho que devem ser os legisladores que trabalham sobre as questões de utilidade pública que devem responder; eu também gostaria de saber**.
- **Desigualdade a nível geográfico, é verdade**, muitos concursos são feitos com algumas províncias alvo e sem dúvida que existe o problema do acesso à informação.
- Quanto aos projectos breves é verdade, nós **apoiamos sobretudo projectos de curto prazo, deveríamos entrar em projectos mais longos para dar tempo às organizações para terem um programa e resultados**.

- **Quando damos financiamento obviamente queremos visibilidade**, mas acho que todos quando participam de alguma coisa querem ter visibilidade e ainda para mais nós estamos a utilizar fundos públicos e, como tal, precisamos de informar o Parlamento Europeu sobre como estão a decorrer os projectos.
- Sobre as publicações e o acesso à informação, **acho que todos os doadores concordam que as OSC têm acesso a informações importantes**. Por vezes quando passam a informação ao doador este terá maior capacidade em fazer com que a informação chegue a um lugar de poder, mas acho que vocês só têm a ganhar se essa informação chega até um lugar onde possa ser discutida e onde se tomem decisões.
- **Sobre os media, concordo perfeitamente com a aliança estratégica**.
- Quanto a ir ao terreno visitar os projectos, gostaria que se colocassem no lugar do doador, tendo 50 ou 60 contratos de 10 mil euros cada e tendo que visitar cada um deles. Não é possível, nunca vamos poder ir vê-los, não nos peçam o impossível. **Ou optamos por grandes contratos aos quais só se poderão candidatar duas ou três organizações aqui em Angola e assim podemos visitar os projectos, ou temos também pequenos projectos mas que não podemos visitar**.
- Quanto ao retorno do PAANE, isso é uma obrigação do acordo de Cotonou. O governo de Angola ao assinar o acordo Cotonou assumiu a obrigação de ter um programa de apoio aos actores não estatais. Obviamente que este programa também nos ajuda a fazer a ligação com toda a sociedade civil, **mas tal como os doadores só vos pedem a vocês relatórios financeiros, também o Parlamento Europeu às vezes só nos pede relatórios financeiros, coisas muito administrativas**.

#### Carlos Figueiredo:



- **Como é que avalio o cumprimento da Declaração de Paris e da agenda de Accra? Avalio negativamente**. Angola não subscreveu e nós na sociedade civil estamos muito afastados do problema. Nesta, como em muitas outras discussões, temos estado um pouco omissos.
- A ajuda ao desenvolvimento em Angola tem uma importância relativamente menor do que noutros países, a quantidade de recursos que são gerados pela indústria petrolífera e outras fazem com que proporcionalmente os fundos da ajuda ao desenvolvimento tenham um peso menor. Eu acho que isto é positivo, **é bom o país não ser dependente do dinheiro que vem de fora, mas seria igualmente necessário existirem mecanismos de controlo desses recursos pelos cidadãos e infelizmente nesse campo estamos muito atrasados**.
- **Em relação ao voluntariado, concordo que se valoriza pouco aquilo que há e acho que há mais do que se diz**. Um exemplo é a ADRA, que tem pessoas que dão o seu tempo livre, dão dinheiro, dão as suas opiniões e eu acho que isso é valioso, provavelmente é pouco visível e devíamos valorizar mais isso.

- Desigualdade ao nível geográfico? Acho que está relacionado com o facto de ainda funcionarmos pouco na lógica da solidariedade; **o que é que nós como sociedade civil angolana fazemos em termos de divulgar e dar mais apoio às zonas mais pobres? Fazemos pouco.** Se tivermos um movimento mais forte, de ter as tais organizações de organizações e termos momentos como este, devemos aproveitar para o fazer.
- Devemos sentir a responsabilidade de influenciar os doadores. Não devemos dizer: eles têm o dinheiro e vamos fazer o que eles mandam. **Devemos ter uma estratégia clara de influenciar as agendas e a maneira de actuar dos doadores e aí entra a importância de ter organizações de organizações.**
- Para termos um engajamento eficaz com União Europeia, Banco Mundial, Governo de Angola, etc., é bom arranjar uma forma articulada de o fazer. **Nós cidadãos, nós organizações, temos que controlar mais os diversos escalões de organizações em que estamos envolvidos,** através de assembleias que dêem o controlo aos seus associados, através de secretariados controlados pelos seus membros. Estes são instrumentos na nossa mão para influenciar determinadas políticas dos doadores, do Estado, etc.
- **Quanto ao acesso aos recursos públicos, há uma lei de utilidade pública, mas isso não chega, é preciso ir à luta para exigir que a lei seja cumprida.** Muitas vezes na lei está escrita uma coisa, mas depois na prática faz-se de outra maneira e nós todos aceitamos. Aceitamos com os estatutos das nossas organizações e aceitamos com as leis gerais.

### 5.3.2 - Síntese das apresentações dos grupos de trabalho do terceiro painel

- Tem de se equilibrar a necessidade de mobilizar recursos com a missão, o ideal e o compromisso da Organização. Para isso as OSC devem conceber planos estratégicos e programas fundamentados na sua missão, no diagnóstico da situação real e na definição das suas prioridades;
- A especialização das OSC pode ser uma via para melhorar a qualidade dos programas e das intervenções;
- Deve existir maior rigor na prestação de contas, na renovação de mandatos dos órgãos sociais e na criação de uma cultura de prestação de contas e transparência na gestão;
- O investimento em actividades geradoras de rendimento pode contribuir para reforçar a autonomização das OSC;
- O acesso das OSC aos fundos públicos é limitado a algumas organizações, sem clareza na concepção e aplicação de critérios de elegibilidade e de selecção. O acesso aos fundos públicos não deve pôr em causa a autonomia das OSC, regendo-se por regras e procedimentos claros e transparentes e do conhecimento público;
- O acesso aos fundos dos doadores internacionais não é fácil. É necessário um movimento de solidariedade entre as OSC para a angariação de fundos, nomeadamente através da troca de informação sobre oportunidades e criação de parcerias;

- É necessária mais informação sobre a legislação relativa ao acesso das OSC aos fundos públicos, nomeadamente o decreto das Instituições de Utilidade Pública e os critérios para a sua aplicação;
- Deve-se valorizar mais o voluntariado e dar visibilidade às experiências existentes;
- Deve-se apostar em parcerias com o sector privado;
- É necessário mais investimento na formação e capacitação dos membros e trabalhadores das OSC.

#### **5.4 - QUARTO PAINEL: A actividade económica e seus impactos ambientais; a responsabilidade das empresas, do Estado e o papel da sociedade civil.**

##### **Composição do quarto painel**

Moderador: Francisco da Cruz (Consultor Independente)

1.º Prelector: Landu Kama (Grémio ABC)

2.º Prelector: Benjamim Castello (Liga Jubileu 2000)

##### **Síntese do enquadramento do moderador, Francisco da Cruz: Enquadramento analítico do tema em Angola**

- O crescimento que Angola vive hoje, decorrência da paz e estabilidade que finalmente prevalece no país e do sucesso da sua indústria extractiva, nomeadamente nos sectores dos petróleos e diamantes, está a criar desafios e oportunidades no que concerne à responsabilidade social e ambiental do Estado, das empresas e da sociedade civil. Nenhum país pode atingir um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e sustentável do ponto de vista ambiental com empresas interessadas só no lucro, deixando o Estado e o terceiro sector arcarem com as consequências sociais da luta pela defesa do meio ambiente. A gestão social do bem comum exige políticas descentralizadas em que o sector público e as OSC possam efectivamente trabalhar num espírito de cooperação e complementaridade.
- Como sabemos, a responsabilidade ambiental não está ainda convenientemente assimilada e difundida no nosso país. Concorrem para esta situação alguns factores como sejam a debilidade dos órgãos públicos na fiscalização das actividades económicas (nomeadamente o modo como as empresas tratam dos seus resíduos), a falta de conhecimento e esclarecimento em relação à legislação ambiental em vigor (ela própria necessitando de ser revista e reforçada) e a falta de consciência de responsabilidade ambiental por parte das próprias empresas (sobretudo as empresas nacionais) e a falta de informação e consciência da população sobre os riscos que podem advir para a saúde pública da utilização de determinados produtos ou da existência de determinado projecto comercial (como fábricas, complexos agro-industriais, empreendimentos de obras públicas, etc.). Para além destes factos, devemos ainda ter em conta o cinismo em relação às penalizações

por danos ambientais causados; as multas são relativamente baixas, pelo que as grandes empresas se podem dar ao luxo de as absorver na sua contabilidade sem grande impacto e sabendo que na actual conjuntura a sua reputação nem sequer sofre muito com esta postura.

- Assim, continuam a ser poucas as empresas que respeitam a legislação ambiental e assumem a preservação do meio ambiente como um valor da sua própria cultura organizacional. Cumprir os requisitos da lei nesta matéria não é suficiente, é necessário que as empresas assumam isso como parte da sua cultura.
- A responsabilidade ambiental das empresas envolve vários aspectos interligados, nomeadamente o controlo da poluição, da emissão de gases poluentes, da utilização racional da energia, água e solos, tratamento adequado de resíduos, reciclagem, etc. Para atingir padrões reconhecidos de responsabilidade ambiental, as empresas têm que reconhecer a interacção destes factores entre si, cumprir ou respeitar apenas alguns deles não chega, é necessário respeitá-los a todos no seu conjunto.
- Há necessidade de uma intervenção do governo mais consistente para incentivar uma melhor postura das empresas em relação ao meio ambiente, sobretudo as empresas das indústrias extractivas com especial atenção para o sector dos petróleos e diamantes. Isso poderia passar pela concessão de incentivos fiscais para as empresas cumpridoras, divulgação de informação sobre a legislação ambiental, divulgação de um cadastro de empresas que adoptem boas práticas ambientais. Para aquelas que violam a legislação ambiental, deverá existir intensificação da fiscalização e aplicação de multas mais pesadas. De igual modo, o espaço de intervenção das OSC em matéria ambiental deverá ser alargado, porque o Estado e as empresas não são suficientes para uma preservação do meio ambiente. A defesa do meio ambiente passa por acções concertadas entre Estado, empresas e sociedade.



**Continuam a ser poucas as empresas que respeitam a legislação ambiental e assumem a preservação do meio ambiente como um valor da sua própria cultura organizacional. Cumprir os requisitos da lei nesta matéria não é suficiente, é necessário que as empresas assumam isso como parte da sua cultura.**

#### **Síntese da intervenção de Landu Kama:**

**O impacto ambiental da actividade económica - o caso de Cabinda e das Lundas; a articulação entre Estado e Sociedade Civil**

- Actualmente coloca-se-nos o problema do impacto ambiental proveniente da exploração do petróleo e dos diamantes, com particular impacto nas comunidades que vivem perto das zonas de extracção.
- No caso da produção petrolífera acontecem derrames petrolíferos regulares. Sabemos desses derrames quando os pescadores nos dão a conhecer ou porque temos alguns canais informais para poder obter este tipo de informação. No caso de Cabinda, que eu conheço particularmente, não é preciso ser perito para perceber que há problemas, basta visitar mercados onde o peixe cheira a petróleo. Outro facto é a redução drástica dos cardumes dado que

**O espaço de intervenção das OSC em matéria ambiental deverá ser alargado, porque o Estado e as empresas não são suficientes para uma preservação do meio ambiente. A defesa do meio ambiente passa por acções concertadas entre Estado, empresas e sociedade.**





**Estamos numa economia que muitos apelidaram de selvagem e precisamos de um Estado regulador, que saiba fiscalizar, não necessariamente sozinho, mas com o apoio das OSC.**



os peixes se alimentam do fito plâncton e com a acção do petróleo muitas vezes esse alimento desaparece, é deteriorado, e com ele a população de peixes migra ou morre.

- Começa então a surgir um outro problema relacionado com a busca de alternativas económicas para as populações dedicadas à pesca. No caso de Cabinda podemos, por exemplo, ver o aumento da captura da tartaruga marinha e dos seus ovos quando esta vem desovar à costa, passando a existir um problema de protecção desta espécie. Do mesmo modo, também a actividade agrícola é afectada nas áreas vizinhas e circunvizinhas das zonas onde se explora o petróleo, como é o caso do Soyo, onde muitas das terras produtivas deixaram de o ser devido à infiltração nos solos de resíduos de petróleo.
- Temos pois um impacto directo e indirecto em toda a cadeia de produção das zonas petrolíferas. As compensações, financeiras ou outras, para as populações afectadas, são exíguas.
- Impactos ambientais semelhantes acontecem também nas áreas diamantíferas, especialmente nas áreas de produção de diamante aluvial, ao longo dos rios, afectando de sobremaneira as zonas adjacentes, das bacias, banhadas por estes rios. Normalmente há desvios dos cursos de água e as populações que vivem nestas áreas são logicamente afectadas, especialmente ao nível da produção agrícola, levando muitos agricultores a tornarem-se garimpeiros. Para além dos habitantes locais, existem milhares de garimpeiros estrangeiros ilegais (que nós calculámos em cerca de trezentos mil em 2004), envolvidos na produção diamantífera aluvial. Todas estas pessoas, nacionais e estrangeiras, são extremamente pobres, vivendo em condições sub humanas em regiões onde grassa todo o tipo de doenças, sem infra-estruturas ou qualquer tipo de protecção social porque a actividade é ilegal. São zonas de conflito permanente, seja entre garimpeiros, seja entre estes e as autoridades estabelecidas ou com os exércitos privados das empresas proprietárias de concessões. Em suma, as comunidades daquela zona vivem em ambientes completamente desestruturados e em convulsão sócio-económica.
- Portanto, o crescimento de determinados sectores extractivos está a trazer alguns problemas e as políticas que estão a ser desenhadas provavelmente não são as mais adequadas e nem as mais correctas, é preciso enquadrar estas situações. A título de exemplo, temos que no caso de Cabinda, para prevenção de derrames e fugas, chegou-se a acordo há dez anos atrás para o investimento de cinquenta milhões de dólares para substituir toda a tubagem no mar, mas até hoje esse investimento continua por fazer.
- Estamos numa economia que muitos apelidaram de selvagem e precisamos de um Estado regulador, que saiba fiscalizar, não necessariamente sozinho, mas com o apoio das OSC. Da minha experiência na sociedade civil já cheguei a ter vários contactos oficiais com ministros ou vice-ministros e que tomaram em conta as nossas preocupações sem precisarmos de ir para a imprensa expor alguns casos. Penso, pois, que a sociedade civil pode

partilhar com o Estado e com outras entidades o papel de fiscalizador e de monitoria, mas para isso é preciso que a informação circule porque a respeito, por exemplo, do sector diamantífero, temos recentemente o caso do Código mineiro que a minha organização tem procurado acompanhar, mas sem sucesso na medida em que não conseguimos ter acesso ao projecto de lei. Lemos no Jornal de Angola que seria publicado para conhecimento público, mas não o foi.

- A sociedade civil tem de ter um papel mais interventivo e participativo no seio dos centros de tomada de decisão. Por vezes ficamos só a dialogar entre nós, quando gostaríamos era de ser ouvidos pelo governo para poder influenciar as políticas; queremos analisar a legislação, estudar as políticas que se estão a desenhar, ver os programas de investimento público para podermos monitorar os impactos negativos e positivos. Temos sobretudo de ser capazes de prevenir e não esperar que os problemas aconteçam.

### Síntese da intervenção de Benjamim Castello:

#### Questões de fundo para delinear uma política ambiental consciente

#### 1. Preocupações ambientais

- De quem são as preocupações? Das empresas? Do Estado? Das OSC? Ou da Sociedade em Geral?
- Choque ou interacção entre as partes interessadas?

#### 2. Contexto da aplicabilidade das preocupações ambientais:

- Local de trabalho?
- Mercado(s)?
- Comunidade?
- Meio Ambiente Natural?

#### 3. Aplicabilidade de legislação sobre preocupações ambientais cria:

- Igualdades ou desigualdades de oportunidades?
- Pode levar à apropriação indevida?
- Prejudica ou beneficia a inovação?

#### 4. Benefícios da aplicabilidade de preocupações ambientais:

- Sustentabilidade do crescimento económico no médio e longo prazo?
- Mais e melhores empregos (multiplicação, diversificação e dignidade)?
- Maior coesão social?



**a sociedade civil pode partilhar com o Estado e com outras entidades o papel de fiscalizador e de monitoria, mas para isso é preciso que a informação circule porque a respeito, por exemplo, do sector diamantífero, temos recentemente o caso do Código mineiro que a minha organização tem procurado acompanhar, mas sem sucesso na medida em que não conseguimos ter acesso ao projecto de lei.**





5. Quem deve participar ou ser consultado para a elaboração de políticas ambientais?

- Organizações de Empregadores?
- Organizações de Empresas?
- Associações?
- Instituições públicas e privadas?
- Administração central e local do Estado?
- Organizações da Sociedade Civil?

6. Qual o quadro de acção das preocupações ambientais?

- Local, Nacional, Regional, Internacional/Global?
- Quais os valores e critérios que devem presidir à delimitação do quadro de acção?

7. Que forma deverá assumir a Responsabilidade Social das Empresas?

- Direito ou Dever?
- Obrigação ou Voluntarismo?
- Compromisso ou Comprometimento?
- Formal ou Informal?

8. Quais os constrangimentos e obstáculos à aplicabilidade das preocupações ambientais?

- Nível de consciência e sensibilidade das empresas em relação à sua Responsabilidade Social?
- Indisponibilidade/desinteresse das diversas partes envolvidas?
- Falta de legislação?
- Falta de informação por parte dos diversos actores envolvidos?
- Consenso sobre o que devem ser preocupações ambientais?
- Disponibilidade de recursos para gestão das actividades ligadas à implementação das responsabilidades ambientais?

9. Qual a estratégia a adoptar no futuro para uma melhor aplicabilidade das preocupações ambientais?

- Natureza das acções?
- Transparência e Credibilidade?
- Focalização?
- Tipo de Abordagem?
- Respeito para com os compromissos assumidos (acordos e instrumentos jurídicos)?
- Outras?

#### 5.4.1 - Síntese de perguntas e respostas do quarto painel

##### Síntese de perguntas/comentários



- **Como podemos nós sociedade civil fazer uma pressão sobre os outros actores para o cumprimento da sua responsabilidade social**, em particular o Estado e o sector privado, sabendo que o contexto não é favorável à assumpção destes compromissos?
- **No nosso país o problema não é tanto a falta de legislação ambiental, mas a sua aplicabilidade e cumprimento.** As empresas e o Estado desenvolvem projectos com impacto no ambiente a seu bel-prazer sem que a sociedade civil tenha conhecimento ou seja ouvida. Normalmente só depois dos projectos estarem inaugurados e a funcionar é que podemos fazer algum acompanhamento. Temos algumas ONGs que conhecem e conseguem aceder a alguma legislação, mas acabam também por manter restrita essa informação, não a transmitindo a outras OSC ou às comunidades. A responsabilidade das OCS passa por informar e educar a população a expressar-se em relação aos projectos em causa. Temos de ter consciência que, antes de mais, a responsabilidade social é em relação à população que sofre o impacto dos diversos projectos em causa.
- **Como delegado da Lunda-Norte quero apelar à consciência de todos para o que se está a passar na nossa província em termos de exploração de diamantes e de impacto ambiental. A mina de Catoca tem um buraco de quase 2km de profundidade com um diâmetro de 700m. Temos um problema com a poluição e diminuição do caudal dos rios devido à exploração de diamantes aluviais que leva à extinção de algumas espécies. Os garimpeiros natos na região fazem do garimpo a sua agricultura; mas que alternativa têm eles? Nas empresas que exploram diamantes na região até o auxiliar de limpeza vem de Luanda. As empresas não levam em consideração os aspectos sociais das pessoas que encontram nas comunidades e não se dá oportunidade de licenciamento de actividade aos cidadãos angolanos. É preciso fazermos acções de advocacia junto a quem de direito. Os diamantes da Lunda-Norte só têm trazido desgraça e sofrimento para aqueles povos.**
- Para melhor definição das políticas públicas seria interessante saber **quantos angolanos se dedicam ao garimpo na região das Lundas e quais os níveis de pobreza?**
- **É preciso ter em conta outras questões quando falamos na defesa do ambiente.** Por exemplo, no município da Caala o administrador orientou o fiscal para ir deter um cidadão que estava a devastar a mata na actividade da exploração do carvão, mas ao chegar lá encontrou um mutilado de guerra que lhe respondeu que “quando fui à guerra estava a fazer a 5.ª classe e fiz 15 anos de tropa e quando voltei não tinha possibilidade de arranjar emprego e a perna que perdi não ficou na lavra da minha mãe nem do meu pai, mas sim em defesa deste país”. Portanto, **temos de um lado a preocupação do meio ambiente, mas do outro lado temos um problema de sobrevivência e aqui entra a responsabilidade social do próprio Estado.**
- **Como é que a sociedade civil pode agir nesta matéria de protecção ambiental?**

- **Será que o problema de fundo nesta temática do ambiente é a falta de consciência pública e de informação sobre aquilo que se está a passar?** A ser assim não será que a sociedade civil se devia concentrar em elevar a consciência pública e o nível de circulação de informação?
- Para além da exploração petrolífera e diamantífera também devemos levar em conta que **a agricultura que se pratica com o desmatamento tem também um grave impacto ambiental.**
- A legislação de protecção ambiental já existe - **o decreto lei n.º 5. Esta é a lei de base do ambiente que inclusive prevê um papel para a sociedade civil de fiscalização** dos projectos que se vão implantar dentro das suas localidades de actuação, esse é o papel fundamental da sociedade civil.
- Como proceder para uma **maior partilha de informação entre as diversas partes envolvidas** nesta problemática?

### Síntese de respostas

#### Landu Kama:



- Sobre a questão da falta de informação e a necessidade da elevação do nível de informação, eu creio que este tem sido o empecilho da sociedade civil e talvez do próprio país. Neste deficit incluo os serviços públicos, porque **muitas vezes dentro de um mesmo departamento de um ministério a informação não circula, fica restrita** entre um director e um chefe de serviços ou outros. Se assim é dentro de um mesmo departamento ou direcção imaginem então para quem está fora.
- Nas OSC se montamos um site na internet para colocar à disposição a informação isso custa tempo e dinheiro e mesmo assim são poucas as pessoas que têm acesso à internet no país, portanto não é falta de vontade da nossa parte para divulgar as informações que temos, mas a falta de recursos e as dificuldades em fazê-lo. **Como sabemos, o acesso aos meios de comunicação com alcance nacional é difícil, por vezes só pagando e ainda assim é complicado se alguém pensar que isso pode ser prejudicial para o governo ou para o partido no poder. Fala-se do surgimento das rádios comunitárias, mas parece que a propaganda do governo é que está a querer montar as tais rádios.** Falta-nos ainda muito para estabelecer a tal base de diálogo alargado com o governo e com a própria assembleia nacional, estamos a sair de uma cultura de partido único e de um colonialismo opressor, são recalca-mentos de muitos anos, não é fácil. Sabemos que há gente no governo com muita receptividade para os problemas que temos aqui debatido e que compreende, mas ainda temos muito que trabalhar.
- **A respeito ainda de Cabinda e dos derrames, convém dizer que se a empresa nacional que é a Sonangol não defende os interesses das comunidades, muito mais difícil é para nós, sociedade civil, fazer pressão sobre a Chevron que é uma multinacional estrangeira.** No entanto, podemos e devemos denunciar publicamente os casos para ver se os responsáveis se sentem mais responsabilizados e dispostos a agir.

**Benjamim Castello:**

→ **O nosso maior problema nesta matéria é o de não exercemos a nossa cidadania** e isto deve-se a três factores: primeiro, é o nível elevado de desconhecimento da legislação - não sabemos como nos defender porque ignoramos os nossos direitos e os nossos deveres; segundo, é a falta de consciência colectiva, ou seja, enquanto nós ignorarmos as formas organizativas colectivas comunitárias, enquanto nós não conseguimos resolver os problemas do nosso bairro, da nossa rua com os vizinhos, não temos capacidade de passar para a resolução de problemas colectivos mais complexos; terceiro, é a falta de recursos para desenvolvermos as nossas actividades, embora este problema pudesse ser parcialmente ultrapassado com mais voluntariado, que implica novamente sentido de cidadania e consciência colectiva.

**5.4.2 - Síntese das apresentações dos grupos de trabalho do quarto painel**

- As OSC devem influenciar as instituições do Estado, em particular o governo e as empresas das indústrias extractivas de recursos minerais para o cumprimento da Lei Ambiental;
- Deve-se buscar o reforço de parcerias entre o governo e as OSC na monitoria do impacto da actividade económica no ambiente, sendo para isto necessário reforçar a capacidade das OSC para avaliar e monitorar o impacto ambiental;
- As OSC devem criar espaços para concertação e diálogo sobre questões ambientais;
- É necessária mais informação sobre a legislação ambiental;
- É necessária a especialização e capacitação das OSC em matéria ambiental;
- É necessário o reforço da rede de organizações que trabalham nesta temática (capacidade de trabalho em rede);
- Dever-se-á advogar a aplicação de pesadas multas aos infractores da legislação ambiental e a indemnização justa dos afectados;
- Dever-se-á reforçar os mecanismos de fiscalização

## Impactos positivos da actividade económica:

- Geração de empregos;
- Crescimento económico, que no caso angolano ainda não se reflecte proporcionalmente no desenvolvimento humano devido à má redistribuição dos rendimentos;

## Impactos negativos da actividade económica:

- Alteração dos eco-sistemas (e.g.: derrames de petróleo, desvio do curso dos rios, diminuição ou extinção de espécies da fauna e da flora, erosão dos solos, emissão de gases com efeito de estufa, deflorestação/desertificação).





O n.º 2 do art. 3.º da lei constitucional estabelece que, para além da representação da vontade do cidadão através dos indivíduos que são eleitos nos processos eleitorais normais e regulares, existe igualmente participação na vida pública por outras formas, nomeadamente através das organizações sociais com base no princípio da liberdade de associação e de expressão.



## 5.5 - QUINTO PAINEL: A Sociedade Civil e a Política - Eleições, Políticas Públicas e Constituição

### Composição do quinto painel

Moderador: Elias Isaac (Open Society Angola)

1.º Prelector: Inglês Pinto (Bastonário da Ordem dos Advogados)

2.º Prelector: Reis Luís (Centro Nacional de Aconselhamento - NCC)

3.º Prelector: Pe. Jacinto Wacussanga (Conferência Episcopal de Angola e São Tomé - CEAST)

### Síntese da intervenção de Inglês Pinto:

A sociedade civil e a política, enquadramento legal

1. A legitimidade e a legalidade da participação cidadã na vida pública está consagrada em vários diplomas legais:

- O n.º 2 do art. 3.º da lei constitucional estabelece que, para além da representação da vontade do cidadão através dos indivíduos que são eleitos nos processos eleitorais normais e regulares, existe igualmente participação na vida pública por outras formas, nomeadamente através das organizações sociais com base no princípio da liberdade de associação e de expressão. A vida pública é aqui entendida não no seu sentido restrito - política -, mas no sentido mais amplo - tudo o que directa ou indirectamente toca a realização material e espiritual de uma comunidade e dos seus membros individualizados.
- Temos igualmente no âmbito do ante-projecto da futura Constituição (que será aprovada ainda ao longo desta legislatura) o art. 3.º, que refere a necessidade da participação do cidadão, até porque considera que a soberania reside no povo e é exercida através do mecanismo do voto (eleição de representantes) ou outras formas. Estas outras formas englobam a participação através de OSC.
- O artigo 21.º da nossa Constituição dá ainda maior segurança ao cidadão nesta participação na vida pública ao remeter para outros diplomas internacionais, outros instrumentos de natureza jurídica, onde estão consagrados determinados princípios e valores que nos dias de hoje são considerados como valores que constituem, em última instância, um património cultural da humanidade: liberdade de imprensa, liberdade de associação, liberdade sindical, todo um conjunto de princípios ligados a direitos fundamentais especialmente consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros pactos e instrumentos internacionais de direitos civis e políticos e, no caso concreto do nosso continente, na Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos.

2. A questão fundamental é que a prática nem sempre corresponde àquilo que está jurídica e formalmente estabelecido em todos estes diplomas nacionais e internacionais.

- O cidadão deve participar na vida pública através de dois mecanismos: elegendo os seus representantes de natureza política para as tomadas de decisão política, nomeadamente a nível da Assembleia Nacional, Presidência da República e outras instituições e igualmente participando na vida pública através das OSC, que são mecanismos autónomos do poder do Estado. Há nestes mecanismos uma relação de complementariedade indispensável para a realização plena do princípio de participação do cidadão na vida pública.
- Desde o surgimento do movimento da sociedade civil em Angola, em 1992, até hoje, tem havido uma tendência para não se desenvolver a relação de complementariedade que deveria existir entre a democracia participativa e a democracia representativa. As acções de natureza reivindicativa das OSC são vistas como acções de oposição política ao regime, ao Estado e à ordem estabelecida, em vez de serem vistas numa perspectiva de complementariedade para que se atinja a longo prazo uma democracia plena e um verdadeiro Estado de direito democrático.
- Alegrou-me o facto de na legislatura que agora finda ter existido uma tendência para as comissões de trabalho da Assembleia Nacional convidarem as OSC para a discussão preliminar dos aspectos ligados ao plano do governo e ao Orçamento Geral do Estado. Trata-se de uma conquista que devemos consolidar. Houve uma participação da sociedade civil em relação a algumas políticas e legislação, como sejam a lei de imprensa e a lei de terras, mas essa participação poderia e deveria ser maior e melhor, embora todos nós conheçamos as razões objectivas e subjectivas que fizeram com que isso não acontecesse.
- O poder político deve ser permanentemente monitorizado através do voto, de eleições regulares (englobando legislativas, presidenciais e autárquicas) e do permanente acompanhamento da actuação dos agentes políticos por parte da opinião pública, que deve ser alimentada pelos chamados grupos de *opinion makers* ou fazedores de opinião, que são núcleos de dezenas de cidadãos de várias especialidades profissionais que permanentemente, através dos meios de comunicação social e das OSC, vão apresentando opiniões sobre a vida social, política, económica e cultural do país. Os meios de comunicação social são importantes para garantir a livre circulação de ideias. Não basta assegurarmos a livre circulação de pessoas e bens por todo o território, é preciso criar mecanismos de livre circulação de ideias, evidentemente respeitando princípios legais, éticos, deontológico e de civismo na expressão dessas ideias.
- Para que a participação política do cidadão seja mais efectiva e produtiva deve ser consciente, informada e crítica, isso implica evidentemente um maior nível de cultura geral para evitarmos a instrumentalização política por



**Desde o surgimento do movimento da sociedade civil em Angola, em 1992, até hoje, tem havido uma tendência para não se desenvolver a relação de complementariedade que deveria existir entre a democracia participativa e a democracia representativa. As acções de natureza reivindicativa das OSC são vistas como acções de oposição política ao regime, ao Estado e à ordem estabelecida, em vez de serem vistas numa perspectiva de complementariedade para que se atinja a longo prazo uma democracia plena e um verdadeiro Estado de direito democrático.**





**Como sabemos, em África (e Angola não é excepção), o poder político é uma forma de realização do poder material. Todo aquele que está fora do tráfico de influências políticas - directa ou indirectamente - enfrenta dificuldades para a sua realização pessoal. Temos que conquistar espaços de maior autonomia nestes domínios.**



**Presentemente devemos lutar por uma Constituição que assegure um Estado de Direito, democrático, com a legítima e efectiva intervenção da sociedade civil. A sociedade civil deve criar mecanismos de participar no processo que conduzirá à nova Constituição. Preocupa-me saber que o grau de possibilidade de participação das OSC está limitado a quatro ou cinco províncias no país (Luanda, Benguela, Huíla, Malange e Huambo).**



via do *marketing* político que hoje é um poderoso instrumento das máquinas políticas para condicionamento da vontade do cidadão. A autonomia da vontade política passa necessariamente pela autonomia das consciências, mas também pela autonomia económico-financeira. Como sabemos, em África (e Angola não é excepção), o poder político é uma forma de realização do poder material. Todo aquele que está fora do tráfico de influências políticas - directa ou indirectamente - enfrenta dificuldades para a sua realização pessoal. Temos que conquistar espaços de maior autonomia nestes domínios.

→ O ante-projecto da Lei Constitucional evolui bastante em matéria de garantia da participação dos cidadãos na vida pública, no entanto penso que devemos colocar-nos a questão do controlo dos órgãos do poder político. Para a garantia da realização dos direitos fundamentais dos cidadãos existe um poder importantíssimo que é o poder judicial. É interessante observar que o poder judicial tendencialmente tem pouco controlo externo, alega-se que o juiz deve apenas obediência à lei e à sua própria consciência. Em relação à consciência é que nós podemos colocar algumas reticências. Embora não estejamos a colocar em causa a independência e a consciência dos nossos magistrados, este poder precisa de ser controlado. Se os outros poderes que são eleitos directamente pela vontade do cidadão (poder legislativo e executivo) são controlados permanentemente pelo voto e pela opinião pública, como é que o poder judicial, que pode inclusive extinguir poderes executivos e legislativos, não é controlado? É suficiente o controlo interno através do trabalho dos advogados, dos processos, dos recursos, das reclamações, das acções de fiscalização interna do judiciário, de inspecções dos próprios tribunais e do conselho superior da magistratura? Eu creio que não. Atendendo à importância deste poder, para além deste controlo interno é preciso controlo externo, nomeadamente através da opinião pública, que deve zelar para que estes indivíduos, que devem apenas obediência à lei e à sua própria consciência, ajam em conformidade com os valores fundamentais da própria sociedade. Portanto, há que criar estes mecanismos de controlo externo do poder judicial, pois todos nós temos a ganhar em relação a este aspecto.

→ Presentemente devemos lutar por uma Constituição que assegure um Estado de Direito, democrático, com a legítima e efectiva intervenção da sociedade civil. A sociedade civil deve criar mecanismos de participar no processo que conduzirá à nova Constituição. Preocupa-me saber que o grau de possibilidade de participação das OSC está limitado a quatro ou cinco províncias no país (Luanda, Benguela, Huíla, Malange e Huambo). Para além disto existem outros estrangimentos em termos das próprias mentalidades, que levam mais tempo a mudar do que as infra-estruturas. Ter uma nova atitude e respeitar a opinião dos outros leva mais tempo a conseguir do que construir estradas e pontes. Depois é também preciso assegurar que o texto constitucional não seja apenas uma estrutura formal, mas que tenha reflexo na vida quotidiana dos cidadãos, nomeadamente naqueles que têm responsabilidades políticas.

### Síntese da intervenção de Reis Luís: A Sociedade Civil e a Política

- Se entendermos política como forma de direcção dos interesses públicos, pode a sociedade civil opor-se à política? Ou deve a SC abraçar a política como parte efectivamente integrante da finalidade dos seus próprios interesses?
- Duas concepções se apresentam:

#### 1.ª Conceção:

A sociedade civil e a política devem estar completamente desassociadas na medida em que a SC está ao serviço dos seus próprios interesses associativos e a política ao serviço dos interesses do público no seu todo.

#### 2.ª Conceção:

A sociedade civil e a política perseguem interesses diversos mas redundam na mesma finalidade a longo prazo. Que interesses são estes? Os do desenvolvimento da sociedade no seu todo e em todas as suas dimensões.

- Estas duas concepções e as anteriores interrogações empurram-nos para a clarificação do conceito de políticas públicas.
  - Políticas Públicas são orientações para a tomada de decisões em assuntos públicos, ou seja, políticas que dizem respeito a todos nós, permitindo a efectivação dos interesses dos cidadãos no quadro do cumprimento dos direitos humanos.
  - Estamos perante um adjectivo importante, “público”. Ao serem públicas as políticas exigem a participação do público, participação que decorre do espírito da Lei Constitucional e da eleição: “O povo angolano exerce o poder político através do sufrágio universal (...) e por outras formas de participação dos cidadãos na vida da Nação” (art.º 3.º, n.º 2 da Lei Constitucional). Daí emana toda a legitimidade da sociedade civil em participar das políticas públicas. Mas o público é, neste contexto, uma massa difusa, pelo que a representatividade é aqui chamada a “tomar conta” do público.
- Órgãos e mecanismos de representatividade:
  - Assembleia Nacional como corolário da eleição democrática;
  - Sociedade Civil nas suas diversas formas de representação: Associações, ONGs, etc.
- A representatividade impõe exigências práticas para as OSC, nomeadamente:
  - Serem conhecedoras dos anseios dos grupos sociais que representam e das políticas públicas concebidas pelos actores políticos, para sugerir, propor e criticar;
  - Serem actores de diálogo permanente com os tais grupos sociais de base;
  - Serem capazes de ler e articular os quadros políticos (nacional e internacional);



**Ao serem públicas as políticas exigem a participação do público, participação que decorre do espírito da Lei Constitucional e da eleição: “O povo angolano exerce o poder político através do sufrágio universal (...) e por outras formas de participação dos cidadãos na vida da Nação” (art.º 3.º, n.º 2 da Lei Constitucional). Daí emana toda a legitimidade da sociedade civil em participar das políticas públicas.**





**O não convite do poder político para a participação das OSC conduzia ao desconhecimento dos processos e consequentemente à apatia, timidez e resignação das OSC (e.g. Lei de Terras, Anteprojecto da Constituição, Pacote Legislativo Eleitoral).**



- Serem agentes com conhecimento profundo dos vários diplomas legais existentes em que assentam as políticas públicas;
- Serem capazes de tomar posse dos lugares que lhes estão legalmente garantidos, nomeadamente ao nível dos Conselhos Provinciais de Auscultação e Concertação Social:

O Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social é presidido pelo Governador Provincial e integra os seguintes membros: vice-governadores; delegados e directores provinciais; administradores municipais; representantes das autoridades tradicionais; representantes das associações sindicais; **representantes do sector empresarial público e privado; representantes das igrejas reconhecidas por lei; representantes das ONGs** (nosso bold)<sup>6</sup>.

- Tal como na eleição, o povo participa difusamente:
  - Na efectivação das políticas públicas a sociedade civil terá de ser o funil por onde são filtrados os diversos modos de pensar e agir dessa sociedade;
  - As OSC deverão ser um dos interlocutores válidos junto dos actores políticos (provocando mudanças na concepção e execução das políticas públicas);
  - Os processos eleitorais devem contar com a força centrípeta das OSC;
  - A sociedade civil deverá participar em processos diversos que conduzam à definição e implementação de políticas públicas.
- Retrospectiva / caracterização dos processos anteriores:
  - O não convite do poder político para a participação das OSC conduzia ao desconhecimento dos processos e consequentemente à apatia, timidez e resignação das OSC (e.g. Lei de Terras, Anteprojecto da Constituição, Pacote Legislativo Eleitoral);
  - A inexistência de metodologias de participação pública conduzia à fraca adesão às iniciativas de elaboração de propostas;
  - A Sociedade Civil era excluída da participação em processos diversos.
- Perspectivas para os processos vindouros:
  - Influência das OSC ao nível local (províncias) sobre os parlamentares;
  - Embarcar na dinâmica política do país (e.g. autarquias locais e desconcentração político-administrativa, a implementar em breve no país);
  - Reconhecer que é difícil envolver a participação nacional, sendo mais fácil a participação local dada a maior simplicidade de processos e problemáticas envolvidas;
  - Não há nenhum processo político em que a sociedade civil não se deva envolver, devendo, no entanto, estar sempre atenta à linha divisória que a distingue de outros actores (e.g. partidos políticos).



**Não há nenhum processo político em que a sociedade civil não se deva envolver, devendo, no entanto, estar sempre atenta à linha divisória que a distingue de outros actores (e.g. partidos políticos).**



Se isto vier a acontecer, então a mudança é possível.

<sup>6</sup> Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 02/07 de 3 e Janeiro, sobre os Conselhos Provinciais de Auscultação e Concertação Social, que estabelece o quadro das atribuições, competências e regime jurídico de organização e funcionamento dos governos provinciais, das administrações municipais e comunais.

**Síntese da intervenção de Jacinto Wakussanga:**

Participação no processo constitucional; a experiência das jornadas constitucionais do Lubango

**1. Princípios fundadores da participação pública:**

- A participação política é uma derivante do facto de sermos livres;
- A participação confere legitimidade às estruturas de liderança e governação;
- A participação quando é fruto de confiança entre governantes e governados consolida e cimenta a relação entre a comunidade e as lideranças.

**2. África e a democracia das elites.**

- A primeira fase das independências foi marcada pelo surgimento, consolidação e declínio dos partidos/movimentos de legitimidade histórica (e.g. SWAPO, ZANU-PF, ANC, MPLA, FRELIMO);
- Estes regimes foram igualmente caracterizados por uma cultura autoritária de exclusão política, patrimonialismo e clientelismo;
- Temos os mais gritantes e recentes exemplos de exclusão no Zimbabwe e a dissidência em partidos-movimento como a SWAPO e o ANC;
- Salvo algumas excepções, a queda de regimes e os processos de transição nunca foram pacíficos;
- Os chamados processos de transição democrática continuaram a ser dominados pelas elites e o apoio popular é mais instrumental do que intrínseco ao projecto das elites políticas.

**3. Os projectos de transição democrática devem ser fruto de uma visão de nação ou das elites?**

A exemplo do processo Constituinte na África do Sul devemos ter em mente que o povo deve sentir como sua a Constituição, sua pertença, representando as suas aspirações (conforme dizia Cyril Ramaphosa, presidente da assembleia constituinte da África do Sul);

**4. Etapas de envolvimento do povo no processo constituinte:**

- Consciencialização (organizações comunitárias, *media* e divulgação de informação e documentação necessária);
- Envolvimento da população em geral em grupos participantes – grupos comunitários, Organizações Comunitárias de Base, Associações, ONGs, Agricultores e Comunidades Agro-pastoris, Comissões de Moradores, Pescadores, Grupos de mulheres, Seropositivos, Minorias étnicas (SAN, Kwisi, Vatwa, etc.);
- Compilação das contribuições dos diversos grupos por temas.



**A primeira fase das independências foi marcada pelo surgimento, consolidação e declínio dos partidos/movimentos de legitimidade histórica (...)**

**(...) Estes regimes foram igualmente caracterizados por uma cultura autoritária de exclusão política, patrimonialismo e clientelismo (...)**





**(...) Os chamados processos de transição democrática continuaram a ser dominados pelas elites e o apoio popular é mais instrumental do que intrínseco ao projecto das elites políticas.**



## 5. Experiências prévias a ter em conta – A Jornada Constitucional do Lubango

- Aquando da preparação da revisão constitucional e da criação da comissão constitucional em Agosto de 1997, começámos a trabalhar com as comunidades na província da Huíla para que estas se pudessem organizar para dar as suas opiniões e contributos para a nova Constituição;
- Em Outubro de 2000 a ALSSA leva avante 900 entrevistas estruturadas em torno dos 27 princípios estabelecidos para a revisão constitucional;
- Tivemos em especial atenção o direito à terra, o desenvolvimento sustentável, o poder das autoridades tradicionais, a reconciliação nacional e a relação cidadão – governantes;
- Realizaram-se extensos debates comunitários, nos *media*, na Universidade e em fóruns com estudantes, trabalhadores e membros da sociedade civil em geral;
- Reunimos 300 delegados da Huíla, Namibe e Cunene naquilo a que chamámos de assembleia constitucional popular e contámos com o apoio de várias organizações como o NDI, Mãos Livres, NCC, PLD, PAJOCA e FDA;
- A presença de convidados maximizou o sentimento de auto-estima de grupos linguísticos de diversas origens, sobretudo agro-pastores;
- As discussões levaram à elaboração do *draft* de um documento a que se chamou Carta do Lubango, com introdução, conclusões e recomendações;
- Exemplares da Carta do Lubango foram enviados às administrações municipais e aos governos provinciais do Cunene e Namibe;
- Existiu igualmente um processo de restituição às comunidades locais nas sedes provinciais;
- Realizaram-se encontros com os presidentes das bancadas parlamentares em Luanda e outros políticos influentes;

Penso que a experiência das Jornadas Constitucionais do Lubango nos pode servir de inspiração para um novo processo que agora começa.

## 6. Premissas para a construção de um novo processo constitucional:

- Revisitar a ideia de nação enquanto comunidade de destino;
- Saber das pessoas que Angola querem para si próprias, para os seus filhos e netos?
- Equacionar as componentes étnicas, culturais, regionais e a questão das fronteiras;
- Discutir o país real de acordo com suas assimetrias e descontinuidades (Lundas, Cabinda, os agro-pastores, pescadores, as mulheres, os jovens, etc.);
- Rediscutir o primado da lei e o bem comum;
- Definir a política da terra e do meio ambiente em que vivemos.



**Devemos ter em mente que o povo deve sentir como sua a Constituição, sua pertença, representando as suas aspirações.**



## 7. Pré-condições para o sucesso deste processo:

- Que seja um projecto da nação e não das elites;
- Deve-se assegurar a manutenção da abertura do espaço público;
- Devem-se assegurar o respeito pelas regras políticas de base pré-estabelecidas;
- Deve-se ter em atenção a inclusão, de acordo com todo o tipo de diferenças que Angola comporta;
- Deve-se assegurar a capacidade pro-activa dos actores sociais em todo o processo.

### 5.5.1 - Síntese de perguntas e respostas do quinto painel

#### Síntese de perguntas/comentários



- Quais as estratégias que a sociedade civil poderia adoptar para **pressionar o governo a cumprir com as obrigações a que está sujeito pela legislação nacional e internacional?**
- Qual a apreciação que fazem da **participação directa do cidadão representado pela sociedade civil no processo de revisão constitucional da legislatura passada?**
- O representante da União Europeia disse na abertura desta conferência que **a missão de observação eleitoral dirigida pela Sra. Luísa Morgantini vai dentro em breve apresentar o relatório desta missão. Seria bom que tivesse um encontro com as OSC para fazermos uma avaliação da participação da sociedade civil**, nomeadamente em relação aos constrangimentos que tivemos e para começarmos a trabalhar para nos coordenarmos melhor para as presidenciais.
- No âmbito da intervenção do Pe. Pio, gostaria de saber se **já estão previstos os próximos passos para este processo de envolvimento da sociedade civil no processo constitucional?**
- **Quais são os inconvenientes que poderão existir, se as OSC decidirem criar umas jornadas constituintes para darem o seu contributo ao processo de revisão constitucional?** Sabemos que a Ordem dos Advogados recebeu um pedido de contribuição para a futura constituição, qual foi a posição assumida em relação ao convite?
- Quais são **as vantagens e desvantagens da sociedade civil organizar as referidas jornadas constituintes** convocando os partidos políticos?
- Face à lei em vigor, qual é a análise que fazem da nossa **comunicação social na divulgação de informações da sociedade civil?**
- **Como materializar o processo de consciencialização dos cidadãos para que tenha impacto no processo constitucional**, especialmente se tivermos em conta que o nosso parlamento é maioritariamente dominado por um partido?

## Síntese de respostas

### Reis Luís:



- Como nós sabemos, o povo é uma massa difusa e, como tal, para a efectivação das políticas públicas, a sociedade civil terá de ser um funil por onde são filtrados diversos modos de pensar e agir desta sociedade, desta massa difusa. Eu estive no Brasil há pouco tempo e lá existem neste momento 30 mil conselhos municipais que interagem com o poder político em vários aspectos. **Penso que em Angola, os Conselhos de Auscultação e Concertação Social dão-nos uma oportunidade ímpar de nos integrarmos neste tipo de comissões, no sentido de influenciarmos o poder político e as políticas públicas.**
- No anterior processo de revisão constitucional existiu um convite lançado pela comissão constitucional para a participação da sociedade civil no ante-projecto da Constituição. Ao observarmos as actas dos encontros de parlamentares com as OSC verificámos que alguns dos deputados não participavam neste tipo de encontros. Outro problema era a fraca participação das OSC de províncias mais distantes como o Namíbe; estes encontros tinham sobretudo pessoas de Luanda. **Portanto, é necessário aperfeiçoarmos os mecanismos de participação da sociedade civil, que por vezes fica à espera que lhe determinem as regras e o modelo de participação em vez de tomar a iniciativa.**

### Inglês Pinto:



- Temos que continuar a **politizar ao máximo a sociedade, para que se possa ter uma participação mais activa da sociedade civil nos processos eleitorais e no processo da Constituição** de uma forma organizada.
- Do ponto de vista técnico, uma boa equipa de juristas pode produzir uma óptima Constituição em quinze dias, mas o que vale uma bela constituição se a prática no dia-a-dia não corresponde àquilo que está previsto do ponto de vista formal? Há que criar mecanismos, aperfeiçoar as instituições para que tenhamos uma constituição efectiva, isto passa evidentemente por uma vontade política de fazer com que os termos da constituição tenham reflexo do ponto de vista político e prático. **A sociedade civil deve pressionar pelo cumprimento do estatuído na Constituição e demais legislação**, especialmente no que toca aos direitos fundamentais que só quando há razões objectivas podem ser incumpridos (e.g. o acesso à água em Cabo Verde é um direito fundamental, mas se não chove, se não existem recursos hídricos e se o Estado não tem recursos para prover este direito a todos os cidadãos, então não existem possibilidades objectivas para fazer cumprir este direito), **mas se existem os meios e os recursos, então os cidadãos devem exigir o cumprimento das obrigações do Estado.**
- Em relação ao processo eleitoral, a Ordem dos Advogados teve oportunidade de participar como observador e, para mim, **o processo eleitoral teve essencialmente um problema em termos da relação entre meios disponibilizados e resultados alcançados.** A chefe da missão de observação eleitoral manifestou durante o processo eleitoral uma expressão de frustração porque conhecia os meios disponíveis e percebeu que os resultados em termos de organização ficaram muito aquém dos meios disponíveis. Este problema não foi só das entidades públicas, porque **também nós, enquanto sociedade civil, salvo raras excepções, tivemos uma grande falta de organização.**

**Jacinto Wakussanga:**

- **No acompanhamento do processo constituinte pela sociedade civil tem de existir abertura da parte de quem faz as políticas, as leis e toma as decisões.** Penso que aquando das jornadas constitucionais do Lubango o espaço público estava mais aberto para discutir estas questões do que actualmente. Neste momento grande parte das lideranças estão ligadas ao partido do poder, é preciso muito tacto para se lidar com assuntos sensíveis.
- **Tem de haver espaço público de discussão, especialmente naquelas comunidades onde há pouco espaço de expressão.** Devemos ter igualmente em atenção que em algumas comunidades há situações de avançada conflituosidade, não me refiro só a Cabinda, mas também às Lundas nas áreas de exploração diamantífera.
- **Neste momento cabe também às OSC ajudar a criar pontes de diálogo e concertação.** O sistema de organizações comunitárias está em declínio, então é preciso uma mais valia da parte das OSC para ajudarem estas comunidades a fortificar os seus sistemas ou a criarem novos, para que consigam exprimir o seu ponto de vista em relação àquilo que querem. Devemos ter em mente o processo constituinte da África do Sul, em que havia muita discussão em inúmeras rádios comunitárias, havia muito espaço de expressão, havia interacção entre os membros do processo constituinte e os cidadãos. Esta interacção é também necessária em Angola para que o angolano se reconheça como construtor da nova Constituição.
- Quanto à pergunta sobre quais serão as vantagens e desvantagens da sociedade civil em organizar a conferência convidando os partidos políticos, eu acredito que **face aos resultados eleitorais de 5 de Setembro, em que o MPLA conseguiu acima de 81% dos votos, a sociedade civil tem de ocupar cada vez mais o seu lugar na politização. Temos de evitar que aqueles que estão no governo aprovelem os seus projectos sem ouvirem as pessoas.** Penso que os partidos políticos devem voltar-se cada vez mais para as comunidades, acompanhar os problemas das terras, dos derramamentos de petróleo, das pescas, etc. Eu tenho acompanhado com atenção os casos denunciados de derrames de petróleo em Cabinda e, mais recentemente, a situação dolorosa que está a viver um colega meu, o padre Anselmo Agostinho, a quem foi confiscado o passaporte e obstruída a saída do país sem qualquer explicação ou fundamento legal.

**Intervenção extraordinária à ordem de trabalhos solicitada à mesa pelo antigo chefe da bancada parlamentar da UNITA, Abel Chivukuvuku.**

- Gostaria de prestar alguns esclarecimentos por ter participado em dois dos quatro processos constitucionais que este país já teve. O primeiro processo constitucional data de 1975 que foi só para a criação do Estado angolano, não tendo existido participação do cidadão. O segundo foi em 1991 como imperativo dos acordos de paz de Bicesse, também aqui não houve a participação do cidadão e foi um processo protagonizado pela antiga Assembleia do Povo e apenas visou a introdução, na então Lei Constitucional, do pluralismo e do multipartidarismo. O terceiro processo de revisão foi em 1992, estruturado em torno de duas conferências - a reunião bi-partidária e a reunião multipartidária -, visando a introdução, na então Lei Constitucional, das normas que



**No actual processo constitucional, face ao desequilíbrio de forças no parlamento, é preciso que a sociedade civil intervenha para, em parte, compensar este desequilíbrio.**



permitiriam a realização das primeiras eleições em Angola e a criação das novas instituições a sair das primeiras eleições. Embora ligeiramente mais aberto a alguma participação externa, este processo também não foi inclusivo em termos do cidadão. Foi essa revisão pontual que igualmente introduziu a obrigatoriedade de fazer uma nova Constituição para a República de Angola durante a primeira legislatura.

- Em 1997 a primeira legislatura aprovou a lei para se fazer a nova Constituição, tendo estruturado os mecanismos. Essa lei trazia, já como exigência, a participação do cidadão. Como é que nós na comissão constitucional na altura estruturámos a participação do cidadão? Fizemo-lo em duas dimensões:
  - Na primeira foi total, foi o processo para aprovarmos os novos símbolos da República; fez-se uma espécie de documento que estabelecia as regras mediante as quais todos os cidadãos podiam apresentar propostas, quer isto dizer que os símbolos ficaram uma prerrogativa exclusiva dos cidadãos, tendo aparecido várias propostas tanto quanto ao hino, como à bandeira ou à insígnia. O processo começou quando ainda estávamos em fase de conflito e terminou logo depois, enquanto estávamos em fase de implementação do processo de paz. Neste contexto se explica a fraca publicitação e a falta de um ambiente de serenidade, levando à fraca participação dos cidadãos.
  - A segunda dimensão de participação do cidadão ao nível do processo constitucional em geral também penso que não foi suficientemente estruturada. Tudo o que a comissão constitucional fez foi avisar o país de que todos os cidadãos eram livres de enviar sugestões, seguindo em boa medida o modelo Sul-africano. Não se deram esclarecimentos acerca de temáticas, apenas se forneceram prazos para o envio de sugestões. Recebemos milhares de sugestões, mas pouco estruturadas.
  - No actual processo constitucional, face ao desequilíbrio de forças no parlamento, é preciso que a sociedade civil intervenha para, em parte, compensar este desequilíbrio. Seria bom que a próxima participação do cidadão estivesse melhor estruturada, isso exigiria, em primeiro lugar, um certo nível de consciencialização para que os cidadãos percebessem a importância de uma Constituição e, em segundo lugar, a informação generalizada com folhetos apresentando as áreas temáticas de uma Constituição, as alternativas e opções, para que os cidadãos possam apresentar sugestões válidas e ajudarem efectivamente a definir o modelo de Estado, o sistema de governo, etc.

### 5.5.2 - Síntese das apresentações dos grupos de trabalho do quinto painel e do documentário sobre o VIH-SIDA

Grupos de trabalho acerca do quinto painel:

1. As OSC podem e devem participar na vida política do país e servir de elo de ligação entre o poder e as comunidades. Para tal é preciso superar algumas limitações, como sejam:

- Inexistência de um grupo de coordenação da sociedade civil para esta área;
- Défice democrático interno das OSC e fraca abertura do poder à participação, não só das OSC mas também do cidadão em geral;
- As OSC devem tomar iniciativas e não esperar pela abertura do espaço pelo poder político;
- Fraca mobilização e posicionamento das OSC;
- Fraca colaboração das OSC com os poderes legislativo, executivo e judicial.

Oportunidades:

- Os mecanismos de coordenação existentes podem ser reforçados e capitalizados;
- Capacidade de influenciar políticas públicas, demonstrada em algumas acções já realizadas;
- Há cada vez mais abertura no sistema político e na governação do país;
- Existe nas OSC uma capacidade e um conhecimento aceitáveis que precisam de ser capitalizados através de uma maior articulação.

Grupos de trabalho acerca do VIH-SIDA

2. Reflexão sobre a problemática do VIH-SIDA. O tema foi introduzido mediante a exibição de um documentário sobre VIH-SIDA que serviu de ponto de partida para as discussões em grupo

Problemas identificados:

- Limitações na disseminação da informação, principalmente nos meios rurais;
- A manutenção do estigma e da discriminação;
- A pobreza e a fome agrava o quadro de disseminação;
- Difícil acesso ao tratamento com retro-virais;
- Falta de capacidade generalizada para assumir o problema;
- Há aspectos culturais que favorecem a transmissão do vírus.



Soluções propostas:

- Melhorar a disseminação da informação, incluindo o uso das línguas nacionais;
- Promoção de rádios comunitárias para apoiar o processo;
- Capacitar activistas e profissionais que lidam com os infectados e afectados;
- Criar mais CATVs e PTVs e reforçar a prevenção;
- Monitorar o funcionamento do Instituto Nacional de Luta contra a Sida;
- Divulgar a lei 8/04 e o decreto-lei 43/03

Desafios:

- Fazer com que os servidores públicos prestem contas aos cidadãos;
- Equilibrar as questões culturais com a realidade do VIH-SIDA.

# 6 SÍNTESE DAS CONCLUSÕES / RECOMENDAÇÕES POR TEMAS EM ANÁLISE



## 6. SÍNTESE DAS CONCLUSÕES / RECOMENDAÇÕES POR TEMAS EM ANÁLISE<sup>7</sup>

### **Os mecanismos de coordenação das OSC em Angola, sua representatividade e legitimidade; relações com o Governo, comunidade internacional e sector privado.**

- Foi sublinhada a necessidade de dar mais visibilidade ao papel da sociedade civil e de criar espaços de coordenação, tanto na perspectiva geográfica quanto temática, incluindo as mais variadas formas de organização e mesmo de grupos informais de cidadãos;
- O caso do FONGA voltou a ser levantado, nomeadamente na óptica da sua retirada do mecanismo de coordenação desta Conferência, o que mereceu uma detalhada explicação do ex-presidente da Assembleia do FONGA presente na conferência;
- A autonomia das OSC não exclui o diálogo com o Governo e outros actores, sendo necessário reforçar capacidades para tomada de posições e de intervenção;
- Quanto aos mecanismos de representatividade da sociedade civil e à sua legitimidade, considerou-se que o processo em curso deve cada vez mais procurar alicerçar-se em estruturas de base municipais, locais e temáticas, tendo em conta o debate contínuo e a dinâmica da análise-acção, criando-se condições para o diálogo e a parceria com as instituições do Estado, as empresas, os doadores e outros;
- Quanto à questão do voluntariado vs profissionalismo no seio da SC, considerou-se necessário dar mais visibilidade às iniciativas de voluntariado que ocorrem mas que não são suficientemente divulgadas e valorizadas;
- É necessário um mecanismo de coordenação da SC e deve estruturar-se ao nível nacional, provincial e municipal;
- Além da coordenação geral é necessário consolidar os fóruns temáticos e geográficos, sendo que as redes existentes podem constituir a base;
- Deve-se reforçar a ideia de Conferência enquanto processo e não um simples acontecimento isolado resultante de acções pontuais;
- É necessário melhorar a comunicação e a troca de informações entre as OSC e entre estas e outros actores, nomeadamente os meios de comunicação social, as igrejas e as autoridades tradicionais;
- As OSC devem melhorar a sua relação com os meios de comunicação social de modo a melhor passarem a sua mensagem, tendo em conta que as actividades das OSC não são suficientemente divulgadas.

### **O papel da sociedade civil no processo de descentralização; o resgate dos valores culturais facilitadores da participação cívica e política.**

- Existe no processo de descentralização uma oportunidade e um espaço para a participação das OSC mas são suficientemente explorados;

<sup>7</sup> As conclusões/recomendações aqui apresentadas são o resultado dos trabalhos de grupo (também apresentado por temas separados ao longo do capítulo 4, correspondendo a cada painel). Esta síntese de recomendações/conclusões foi, na base, elaborada por Julião Afonso do Grupo de Coordenação da Conferência e submetida à plenária para discussão, sendo aprovada por unanimidade na sua forma final, aqui reproduzida.

- As experiências do processo de descentralização devem ser divulgadas e partilhadas;
- O fraco conhecimento do quadro jurídico-legal é um sério constrangimento à participação do cidadão comum e das OSC no processo de descentralização;
- Para a maioria das OSC não está claro o papel que podem desempenhar no processo;
- A autonomia financeira permite abordar os problemas reais de cada município;
- A participação do cidadão é mais efectiva ao nível local;
- Existe uma necessidade premente de capacitar os quadros da Administração local e dos CACS e Fóruns;
- Existe uma fraca cultura democrática e de participação;
- Os CACS são integrados por indivíduos e organizações da conveniência dos administradores municipais;
- A condução do processo de descentralização não tem sido transparente uma vez que a calendarização das etapas não é conhecida, tendo-se passado de 68 municípios inicialmente envolvidos no processo para a totalidade sem uma avaliação da experiência nem o prévio conhecimento público.



**O acesso aos recursos públicos e privados como condicionante da autonomia e eficácia das organizações da sociedade civil; o papel do voluntarismo e dos diferentes doadores.**

- Tem de se equilibrar a necessidade de mobilizar recursos com a missão, o ideal e o compromisso da Organização. Para isso as OSC devem conceber planos estratégicos e programas fundamentados na sua missão, no diagnóstico da situação real e na definição das suas prioridades;
- A especialização das OSC pode ser uma via para melhorar a qualidade dos programas e das intervenções;
- Deve existir maior rigor na prestação de contas, na renovação de mandatos dos órgãos sociais e na criação de uma cultura de prestação de contas e transparência na gestão;
- O investimento em actividades geradoras de rendimento pode contribuir para reforçar a autonomização das OSC;
- O acesso das OSC aos fundos públicos é limitado a algumas organizações, sem clareza na concepção e aplicação de critérios de elegibilidade e de selecção. O acesso aos fundos públicos não deve pôr em causa a autonomia das OSC, regendo-se por regras e procedimentos claros e transparentes e do conhecimento público;
- O acesso aos fundos dos doadores internacionais não é fácil. É necessário um movimento de solidariedade entre as OSC para a angariação de fundos, nomeadamente através da troca de informação sobre oportunidades e criação de parcerias;
- É necessária mais informação sobre a legislação relativa ao acesso das OSC

aos fundos públicos, nomeadamente o decreto das Instituições de Utilidade Pública e os critérios para a sua aplicação;

- Deve-se valorizar mais o voluntariado e dar visibilidade às experiências existentes;
- Deve-se apostar em parcerias com o sector privado;
- É necessário mais investimento na formação e capacitação dos membros e trabalhadores das OSC.

### **A actividade económica e seu impacto sobre o meio ambiente; responsabilidade das empresas, do Estado e o papel da sociedade civil.**

- As OSC devem influenciar as instituições do Estado, em particular o governo e as empresas das indústrias extractivas de recursos minerais para o cumprimento da Lei Ambiental;
- Deve-se buscar o reforço de parcerias entre o governo e as OSC na monitoria do impacto da actividade económica no ambiente, sendo para isto necessário reforçar a capacidade das OSC para avaliar e monitorar o impacto ambiental;
- As OSC devem criar espaços para concertação e diálogo sobre questões ambientais;
- É necessária mais informação sobre a legislação ambiental;
- É necessária a especialização e capacitação das OSC em matéria ambiental;
- É necessário o reforço da rede de organizações que trabalham nesta temática (capacidade de trabalho em rede);
- Dever-se-á advogar a aplicação de pesadas multas aos infractores da legislação ambiental e a indemnização justa dos afectados;
- Dever-se-á reforçar os mecanismos de fiscalização

Impactos positivos da actividade económica:

- Geração de empregos;
- Crescimento económico, que no caso angolano ainda não se reflecte proporcionalmente no desenvolvimento humano devido à má redistribuição dos rendimentos;

Impactos negativos da actividade económica:

- Alteração dos eco-sistemas (e.g.: derrames de petróleo, desvio do curso dos rios, diminuição ou extinção de espécies da fauna e da flora, erosão dos solos, emissão de gases com efeito de estufa, deflorestação/desertificação).

## A Sociedade Civil e a Política - Eleições, Políticas Públicas e Constituição

As OSC podem e devem participar na vida política do país e servir de elo de ligação entre o poder e as comunidades. Para tal é preciso superar algumas limitações, como sejam:

- Necessidade de um grupo de coordenação da sociedade civil para esta área;
- Défice democrático interno das OSC e fraca abertura do poder à participação, não só das OSC mas também do cidadão em geral;
- As OSC devem tomar iniciativas e não esperar pela abertura do espaço pelo poder político;
- Fraca mobilização e posicionamento das OSC;
- Fraca colaboração das OSC com os poderes legislativo, executivo e judicial.



Oportunidades:

- Os mecanismos de coordenação existentes podem ser reforçados e capitalizados;
- Capacidade de influenciar políticas públicas, demonstrada em algumas acções já realizadas;
- Há cada vez mais abertura no sistema político e na governação do país;
- Existe nas OSC uma capacidade e um conhecimento aceitável que precisam de ser capitalizados através de uma maior articulação.

## VIH-SIDA

2. Reflexão sobre a problemática do VIH-SIDA. O tema foi introduzido mediante a exibição de um documentário sobre VIH-SIDA que serviu de ponto de partida para as discussões em grupo.

Problemas identificados:

- Limitações na disseminação da informação, principalmente nos meios rurais;
- A manutenção do estigma e da discriminação;
- A pobreza e a fome agrava o quadro de disseminação;
- Difícil acesso ao tratamento com Retro-virais;
- Falta de capacidade generalizada para assumir o problema;
- Há aspectos culturais que favorecem a transmissão do vírus.

Soluções propostas:

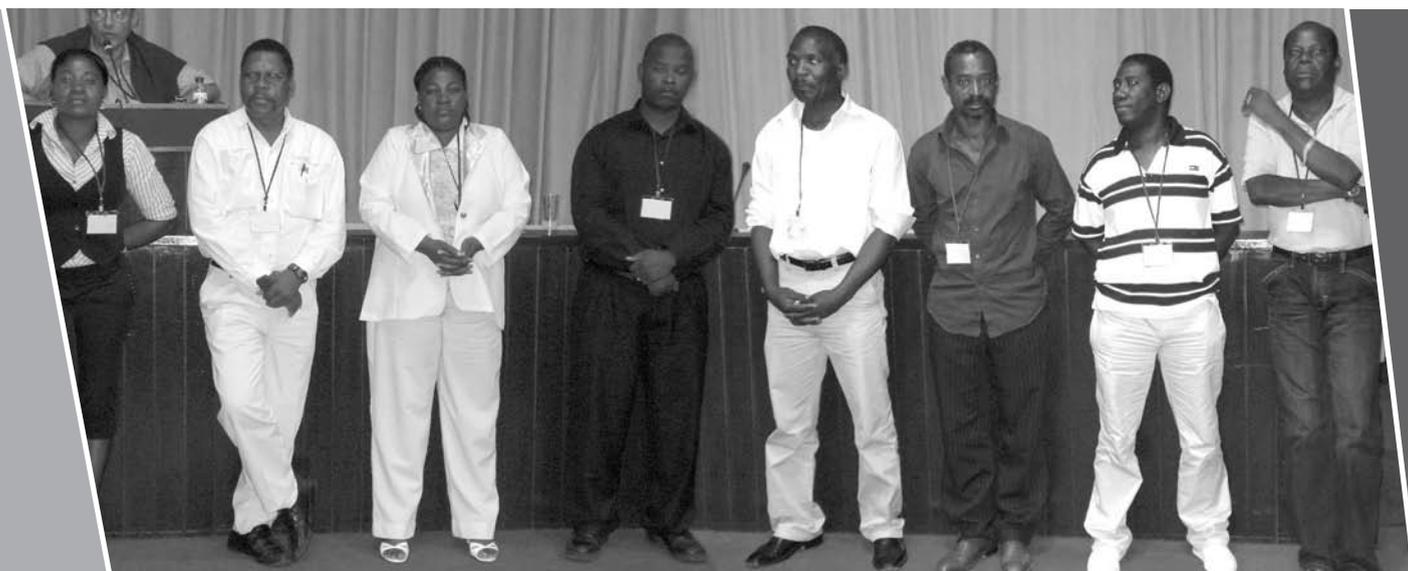
- Melhorar a disseminação da informação, incluindo o uso das línguas nacionais;
- Promoção de rádios comunitárias para apoiar o processo;
- Capacitar activistas e profissionais que lidam com os infectados e afectados;
- Criar mais CATVs e PTVs e reforçar a prevenção;
- Monitorar o funcionamento do INLS;
- Divulgar a lei 8/04 e o decreto-lei 43/03

Desafios:

- Fazer com que os servidores públicos prestem contas aos cidadãos;
- Equilibrar as questões culturais com a realidade do VIH-SIDA.

7

# ELEIÇÃO DO GRUPO DE COORDENAÇÃO, MANDATO, APROVAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO E OBJECTIVOS



## 7. ELEIÇÃO DO GRUPO DE COORDENAÇÃO, MANDATO, APROVAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO E OBJECTIVOS

Conforme programado, ao longo dos três dias de conferência foi-se discutindo a questão da articulação e coordenação entre OSC, o que pretendiam a este nível e como avançar com mecanismos concretos que objectivassem as suas intenções.

A partir das propostas e ideias que foram surgindo, a mesa de coordenação da conferência elaborou um questionário de base e um modelo de suporte, sujeitos ao escrutínio dos grupos de trabalho que o analisaram e responderam (ver anexo n.º III, contendo o questionário apresentado e o diagrama da estrutura a implementar).

Os resultados deste questionário foram depois apresentados à plenária para discussão e aprovação do modelo a ser futuramente seguido e implementado pelo novo grupo de coordenação, também ele a ser eleito seguidamente e na mesma sessão plenária da conferência.

A estrutura/dinâmica aprovada terá por base não só a conferência nacional, mas também a criação e manutenção de mecanismos eficazes de troca de informação e coordenação de acordo com um critério geográfico (províncias, municípios, comunas e aldeias) e um critério temático (HIV-SIDA, Ambiente, juventude, género, Direitos Humanos, segurança alimentar, etc.).

Caberá ao grupo de coordenação estimular e desenvolver este processo, circulando informação pelas províncias e pelas redes temáticas (recebendo e transmitindo informação), mobilizando indivíduos e organizações para se tomarem posições comuns sempre que necessário, mobilizando recursos para manter todas as funções activas, monitorando os doadores e as suas políticas, assim como as políticas públicas governamentais. A monitoria das políticas públicas será essencialmente feita pelos grupos temáticos, embora tenha de existir uma colaboração entre todos os grupos (ver anexo n.º III).

Esclarecida a estrutura e o mandato e votado o modelo de capacidade de voto, apresentaram-se duas candidaturas à eleição para o novo Grupo Coordenador do processo da conferência da sociedade civil: o Movimento Cidadão Consciente (secção de defesa dos Direitos Humanos da Fundação 27 de Maio)<sup>8</sup> e o Colégio de Coordenação do Fórum das Organizações da Sociedade Civil da Província de Benguela<sup>9</sup>. Venceu o Colégio das OSC de Benguela com 36 votos, tendo o Movimento Cidadão Consciente obtido 7 votos e contabilizando-se 35 abstenções.

O novo grupo de coordenação eleito deverá contar com o apoio de todas as representações provinciais para o bom desempenho do mandato atribuído, especialmente do anterior grupo de coordenação de Luanda.

<sup>8</sup> O Movimento Cidadão Consciente foi representado por José Fragoso, Joaquim Salvador Correia, Moisés Sotto Mayor e Paulo Manuel Alexandre.

<sup>9</sup> O Colégio de Coordenação do Fórum das Organizações da Sociedade Civil da Província de Benguela foi representado por Cristiano Luís Joaquim, Amélia Armando, Elsa Avelina Lukamba Chambata e Inácio Gil Tomás.

8

# DISCURSO SÍNTESE DA CONFERÊNCIA E DISCURSO DE ENCERRAMENTO





**(...) OSC angolanas em três grandes grupos. O primeiro grande grupo é aquele que tem uma ligação estreita ao Estado (...) No outro extremo, existem OSC que não querem nenhum contacto com instituições do Estado (...). Entre estas duas posições extremas existem outras, possivelmente a maioria, que acha que em algumas circunstâncias devem cooperar com o Estado (...) não se coibindo de usar a crítica pública sempre que julgarem conveniente.**

**(...) trabalhar com as instituições do Estado não significa que OSC não tenham agenda própria. Ter agenda própria também não significa ter uma única agenda, porque as organizações e os interesses são diversos.**

**(...) o processo de descentralização que existe hoje no país é em nosso entender ao mesmo tempo uma conquista da sociedade civil e uma oportunidade que é dada pelas instituições do Estado.**



## 8. DISCURSO SÍNTESE DA CONFERÊNCIA E DISCURSO DE ENCERRAMENTO

**Discurso síntese da conferência:** Fernando Pacheco

Começaria de novo por citar Barack Obama dizendo “Sim nós conseguimos!”. Conseguimos realizar esta II conferência da sociedade civil apesar de todas as dificuldades de carácter organizativo, de coordenação, de desentendimentos e de rupturas que caracterizaram este processo.

Lamentamos imenso a ausência de algumas organizações (algumas justificadamente, outras não), mas não deve ser este facto que nos vai fazer pensar que os objectivos não tenham sido alcançados.

Não resisto a comparar estes três dias que vivemos aqui com o início dos anos 90, quando esta nova faceta da sociedade civil angolana começava a dar os primeiros passos. Eu sou daquelas pessoas que defendem que a sociedade civil angolana já vem muito de trás, de há décadas, e que de certo modo foi precursora do movimento de libertação nacional. Acontece, no entanto, que por evolução do nosso processo político a maior parte das organizações autónomas da sociedade civil deixaram de existir ou perderam a sua autonomia e só a partir dos anos 90, com um novo quadro constitucional, podemos de facto falar de sociedade civil com autonomia em relação ao Estado.

Neste novo quadro em que vivemos, é óbvio que ainda existem muitas posições diferenciadas entre nós.

Actualmente, penso que posso resumir o posicionamento das OSC angolanas em três grandes grupos. O primeiro grande grupo é aquele que tem uma ligação estreita ao Estado, por vezes demasiado estreita, em que fica muito difícil definir os limites entre as OSC e as próprias instituições do Estado. No outro extremo, existem OSC que não querem nenhum contacto com instituições do Estado, que acham que a sua autonomia só pode ser preservada se efectivamente tomarem esta posição de não terem contactos ou terem o mínimo de contactos com as instituições do Estado. Entre estas duas posições extremas existem outras, possivelmente a maioria, que acha que em algumas circunstâncias devem cooperar com o Estado em tudo o que for necessário para a reconstrução do país, para a luta contra a pobreza, para a melhoria da democracia e para os caminhos que nos conduzirão ao desenvolvimento, embora não se coibindo de usar a crítica pública sempre que julgarem conveniente e necessário para se afirmarem contrariamente às posições governamentais ou outras com as quais discordem.

Foi neste sentido, por exemplo, que nós achámos que a realização desta conferência aqui no parlamento deveria ser entendida como uma conquista da sociedade civil em termos de reconhecimento pelo próprio poder do Estado, pelo papel que temos vindo a desempenhar e que podemos continuar a desempenhar na sociedade

angolana. No entanto, trabalhar com as instituições do Estado não significa que as OSC não tenham agenda própria. Ter agenda própria também não significa ter uma única agenda, porque as organizações e os interesses são diversos. A coordenação entre OSC é necessária e útil, mas também é necessário que todos tenhamos bem presente que cada organização pretende ter a sua própria identidade e que os mecanismos de coordenação não podem pôr em causa a identidade de cada uma das organizações.

Falou-se muito aqui de descentralização, o processo de descentralização que existe hoje no país é em nosso entender ao mesmo tempo uma conquista da sociedade civil e uma oportunidade que é dada pelas instituições do Estado. Há falhas, erros, desconhecimentos, falta de capacidade de ambos os lados, mas parece-me que existe neste momento um novo quadro na vida do país que permite dispor de espaços em que o diálogo e a negociação são possíveis. A meu ver, estes espaços são pelo menos de dois tipos. Por um lado, temos os conselhos de auscultação e concertação social, que foram aqui muito referidos ao longo destes três dias, instituídos por decreto-lei, mas que ainda encontram muitas dificuldades para funcionar na prática. Por outro lado e apesar de não terem sido aqui muito referidos, temos os fóruns, que são também importantes conquistas da sociedade civil, que existem em vários municípios do país e onde as OSC se articulam e preparam as suas discussões para depois poderem negociar com as próprias instituições do Estado.

Frequentemente diz-se que há uma sobreposição entre estes dois espaços, mas na minha perspectiva não há aqui qualquer sobreposição. Os CACS são órgãos do Estado, em que este mesmo Estado convida a sociedade civil a participar. Os fóruns, que existem em vários municípios, são espaços da sociedade civil, que pode convidar o Estado a neles participar. Tratam-se pois de dois espaços distintos.

O percurso histórico da sociedade civil e a sua juventude tornam-na muito dependente em relação aos doadores. Isto cria algumas dificuldades ao funcionamento da sociedade civil, levando por vezes até o cidadão comum a acusar-nos de apenas querermos apanhar o dinheiro das organizações internacionais e dos doadores. Devemos ter este aspecto como uma preocupação e lutar para que sociedade civil seja financiada por mérito e, como aqui se referiu, por fundos públicos do orçamento geral do Estado.

Vai também sendo tempo de reconhecer que existem uma série de dinâmicas de voluntariado que são pouco conhecidas. Isto deve-se, em grande parte, ao facto de nós não termos sabido criar uma relação adequada com a comunicação social, que por vezes está também mais interessada em falar dos montantes em jogo de cada projecto do que em veicular as realizações da sociedade civil e dos projectos.

Nas relações entre Estado e sociedade civil não podemos deixar de chamar a atenção para a questão das políticas públicas. Nós pensamos que a sociedade civil angolana está a dar passos muito concretos no sentido de influenciar políticas públi-



**(...) lutar para que sociedade civil seja financiada por mérito e, como aqui se referiu, por fundos públicos do orçamento geral do Estado.**

**(...) não temos sabido criar uma relação adequada com a comunicação social (...)**

**(...) a sociedade civil angolana está a dar passos muito concretos no sentido de influenciar políticas públicas.**

**(...) politizar ao máximo a sociedade e reduzir ao mínimo a partidarização das instituições. Se realmente conseguirmos fazer isso, penso que estaremos a dar passos para um país melhor.**



cas; são já alguns os exemplos em que isso acontece, mas aproxima-se o momento em que esse tipo de influência será determinante e decisiva para a aceitação da participação da sociedade civil na esfera política – a elaboração e aprovação da nova Constituição. Saímos daqui com algumas ideias relativamente à forma como isto poderá vir acontecer e esperemos que sejam dados passos concretos nos próximos tempos, porque não podemos ficar à margem deste processo.

Alguém disse na conferência que devíamos, a partir de agora, politizar ao máximo a sociedade e reduzir ao mínimo a partidarização das instituições. Se realmente conseguirmos fazer isso, penso que estaremos a dar passos para um país melhor. A III conferência da sociedade civil que se realizará possivelmente no ano de 2009 será um bom momento para nós avaliarmos os passos que dermos daqui até lá.

### **Discurso de encerramento da conferência: Frei João Domingos**

Eu queria começar pelo fim e felicitar aqueles que trabalharam para que esta conferência se realizasse e fosse tão rica. Todo o processo que chegou até aqui, é certamente um processo de muito trabalho, muita dedicação, muito empenho e nós alegramo-nos e felicitamo-nos com isso.

A sociedade civil vem de longe, teve um longo caminho, no tempo do colono ela conseguiu abalar certas estruturas a nível local. Eu tive a oportunidade de falar com os “mais velhos” no Congo e dei-me conta que afinal os que lutaram pela independência não foram apenas os escritores, nem os cantores e músicos, padres, pastores, etc., mas o próprio povo também lutou. Os próprios agricultores acabaram por se zangar porque lhes roubavam as terras, cada vez que eles já tinham terras boas e elas eram tiradas e eles tinham que recomeçar a fazer terras mais longe, e acabaram por se impor e alguns foram presos e maltratados. Muitas pessoas, simples empregados, reclamavam com os seus patrões por razões de justiça, eram acusados de rebeldes e presos. Dei-me conta que afinal os cidadãos têm verdadeiramente uma consciência da sua dignidade, dos seus direitos, do que é justo e injusto, e quando se cansam de serem oprimidos revoltam-se e reagem. Porquê? Porque está no seu coração, porque é filho de Deus que o fez à sua imagem e que fez da pessoa humana algo de divino. A pessoa humana é sagrada, tem uma dignidade muito profunda, direitos e capacidades, sabe distinguir o que é justo e injusto, o bem e o mal. Está em nós tudo isto que deve ser o impulso, o motor das nossas acções e das nossas organizações.

Nós tivemos uma longa caminhada de quase impossibilidade de participação, fruto da guerra civil e de um regime em que não se dava a palavra a ninguém, antes pelo contrário. Depois tivemos a guerra que também nos impedia que falássemos, de ambos os lados, porque éramos logo interpretados como pertencendo a um ou outro lado. Mesmo assim, a partir de 1991 quanto trabalho não se fez para que hoje estejamos aqui numa assembleia destas, em que passámos estes três dias a dialogar sobre tantos problemas? Acho que percorremos um longo caminho e que temos força para



**A sociedade civil vem de longe, teve um longo caminho (...)**

**(...) temos que ser unidos, temos de nos organizar e é aquilo que foi aqui feito com a eleição do novo Grupo de Coordenação de Benguela.**

**(...) não vamos estar sempre a favor do governo, mas também não podemos estar sempre contra (...)  
devemos caminhar juntos para uma Angola nova, para uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais amiga e mais feliz, nisso todos devemos estar empenhados.**



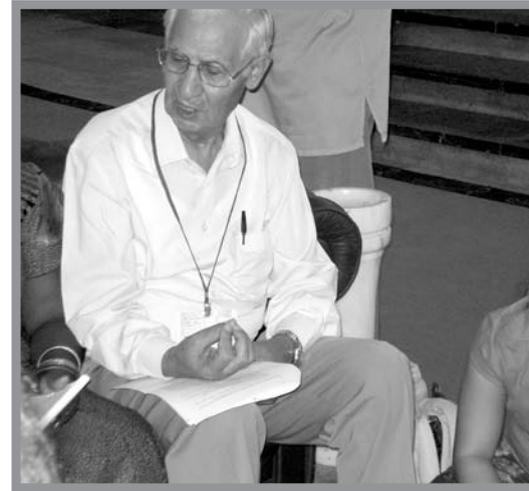
dizer “em frente”. Quem chegou até aqui sabe que pode ir mais longe e por isso a citação do Obama pelo Fernando Pacheco tem toda a razão de ser; nós somos capazes e vamos conseguir porque temos capacidades enormes e a união faz a força. Por isso temos que ser unidos, temos de nos organizar e é aquilo que foi aqui feito com a eleição do novo Grupo de Coordenação de Benguela; tem a vantagem de não ser de Luanda, porque normalmente é sempre Luanda a comandar tudo. Também foi muito positivo termos outro grupo a concorrer porque pouca gente conhecia o Movimento Cidadão Consciente e passamos a conhecer melhor, tratando-se de um movimento que luta por uma nova consciência e participação.

Teremos sempre limitações e exageramos, para um lado ou para o outro, como dizia o Pacheco, mas convém evitar estes exageros, não vamos estar sempre a favor do governo, mas também não podemos estar sempre contra, devemos estar contra o que consideramos errado e a favor do que consideramos positivo, mas devemos caminhar juntos para uma Angola nova, para uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais amiga e mais feliz, nisso todos devemos estar empenhados.

Devemos dar a nossa opinião, o nosso parecer, apresentarmos as nossas propostas, críticas e sugestões, mas também devemos agir e fazer coisas. Há muitos problemas localmente que podem ser resolvidos com o nosso impulso, com a nossa iniciativa, com a nossa participação. Nós ganharemos credibilidade e autoridade se nos empenharmos para resolver muitos dos problemas que nós próprios, sociedade civil, podemos resolver. Interessa-nos fazer as coisas, interessa-nos melhorar a sociedade, interessa dar o nosso contributo cidadão, participativo a todos os níveis. Tudo isso se deve fazer no dia-a-dia, localmente, a partir das comunas, dos municípios e das províncias para todos trabalharmos e ganharmos esta força. A maior força que pode ter um país é o seu povo, o poder está no povo e não é só o poder do voto, é o poder da voz, é a nossa participação, é a nossa consciência, é o nosso trabalho, são as nossas iniciativas. Temos muito poder e somos muito responsáveis, não é só o governo que é responsável, somos nós todos.

Parabéns a todos os que trabalharam para chegarmos aqui, temos força para ir para seguir em frente, vamos conseguir outras etapas a partir de uma boa organização, na qual colaboremos na medida do possível e a partir de uma participação de todos a todos os níveis. Que Deus abençoe os nossos esforços e que o relatório da conferência seja enviado a todos para que possamos reflectir sobre o que aqui foi dito e passarmos à prática.

Com estas palavras dou por encerrada a nossa conferência e que Deus abençoe a todos.



“

**(...) nós ganharemos credibilidade e autoridade se nos empenharmos para resolver muitos dos problemas que nós próprios, sociedade civil, podemos resolver.**

”

“

**A maior força que pode ter um país é o seu povo, o poder está no povo e não é só o poder do voto, é o poder da voz, é a nossa participação, é a nossa consciência, é o nosso trabalho, são as nossas iniciativas. Temos muito poder e somos muito responsáveis, não é só o governo que é responsável, somos nós todos.**

”



# ANEXOS



## ANEXO I - Programa de trabalhos da conferência

25 Novembro		
Tempo	Actividade / Tema	Composição da mesa
08:30 09:00	Sessão de Abertura	<b>Deputado Simão da Silva</b> (Vice-Presidente da 4.ª comissão da Assembleia Nacional - administração central, poder local e sociedade civil) <b>Embaixador Francis Blondet</b> , (Embaixador francês em representação da UE) <b>Fernando Pacheco</b> (Consultor Independente)
09:00 09:10	Apresentação do Programa e Método	<b>António Leitão Ribeiro</b> Coordenador Nacional da Rede Angolana de Pessoas vivendo com VIH e Director da Organização Luta pela Vida)
09:10 10:00	Relatório da evolução do processo até ao presente Apresentação Perguntas e respostas	<b>Alexandra Gamito</b> (CDPA - Centro para o Desenvolvimento de Parcerias de Angola)
10:00 11:00	1 - Os mecanismos de coordenação das OSC em Angola, sua representatividade e legitimidade; relações com o governo, comunidade internacional e sector privado Apresentações introdutórias Perguntas e respostas Síntese, questões para seguir nos GT	<b>Moderador:</b> <b>Fernando Pacheco</b> (Consultor Independente) <b>Palestrantes:</b> <b>Cesaltina Abreu</b> (IBIS - Educação e Desenvolvimento) <b>Carlos Figueiredo</b> (ADRA - Angola e PNUD)
11:00 11:30	Intervalo - Café	
11:30 12:30	2 - O papel da sociedade civil no processo de descentralização; o resgate de valores culturais facilitadores da participação cívica e política. Apresentações introdutórias Perguntas e respostas Síntese, questões para seguir nos GT	<b>Moderador:</b> <b>Guilherme Santos</b> (Presidente da ADRA - Angola) <b>Palestrantes:</b> <b>Luís Cristiano</b> (Núcleo Representativo das Associações do Dombe Grande - Benguela) <b>Sérgio Calundungo</b> (Director Geral da ADRA-Angola)
12:30 13:00	Instruções para os grupos de trabalho	<b>David Capelenguela</b> (ADCESV)
13:00 14:30	Almoço	
14:30 16:00	Trabalho em grupos	<b>Facilitador:</b> <b>António Sapalo</b> (Instituto Marquês Val Flor)
16:00 17:00	Plenária para restituição, discussão e síntese dos grupos	
17:00	Encerramento do dia	<b>Pedro Branquima</b> (APDCH)
26 de Novembro		
Tempo	Actividade / Tema	Composição da mesa
08:30 09:00	Abertura dos trabalhos Síntese do primeiro dia; apresentação do programa do dia	<b>António Chipita</b> (ACADIR, Kwando-Kubango)
09:00 10:00	3 - O acesso a recursos, públicos e privados, como condicionante da autonomia e eficácia das organizações da sociedade civil; o papel do voluntarismo e dos diferentes doadores Apresentações introdutórias Perguntas e respostas Síntese, questões para seguir nos GT	<b>Moderador:</b> <b>Viegas Bernardo</b> (Instituto Superior João Paulo II) <b>Palestrantes:</b> <b>Carlos Figueiredo</b> (ADRA-Angola) <b>Paula Cristina</b> (Delegação da Comissão da União Europeia)
10:00 11:30	Documentário sobre mudanças climáticas "Uma verdade inconveniente"	
11:30 12:00	Intervalo - Café	

12:00 13:00	4 - A actividade económica e seus impactos ambientais; a responsabilidade das empresas, do Estado e o papel da sociedade civil Apresentações introdutórias Perguntas e respostas Síntese, questões para seguir nos GT	<b>Moderador:</b> Francisco da Cruz (Consultor Independente) <b>Palestrantes:</b> Benjamim Castello (Liga Jubileu 2000) Landu Kama (Grémio ABC)
13:00 14:30	Almoço	
14:30 16:00	Trabalho em grupos	<b>Facilitador:</b> Julião Afonso (Programa de Apoio aos Actores Não Estatais)
16:00 17:00	Plenária para restituição, discussão e síntese dos grupos	
17:00	Encerramento do dia	<b>Fernandino Leitão</b> (Comissão Mista dos Direitos Humanos do Kwanza-Norte)

### 27 Novembro

Tempo	Actividade / Tema	Composição da mesa
09:00 10:00	5 - A Sociedade Civil e a Política - Eleições, Políticas Públicas e Constituição Apresentações introdutórias Perguntas e respostas Síntese, questões para seguir nos GT	<b>Moderador:</b> Elias Isaac (Open Society Angola) <b>Palestrantes:</b> Reis Luís (Centro Nacional de Aconselhamento - NCC) Pe. Pio Wacussanga (CEAST) Inglês Pinto (Bastonário da Ordem dos Advogados)
10:00 11:00	Trabalho em grupos	<b>Facilitador:</b> Francisco Gaspar (Kandengues Unidos)
11:00 12:00	Plenária para restituição, discussão e síntese dos grupos	
12:00 13:00	Exibição do documentário sobre HIV SIDA	
13:00 14:30	Almoço	
14:30 16:30	Documento síntese para discussão e aprovação Apresentação do documento Discussão Aprovação	Plenária
16:30 17:00	Eleições: Grupo coordenador nacional; Estruturas Organizativas	Membros do grupo coordenador da Conf. <sup>a</sup> Nacional
17:00 17:30	Síntese da conferência para os participantes, individualidades convidadas e imprensa	Julião Afonso (PAANE)
17:30 18:00	Actividade cultural	
18:00	Encerramento da Conferência	<b>Discurso síntese da conferência:</b> Fernando Pacheco (Consultor Independente) <b>Discurso de Encerramento:</b> Frei João Domingos (Reitor do Instituto Superior João Paulo II)

## ANEXO II - O processo das conferências provinciais realizadas no âmbito da II conferência nacional da sociedade civil; Recomendações/Conclusões.

Quadro-resumo de dados relativos às conferências provinciais<sup>10</sup>

Província	Datas	N.º de participantes	Temas adicionais identificados
1. Bengo	Não se realizou	-	-
2. Benguela	25 - 26 Set	67	Parcerias entre as Organizações da Sociedade Civil
3. Bié	21 - 22 Nov	86	Envolvimento da SC Sociedade Civil em processos eleitorais democráticos.
4. Cabinda	21 - 22 Nov	65	Responsabilidade das empresas petrolíferas no desenvolvimento das comunidades; Ambiente, saneamento básico e aplicação das leis existentes; Estratégias para auto-suficiência alimentar e desenvolvimento comunitário.
5. Cunene	7 e 8 Nov	100	HIV-SIDA, causas e efeitos para a pobreza e exclusão; Parcerias entre as OSC e as instituições públicas.
6. Huambo	8-9 de Out	Não disponibilizado	Análise do funcionamento de redes e tentativas de coordenação a nível das OSC; Participação das OSC no processo de tomada de decisões públicas.
7. Huíla	14 - 15 Agt	70	Desarmamento e protecção / segurança dos cidadãos e bens: que implicações?
8. Kwanza-Norte	13 e 14 Nov	67	Política do Governo para a Sociedade Civil neste período pós-eleições; A Sociedade Civil na Nota Pastoral da CEAST.
9. Kwanza-Sul	22 - 23 Out	52	Parcerias das OSC com o Governo, Comunidade Internacional e Sector Privado;
10. Kuando Kubango	09 - 10 Out	57	Sociedade civil no processo de democratização e desenvolvimento.
11. Luanda	21 - 22 Out	95	Espaços de engajamento a nível local; Acesso aos fundos públicos por parte das OSC.
12. Lunda-Norte	16 e 17 Out	72	Resgate dos valores culturais; Impacto ambiental da actividade económica.
13. Lunda-Sul	13 e 14 Nov	Não disponibilizado	Análise do funcionamento da coordenação das OSC e os possíveis constrangimentos.
14. Malanje	14 e 15 Nov	52	Dever-se-á constituir uma plataforma das OSC.
15. Moxico	21 e 22 Out	60	A Sociedade Civil e o seu papel na preservação da Paz; Participação da Mulher na vida pública; A Juventude no desenvolvimento da província; A Sociedade Civil na resolução de Conflitos.
16. Namibe	10 Out	52	Existe necessidade de as Organizações Comunitárias de Base e as ONGs serem capacitadas endogenamente a nível de profissionalização e organização financeira; As OSC envolvidas com o processo de descentralização devem apoiar os CACS e os fóruns.
17. Uíge	11 a 12 Set	70	Deficit das OSC na utilização de técnicas de comunicação e divulgação de informação; Violência no Género.
18. Zaire	Não se realizou	-	-

<sup>10</sup> Quadro originalmente da autoria de Alexandra Gamito.

### Pontos de destaque:

- Total de cerca de 1000 pessoas envolvidas;
- Engajamento local no processo de preparação da conferência;
- Envolvimento de pessoas dos municípios;
- Envolvimento e liderança de mulheres;
- Eleitos 60 delegados à Conferência Nacional.

## Recomendações/Conclusões

### PROVÍNCIA DE BENGUELA

- Dever-se-ão criar mecanismos para que todos os populares tenham acesso à informação, de forma a estimular a sua participação na vida pública;
- Devemos advogar para que as instituições cumpram com as leis existentes, para um amplo e inclusivo processo de registo civil para podermos desempenhar o nosso papel como cidadãos deste país;
- Devemos estimular a participação de mulheres e jovens nesse tipo de eventos;
- O trabalho de acompanhamento e monitoria das eleições por parte das OSC deve abranger várias zonas geográficas da província e os subsídios para desenvolver este trabalho devem abarcar todas as organizações;
- As OSC devem ter um papel activo nos CACS para participarem na planificação, implementação e avaliação das políticas públicas;
- As OSC devem-se empenhar para que os *media* tragam os problemas das comunidades a público e seja estimulada a sua discussão;
- Deverá existir uma relação de parceria salutar entre as OSC e as instituições públicas;
- Deverá existir solidariedade entre as OSC para uma maior satisfação dos interesses da população;
- As OSC devem-se preparar e capacitar para monitorar e avaliar as políticas públicas;
- As OSC devem-se unir no objectivo comum de satisfação da população, incentivando um sentimento de autonomia e não de subserviência em relação às instituições públicas;
- As OSC devem estar firmes nos seus objectivos, princípios, valores e missão;
- Os projectos das OSC devem ser claros para a captação de fundos;
- Devem-se fortalecer as capacidades de diálogo ao nível das OSC;
- Devem-se convencer os membros e associados das OSC a contribuírem com quotas tendo em conta o espírito de causa pública destas.

### PROVÍNCIA DO BIÉ

- Existe necessidade de pressionar por políticas públicas com especial atenção para as questões relacionadas com HIV-SIDA, minas, melhoria das vias de acesso à província, melhoria da assistência médica e medicamentosa, capacitação de pessoal de CATV;
- Existe necessidade de pressionar a administração do Estado no sentido de um maior engajamento e articulação dos sectores público, privado, OSC e comunidades;
- Existe necessidade de promover encontros de OSC para troca de experiências (inter-provinciais e regionais).

## PROVÍNCIA DE CABINDA

- O FONGA e a Rede Eleitoral, na qualidade de fóruns que aglutinam várias instituições da sociedade civil, devem fomentar o movimento associativo na região;
- Devem ser criados mecanismos de acesso à informação por parte das OSC, que permitam analisar e entender os problemas de desenvolvimento da província, assim como da distribuição das riquezas locais;
- Deve existir capacidade de intervenção das OSC de modo a aproveitar as oportunidades oferecidas pelas mudanças actuais;
- Dever-se-á fazer a profissionalização das ONGs em função dos actuais Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- Devem ser criadas condições para a realização de um encontro alargado entre as OSC e o governador da província de Cabinda;
- Deverá existir diálogo permanente entre as ONGs e o governo na identificação de projectos e definição de prioridades;
- O governo provincial deverá definir as modalidades de construção da sede das ONGs (Palácio) mediante o acompanhamento do FONGA e da Rede Eleitoral, na qualidade de instituições que congregam no seu seio várias OSC.
- Dever-se-á estabelecer um *lobby* junto das empresas petrolíferas que operam em Cabinda para que tornem públicos os apoios ou as contribuições feitas junto das comunidades locais;
- Deve ser criado um espaço de diálogo entre a direcção provincial de agricultura pescas e ambiente, Cabinda Gulf e OSC, para criarem um mecanismo de protecção e limpeza de praias poluídas pela actividade petrolífera;
- O departamento de ambiente, através do ministério da tutela, deve ser dotado de uma lei com multas pesadas para as empresas petrolíferas no que tange aos derrames e as leis existentes devem ser implementadas com mais vigor e rigor em relação às empresas infractoras;
- Deverá ser preparado um guião susceptível de servir de projecto de lei para o advento da responsabilidade social das empresas em Angola;
- Dever-se-á fazer *lobby* para que o governo formalize a sua adesão à ITIE (Iniciativa sobre Transparência das Indústrias Extractivas);
- Deverá existir um *lobby* junto da Assembleia Nacional para a regulamentação cabal da lei de base do ambiente;
- Dever-se-á criar um fundo de apoio às ONGs, principalmente aquelas que se empenharam nos processos eleitorais, ambiente e HIV SIDA;
- A Comissão Provincial Eleitoral deve tornar pública a lista de organizações que beneficiaram de valores para a educação cívica inerentes às eleições legislativas de 2008;
- As experiências de trabalho realizadas em prol das eleições devem ser encaradas como um processo de estímulo da reflexão dos cidadãos e, como tal, servirem para as OSC como instrumento fundamental na capacitação do cidadão, para o ajudar a perceber a importância das eleições;
- Sob o acompanhamento do FONGA e da Rede Eleitoral, em futuros actos eleitorais devem ser definidos com clareza os critérios de selecção das ONGs que trabalharão na educação cívica;
- Deve ser esclarecido com a máxima urgência a verba atribuída ao Grémio ABC no âmbito da educação cívica através da comissão provincial eleitoral, cuja planificação foi feita pela Comissão Nacional Eleitoral.

## PROVÍNCIA DO CUNENE

- Devem-se promover e organizar conferências sobre “chefia e liderança” no seio da sociedade civil;
- Devem-se fortalecer os espaços de troca de experiências entre os membros da sociedade civil;
- Devem-se fortalecer as relações com a comunicação social;
- Deve existir maior divulgação da Leis vigentes no país ao nível das comunidades;
- As OSC devem elaborar os seus projectos na base da boa gestão e envolvimento da própria comunidade.

## PROVÍNCIA DO HUAMBO

- A participação nos CACS deve ser feita por representantes das OSC a serem indicados dentro do grupo de coordenação das OSC;
- A ligação aos CACS não se deve limitar à participação nas reuniões daqueles conselhos, mas incluir também a capacitação dos quadros da administração e a monitoria, para garantir que este seja na verdade um órgão que facilite a participação dos cidadãos na vida pública;
- A análise do decreto-lei 02/07 não se deve limitar ao conceito e objectivos dos CACS, mas ao seu todo para não se incorrer em interpretações erradas;
- A melhoria da coordenação e articulação entre as OCS deve reforçar o grupo existente com a criação de um secretariado executivo rotativo, constituído por três organizações;
- O funcionamento das redes deve ser visto na óptica da partilha de informação, procura de soluções colectivas e reflectir o interesse dos seus integrantes;
- Deve-se melhorar a articulação com o nível municipal, incentivando o surgimento de fóruns municipais inclusivos que facilitem a socialização entre as organizações a nível do município e a articulação com a administração municipal e o grupo de coordenação provincial das OSC;
- A articulação com o nível nacional deve ser feita através de uma estrutura a ser criada ou reestruturando o FONGA para que este seja mais participativo, facilitando a elaboração de agendas consensuais.

## PROVÍNCIA DA HUÍLA

- Conhecer as leis é importante. Existe um fraco domínio e conhecimento das leis por parte dos cidadãos, principalmente sobre a lei eleitoral, descentralização e finanças públicas;
- Houve uma fraca mobilização da sociedade civil para participação na observação eleitoral;
- Regista-se uma fraca disseminação de informação de qualidade aos cidadãos, incluindo debates à volta de assuntos de interesse público, principalmente no meio rural;
- Assiste-se a um processo de desconcentração de recursos financeiros para as administrações municipais, ora transformadas em unidades orçamentais autónomas, mas constata-se igualmente uma insuficiência de recursos humanos a nível local para assumirem as novas responsabilidades atribuídas pelo processo;
- O processo de descentralização, em geral, não tem sido suficientemente debatido, principalmente aos níveis onde o mesmo está a decorrer. Os cidadãos não estão suficientemente informados acerca deste processo;
- O decreto 02/07 através da institucionalização dos CACS constitui uma oportunidade de representatividade e articulação da sociedade civil com o governo, estimulando deste modo a participação dos cidadãos na vida pública;
- Apesar de várias organizações já estarem engajadas e articuladas com o MAT na elaboração de perfis municipais e planos de desenvolvimento municipal, constata-se que a maior parte dos municípios ainda não possui uma caracterização da sua realidade demográfica, institucional, económica e social;
- Embora as OSC já se tenham engajado no processo de descentralização, a sua capacidade de influenciar mudanças em tão curto espaço de tempo é ainda e muito limitada;
- O FONGA continua a não ter a legitimidade desejada pelas ONGs, principalmente em relação à apresentação e negociação de uma agenda consensual junto do governo angolano;
- Existem ONGs que enfermam dos mesmos problemas de falta de transparência e democracia interna, que têm sido levantados em relação ao governo;
- As OSC angolanas possuem imensas dificuldades para a obtenção de fundos a partir do governo angolano, continuando fortemente dependentes de apoios externos, facto que as torna vulneráveis correndo o risco de desaparecerem;
- Os recursos financeiros são importantes, mas não são a única condição para o desenvolvimento da sociedade civil;

- A credibilidade das OSC constitui um capital social de autoridade moral para influenciar o espaço público;
- Existem OSC pequenas e sem muitos recursos financeiros, mas com muitos conteúdos de trabalho e legitimidade reconhecida;
- O sector não governamental da sociedade civil desenvolveu ao longo dos anos determinados conhecimentos, habilidades e metodologias de análise de situação, planificação, monitoria, avaliação e elaboração de relatórios. Estas capacidades não são suficientemente conhecidas e utilizadas por outros sectores.
- As OSC precisam de se profissionalizar e conhecer melhor os assuntos a advogar, enquadrando-os nas suas estratégias de engajamento com os poderes instituídos;
- As OSC devem continuar a aprofundar os conteúdos e estratégias definidas nos seus mecanismos de articulação e coordenação para facilitar melhor a sua representatividade junto dos poderes de decisão;
- As OSC devem aproveitar a abertura legal ao abrigo de decreto-lei 02/07, através da institucionalização dos CACS para influenciarem o espaço público, estimulando principalmente a participação dos cidadãos nas decisões sobre as prioridades locais;
- As OSC precisam de melhorar os seus mecanismos de angariação de fundos a partir das diferentes fontes;
- As OSC em articulação com os governos locais devem disseminar o máximo possível de informações úteis aos cidadãos, principalmente em matéria de legislação, para permitir que os cidadãos participem da vida pública de maneira efectiva e consciente;
- As OSC devem estimular mais os cidadãos a participarem na vida pública, para que haja maior capacidade e poder de decisão, de concepção, execução, monitoria e avaliação dos empreendimentos a nível local.

## PROVÍNCIA DO KWANZA-NORTE

- O medo, a desconfiança e o isolamento têm enfraquecido os vários actores da sociedade civil na sua relação com o governo local;
- A concertação social entre a sociedade civil e o governo local ainda não permite uma boa interação e diálogo permanente na resolução dos problemas inerentes à vida das comunidades;
- As OSC têm desenvolvido bastantes actividades, mas a escassez de espaços de debate e de interacção dificulta o acesso à informação e à sua circulação;
- Deve desenvolver-se e consolidar-se um espaço de debate e interacção entre os vários actores da sociedade civil mediante a realização de encontros trimestrais, assim como mesas redondas, fóruns, palestras, *workshops*, etc. para facilitar a circulação da informação;
- Devem realizar-se fóruns temáticos para debates sobre problemas candentes da sociedade, com a participação de um maior número possível de actores sociais e membros do governo;
- Devem estabelecer-se mecanismos de integração e cooperação para vencermos as barreiras do isolamento, medo, desconfiança, discriminação e falta de transparência. Foi eleito um núcleo de coordenação da sociedade civil do Kwanza-Norte com um mandato de um ano, sendo este constituído por seis associações lideradas pela Comissão Mista dos Direitos Humanos do Kwanza-Norte;
- O governo, ao convidar os membros das OSC para participarem nos CACS, deve fazê-lo com antecedência de pelo menos 15 dias, de maneira a que os seus representantes possam recolher as preocupações dos munícipes que representam;
- Devem ser promovidos encontros de reflexão nas comunidades para despertar os cidadãos a assumirem as suas responsabilidades nos assuntos da vida pública da sua própria comunidade.

## PROVÍNCIA DO KWANZA-SUL

- Existe falta de coesão entre as OSC no desenvolvimento das suas actividades, devendo estar mais unidas e fortes no sentido de melhorarem o seu funcionamento, sendo para isto necessário:
  - a) Existir mais encontros de reflexão e capacitação entre diversos actores das OSC.
  - b) Consolidar os debates com as instituições do Estado.
  - c) Criarem-se redes Provinciais e Municipais funcionais para a sociedade civil.
- Consta-se um fraco entendimento e interesse das comunidades sobre o papel da OSC;
- Deve-se estimular a criação de comissões de moradores em todos os bairros;
- Dever-se-á estimular a participação da juventude nas questões relacionadas com a governação do país;
- Dever-se-á divulgar a Lei de Terras nas línguas nacionais para que seja compreendida nas zonas rurais;
- Deverá existir uma aposta nos programas de alfabetização;
- Dever-se-ão criar estímulos nas zonas rurais para atrair as pessoas para trabalharem e viverem nestas áreas;
- Dever-se-ão realizar encontros periódicos entre as OSC;
- Deveria existir uma divulgação das conclusões e recomendações saídas das conferências provinciais e nacionais;
- Deverá existir maior abertura das autoridades locais para com a sociedade civil no processo de descentralização;
- Os fóruns municipais dever-se-ão expandir a todos os municípios da província do Kwanza Sul;
- Existe uma necessidade de maior entrosamento entre as associações comunitárias da sociedade civil;
- Deverá existir uma aposta e investimento na capacitação ou formação das associações para se assegurar a sustentabilidade dos seus projectos;
- A actuação da comissão coordenadora provincial da luta contra o HIV/SIDA deverá ser descentralizada para o nível dos municípios.

## PROVÍNCIA DO KUANDO-KUBANGO

- Dever-se-á estimular a cooperação e reforçar os espaços de troca de experiências entre as OSC na nossa província;
- Dever-se-á incentivar as iniciativas comunitárias de acordo com o contexto, em particular no que diz respeito às escolas, hospitais, postos de saúde e vias de acesso, permitindo assim que todos os intervenientes da sociedade civil trabalhem para o desenvolvimento da província;
- Dever-se-á promover a educação cívica nas áreas da saúde, saneamento, novas tecnologias e conservação ambiental;
- As OSC deverão advogar junto do governo para que este reveja o programa de micro crédito para o tornar mais abrangente, com montantes/condições mais realistas e acompanhados de capacitação e métodos de sustentabilidade;
- O governo deve reforçar a participação das OSC, das autoridades tradicionais e Igrejas nos CACS aos diferentes níveis.
- Dever-se-ão reforçar as relações com a comunicação social;
- Dever-se-á elaborar e divulgar/disseminar estudos/pesquisas sobre a vida das comunidades na província;
- Deve existir maior divulgação das leis vigentes no país ao nível de todas as comunidades;
- As OSC devem elaborar projectos ou propostas concretas para o seu financiamento;
- Os financiadores devem avaliar no terreno as possibilidades de realização dos projectos antes de disponibilizarem os fundos;
- As OSC devem elaborar os seus projectos na base da boa gestão e envolvimento das próprias comunidades;
- Os doadores devem flexibilizar e adaptar os critérios de acesso aos fundos;
- As ONGs Internacionais não devem implementar projectos nas comunidades sem parcerias com as OSC nacionais e o governo.

## PROVÍNCIA DE LUANDA

- Os participantes reconhecem que a província de Luanda está numa dinâmica de desenvolvimento acelerado e o governo está a dar tratamento gradual à maioria das questões que mais afligem as populações;
- As experiências das organizações da sociedade civil dos municípios do Sambizanga, Cazenga, Cacuaco e Kilamba-Kiayi sobre o engajamento e articulação com os governos locais e provedores de serviços, demonstra que os cidadãos estão a tomar cada vez mais consciência sobre as suas responsabilidades na participação activa no processo de desenvolvimento local;
- As experiências das comunidades na gestão de serviços comunitários implementados em parceria com instituições públicas e privadas, demonstram que o programa do Governo Provincial de Luanda será mais efectivo se as comunidades nas zonas de implementação dos projectos forem envolvidas desde o início e apropriarem-se dos processos;
- A sociedade civil é a chave para construção de um Estado democrático onde a dignidade e o direito dos cidadãos são salvaguardados;
- O planeamento urbano e o processo de elaboração de políticas públicas, principalmente em relação ao acesso à terra, devem privilegiar, para além dos aspectos técnicos, a participação consciente e inclusiva dos cidadãos;
- As políticas públicas não podem ser apenas a extensão do Estado aos cidadãos sujeitos às políticas do governo, mas antes um espaço de interacção e parceria entre o Estado e os cidadãos;
- As pessoas que se identificam com a sociedade civil devem engajar-se com a causa e não com as instituições que representam, mesmo quando estiverem profissionalmente ligados às instituições estatais;
- É importante que os membros das OSC tenham contacto e dominem os instrumentos legais existentes no país;
- As OSC devem disseminar os conteúdos das leis para reforçar as capacidades das comunidades com quem trabalham;
- É importante que os processos de auscultação, levados a cabo pelo governo junto da sociedade civil, sejam inclusivos e participativos;
- No actual contexto de grande investimento do governo em projectos sociais nos municípios, as OSC que trabalham no provimento de serviços básicos devem redireccionar as suas acções para garantir que estes projectos sejam sustentáveis e que beneficiem as pessoas mais vulneráveis;
- Os planos e as campanhas do governo provincial de Luanda terão maior impacto se este trabalhar em estreita colaboração com a sociedade civil a nível dos municípios;
- Devem-se disseminar mais as boas práticas de engajamento entre o Governo local e a sociedade civil, de forma a promover uma governação participativa nos diferentes níveis;
- As OSC devem enviar os seus relatórios às administrações e estas, por sua vez, devem partilhar os seus planos de execução.

## PROVÍNCIA DA LUNDA-NORTE

- As OSC da Lunda-Norte estão fracas por existir pouca cooperação entre elas e desde já assumem trabalhar para ultrapassar esta situação, reforçando o espaço de troca de experiências entre si, não só a nível provincial como com outras províncias;
- As OSC reconhecem os esforços do governo na abertura para com a sociedade civil e acordam em participar em todas as iniciativas comunitárias, com especial destaque para as infra-estruturas, vias de acesso (estradas secundárias e terciárias), escolas, pontes, saúde e o acesso à água potável;
- A conferência chama a atenção das OSC da Lunda-Norte para a necessidade de participação nos órgãos de decisão, assim como nos CACS;
- As OSC deverão fazer acções de advocacia junto do governo para que o programa de micro-crédito em curso se

- coadune à realidade específica de cada região;
- Dever-se-á reforçar as relações institucionais das OSC com os *media* no sentido de cada vez mais se divulgarem as acções por si desenvolvidas;
  - Deverá existir maior flexibilidade por parte dos doadores (nacionais e estrangeiros) para com as OSC nacionais e maior apoio ao reforço da capacidade institucional;
  - Dever-se-ão promover oportunidades de formação dos membros das OSC na elaboração, monitoria e avaliação de projectos;
  - Deverá existir maior transparência na execução e implementação dos projectos e mais troca de informação;
  - As ONGs internacionais devem dar oportunidade às OSC locais para implementarem os projectos comunitários por meio de parcerias;
  - Todas as acções devem ser divulgadas com elaboração de um relatório de actividade, distribuído às outras organizações e instituições do governo para saberem o que têm feito;
  - A sociedade civil da Lunda-Norte tem que estar organizada para interagir em melhores condições com o governo;
  - Deverá existir continuidade de capacitação das ONGs e das associações locais.

## PROVÍNCIA DA LUNDA-SUL

Dados não disponibilizados pelos organizadores da conferência provincial

## PROVÍNCIA DE MALANGE

- Devem ser criados mecanismos para que todas as populações tenham acesso à informação, de forma a estimular a sua participação na vida pública, com especial atenção para as mulheres e os jovens;
- A Comunicação Social deve trazer os problemas das comunidades a público para serem debatidos;
- Deve existir uma relação de parceria salutar entre as OSC e as instituições públicas;
- As OSC devem ser firmes nos seus objectivos, princípios, valores e missão;
- Devem ser elaboradas agendas com objectivos claros, tendo em conta a especificidade temática a três níveis: comunal, municipal e provincial;
- Os projectos das OSC devem ser claros para a captação de fundos;
- Devem-se fortalecer as capacidades de diálogo a nível das OSC;
- Deve ser incentivado o surgimento de redes temáticas;
- Deve-se fomentar as redes por áreas temáticas;
- Deve-se constituir uma plataforma das OSC.

## PROVÍNCIA DO MOXICO

- São necessárias acções de formação das OSC (especialmente ao nível da gestão de fundos públicos e resolução de conflitos pós-eleitorais), para que se possam afirmar cada vez mais como parceiros do governo da província na abordagem de assuntos relacionados com a planificação de estratégias para o desenvolvimento sustentado da província;
- Dever-se-á estimular a colaboração e actuação coordenada por parte das forças da sociedade civil;
- Dever-se-á procurar melhorar os mecanismos de diálogo local, de representação e de troca de informação dentro da província do Moxico e entre esta e o resto do país;
- Dever-se-á procurar construir uma sociedade civil preparada e capacitada para a participação activa e responsável, em colaboração com o governo.

## PROVÍNCIA DO NAMIBE

- Deverá existir mais disseminação de informação sobre o processo de descentralização, especialmente ao nível da legislação;
- Deverá existir mais debate sobre a descentralização a nível do município, especialmente no que se refere ao papel da sociedade civil e autoridades tradicionais neste processo;
- As OSC deverão esforçar-se por capacitar, a nível dos municípios, as autoridades com poder de decisão e “financeiro”;
- As OSC deverão advogar para que os municípios tenham mais autonomia na gestão dos recursos locais, liderando eles próprios os concursos públicos;
- As OSC deverão continuar a advogar para aumentar a capacidade dos recursos humanos em relação à transformação dos municípios em unidades orçamentais;
- Existe necessidade de as OCB (Organizações Comunitárias de Base) e as ONGs serem capacitadas endogenamente ao nível da profissionalização e da organização financeira;
- Para os municípios que não entraram no grupo dos 68 da fase inicial do processo de descentralização, o governo deverá lançar concursos públicos locais, mas o papel da sociedade civil continua a ser importante a nível da província e dos próprios municípios;
- As organizações engajadas neste processo têm de apoiar os CACS e os Fóruns.

## PROVÍNCIA DO UÍGE

- A participação activa dos administradores e representantes das administrações na conferência provincial é um indicador da existência de um clima favorável para o reforço do diálogo entre a administração do Estado e as OSC, assim como do interesse da administração do Estado pelas ações da sociedade civil;
- Houve um maior engajamento das OSC (Redes locais) no processo de democratização do país e ações de advocacia para melhoria do nível de satisfação das necessidades da população;
- Nota-se uma melhoria dos mecanismos de articulação entre OSC, sobretudo na partilha de informações;
- Apesar do engajamento e responsabilidade das OSC, é de lamentar a quase inexistência de representações de ONGs nos municípios, fora do município sede da província;
- Existe um forte défice no seio das OSC no que concerne à utilização de técnicas de comunicação e divulgação de informação;
- Apesar dos esforços conjugados entre OSC e MINFAMU, a violência no género é notória a nível da província.
- Dever-se-á reforçar o diálogo entre as OSC e as estruturas da administração do Estado para aproveitar de forma positiva a abertura proporcionada pelas administrações;
- Dever-se-ão manter e reforçar os actuais mecanismos de articulação entre as OSC e uma coordenação rotativa do processo para corresponder aos actuais anseios da sociedade civil;
- Dever-se-á incentivar a realização regular dos CACS com a participação dos representantes das OSC;
- Dever-se-á promover a realização de fóruns a nível dos municípios e comunas para proporcionar a participação dos cidadãos na melhoria do processo de governação;
- Dever-se-á privilegiar mais as ações de advocacia social para permitir que as OSC se adequem ao contexto actual e saibam distinguir a fase de emergência da do desenvolvimento;
- Dever-se-ão criar estruturas no seio das OSC vinculadas à informação e comunicação, e procurar adaptar os mecanismos e sistemas de comunicação às novas tecnologias da informação;
- As demais franjas da sociedade civil devem redefinir o seu papel e posicionamento face às consequências resultantes da violência no género, em todas as suas vertentes.

**ANEXO III - Questionário e diagrama da nova estrutura de coordenação a implementar****QUE ESTRUTURAS (COM QUE FUNÇÕES) CRIAR?**

Que funções se deverão incluir nas atribuições do grupo de coordenação?

- Circular informação pelas províncias e redes temáticas
  - Mobilizar indivíduos e organizações para tomadas de posição
  - Mobilizar recursos para manter todas as outras funções
  - Monitorar os doadores e as suas políticas
  - Representar, se necessário, e mandatado, na tomada de posições
- 

Deveremos criar uma estrutura governativa (voluntários) e estrutura executiva (contratados)?

- Só governativa
- Executiva e governativa

Que funções para os grupos temáticos e geográficos?

- Circular informação pelos membros da rede
  - Monitorar políticas públicas do sector / região
  - Monitorar legislação do sector
  - Alimentar CACS com informação do sector
  - Alimentar o grupo de coordenação com informação
  - Mobilizar para tomar posição
  - Articular com o grupo de coordenação
- 

Que grupos de trabalho temáticos acha prioritário criar?

- Discussão da Constituição
  - Direitos Humanos
  - HIV SIDA e Saúde
  - Segurança alimentar e agricultura
  - Criança
  - Educação
  - Microfinanças e sector informal
  - Ambiente
-

O que pensa da estrutura abaixo?

- Estou de acordo
- Estou em total desacordo
- Gostaria de ver as seguintes adaptações



Que funções para o grupo organizador da III conferência?

- Questões logísticas e administrativas
- Questões de comunicação e relações públicas
- Questões temáticas e de conteúdo
- Condução dos trabalhos durante a conferência
- Comunicação com os líderes das conferências provinciais

Parece-lhe que o grupo de coordenação deva ser necessariamente o grupo organizador da conferência?

- Sim
- Não

O que pensa da regra de todos os presentes na conferência terem direito a voto diferenciando-se os que estão com um mandato (direito a 2 votos) dos outros (1 voto)?

- Sim
- Não

## ANEXO IV – Conclusões e recomendações da conferência “Participação Cívica dos Cidadãos no Processo Constituinte”

No início de 2009, as organizações Associação Construindo Comunidades (ACC), o Fórum Regional para o Desenvolvimento Universitário (FORDU), o OMUNGA, a Plataforma Nacional da Sociedade Civil Angolana para as Eleições - (PNASCAE) e o Observatório Político Social de Angola (OPSA), começaram a desenvolver o projecto Participação Cívica dos Cidadãos no Processo Constituinte – Por uma Constituição Cidadã.

No âmbito do referido projecto, e durante o mês de Março, as organizações acima citadas efectuaram consultas junto das comunidades, debates radiofónicos, mesas redondas, um *workshop* técnico e uma conferência nacional que teve lugar em Luanda no dia 02 de Abril de 2009. Estes encontros tiveram como objectivo a recolha de contribuições das organizações da sociedade civil e de indivíduos para a futura Constituição da República de Angola, tendo contado com a presença de inúmeros representantes das OSC.

Os trabalhos tiveram como suporte o Ante-Projecto de Constituição da República de Angola de 2004, produzida pela então Comissão Constitucional, bem como a Lei Constitucional vigente. Teve-se igualmente em conta a Declaração Universal dos Direitos Humanos e demais Tratados Internacionais relativos aos Direitos Fundamentais, assim como os usos e costumes das comunidades consultadas no processo.

Ao abrigo do disposto nos números 1 e 2 do artigo 9.º, da Lei n.º 2/09 de 6 de Janeiro, as organizações acima referidas apresentaram, a 06 de Abril de 2009, as contribuições da sociedade civil à futura Constituição junto do Presidente da Assembleia Nacional em exercício, conforme se passam a descrever.

### Contribuições de Organizações da Sociedade Civil para o Processo Constitucional

As organizações da sociedade civil, participantes do evento, reconhecem e têm consciência que o processo constitucional reforça a reconciliação e unidade nacional se for efectivamente dada a oportunidade aos cidadãos de participarem e influírem na vida pública da nação. Os participantes tomam nota positiva do facto do Estado, no estrito cumprimento do seu dever, ter apelado à participação da sociedade civil no processo constituinte, não obstante alguns condicionalismos, tais como a limitação do tempo, a fraca divulgação e sensibilização sobre o processo, os termos da instituição, metodologia e evolução do processo, a restrição a algumas províncias e o cepticismo em relação à eficácia da contribuição dos cidadãos para o processo constitucional.

#### 1. Princípios fundamentais

Os participantes concordam que o texto constitucional para Angola deve fundar-se nos seguintes princípios:

- A pessoa humana, a sua dignidade e os direitos e garantias a ela inerentes, são o núcleo da Constituição, sendo a organização política e estatal apenas um instrumento para a sua efectivação, pretendendo-se uma Constituição cidadã.
- O primado da lei, a igualdade formal e material entre os cidadãos.
- A justiça social.
- A separação e interdependência dos poderes, bem como a descentralização e desconcentração do poder político.
- A democracia participativa, onde os cidadãos são actantes no debate, na tomada de decisão e controlo da execução das políticas públicas, que é algo além da democracia representativa.
- O reforço do princípio republicano na actuação dos entes públicos através da salvaguarda dos bens públicos e da prevalência do interesse público.
- A distribuição equitativa dos rendimentos da riqueza do país.
- A função social da propriedade.

A garantia de todos os princípios supra-citados está em consonância com o artigo 159.º da Lei Constitucional vigente, segundo o qual, as alterações à Lei Constitucional e à aprovação da Constituição de Angola têm de respeitar:

- a) a independência, integridade territorial e unidade nacional;
- b) os direitos e liberdades fundamentais e as garantias dos cidadãos;
- c) o Estado de Direito e a democracia pluripartidária;
- d) o sufrágio universal, directo, secreto e periódico na designação dos titulares electivos dos órgãos de soberania e do poder local;
- e) a laicidade do Estado e o princípio da separação entre o Estado e as igrejas;
- f) a separação e interdependência dos órgãos de soberania e a independência dos Tribunais

## 2. Estrutura da Constituição

- A ordem de tratamento dos assuntos e a organização formal dos conteúdos da proposta no Ante-Projecto da Constituição de Angola de 2004 foram consideradas pelos participantes adequadas para a nova Constituição do País.

## 3. Assuntos e Conteúdos

- Com base nos princípios acima referidos, os participantes propuseram durante as discussões o seguinte:

### 3.1 Princípios e Objectivos Fundamentais do Estado

- Os participantes consideraram como adequados os princípios e objectivos fundamentais do Estado que constam do Ante-Projecto, apenas realçando que o princípio de independência e integridade territorial deve reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica, religiosa e linguística do país. Outrossim, acordou-se que a organização político-administrativa pode ser flexibilizada, desde que num contexto de desenvolvimento harmonioso e sustentável de todo o território nacional e bem-estar de todos os cidadãos.
- No que se refere a línguas, importa consagrar a sua oficialização, no contexto da sua valorização e promoção. Quanto aos símbolos nacionais, os participantes decidiram que se deve manter o princípio legal da não coincidência dos símbolos dos partidos políticos com os da nação.

### 3.2 Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais

- No que toca ao direito de antena, os participantes concordaram que todos os partidos devem ter tempo igual e em cadeia nacional.
- Deve-se institucionalizar apropriadamente o patrocínio judiciário para os economicamente desfavorecidos, através de estrutura específica que privilegie a contratação de advogados de alta qualidade técnica e com honorários dignos, dedicados exclusivamente a essa tarefa.
- Em relação ao direito à educação, o Estado deve implementar políticas públicas de incentivo ao ingresso e permanência dos alunos na escola.

### 3.3 Direitos Cívicos e Políticos

- Em relação ao princípio da igualdade, a orientação sexual não pode originar qualquer tipo de preconceito.
- Todas as intervenções militares internacionais devem ser aprovadas pela Assembleia Nacional e tornadas públicas.
- A violência doméstica deve receber tratamento penal especial de forma a combater-se essa prática danosa à estrutura familiar.
- Os cidadãos também devem ter legitimidade para propor iniciativa de referendo à Assembleia.
- O texto do número 3 do artigo 21.º da Lei Constitucional vigente, que sintoniza as normas angolanas com os tratados internacionais de direitos humanos, deve ser mantido integralmente na futura Constituição.

Em relação à criança:

- a criança deve ser considerada como sujeito activo de direitos, de acordo com a interpretação contida na Convenção dos Direitos da Criança e na Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança;
- O texto do artigo 30.º da Lei Constitucional vigente deve ser mantido integralmente na futura Constituição;
- O Estado deve educar as crianças para a vida em democracia.
- Todo o cidadão privado da sua liberdade pelo Estado, sem prejuízo das restrições previstas em função da sua condição, não pode perder os seus direitos, mormente o acesso à educação, saúde, informação e condições carcerárias dignas, em consonância com as “Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos”, da ONU.
- O povo exerce o poder político directamente ou por intermédio dos seus representantes eleitos por sufrágio universal, directo, secreto, livre, igual e periódico, ressalvando-se que o mesmo se aplica inclusive aos governadores e vice-governadores provinciais, administradores municipais e comunais.
- Os cidadãos sem filiação partidária podem apresentar as suas candidaturas independentes às eleições legislativas e autárquicas.
- Deve ser definida uma data fixa para a realização das eleições legislativas, presidenciais e autárquicas.
- Deve-se institucionalizar uma Comissão Nacional Eleitoral independente com autonomia administrativa e financeira.
- Os cidadãos angolanos residentes no exterior têm o direito a votar nas eleições presidenciais.
- Os partidos políticos devem publicar as listas dos seus candidatos com um mínimo de 3 meses de antecedência em relação à data das eleições.
- Deve-se proceder à criação de um Tribunal de Justiça Eleitoral cujos juízes serão eleitos pelo colégio de juízes do Tribunal Constitucional.
- As autoridades tradicionais devem ser apolíticas no exercício das suas funções e não podem apoiar actos de partidos políticos, seja de que modo for.

### 3.4 Direitos Económicos, Sociais e Culturais

- Direito a salário igual pelo trabalho igual.
- Direito à livre escolha de trabalho.
- O ingresso na função pública não pode ser limitado pela idade da pessoa.
- Garantir o subsídio de desemprego involuntário.
- Garantir em absoluto a assistência médica e medicamentosa gratuita e de qualidade.
- Garantir e regular os preços no sector imobiliário, tornando-os acessíveis aos cidadãos.
- Garantir o acesso fácil ao trabalho, aos serviços e locais públicos, assim como eliminar todas as barreiras arquitectónicas às pessoas com deficiência.
- Combater os efeitos negativos da poligamia na sociedade.
- Criar instituições com condições próprias para albergar os idosos que não tenham amparo.
- Todos os cidadãos têm o direito à alimentação e o Estado tem o dever de garantir os meios que permitam o exercício desse direito.
- Ensino gratuito, obrigatório e de qualidade no mínimo até à 13ª classe do primeiro ciclo do ensino secundário.
- Em casos de calamidade, a assistência humanitária de emergência deve ser um direito dos cidadãos, a ser regulamentada em lei ordinária.
- As comunidades tradicionais e as suas práticas culturais devem ser protegidas através da demarcação das suas terras.
- As empresas e indústrias extractivas devem ser responsabilizadas socialmente no combate à pobreza. Leis ordinárias deverão estabelecer as obrigações para com as comunidades nos seguintes aspectos: fundos para bolsas de estudos; investimentos para bibliotecas; assistência social; alimentação; desenvolvimento sustentável e continuado; protecção das práticas culturais.

- O meio ambiente deve ser considerado numa perspectiva equilibrada de desenvolvimento sustentável, isto é, salvaguardando-se os interesses das gerações vindouras. As reservas ambientais devem ser protegidas.
- A remuneração salarial deve ter valor económico correspondente ao custo de vida.
- A informação sobre arrecadação das receitas pelo Governo e as despesas consequentes da aplicação do orçamento geral do Estado devem ser publicadas, no mínimo trimestralmente, em Diário da República e sítio electrónico, assim como afixadas em locais públicos. Essa responsabilidade deve ser do Poder Executivo a nível nacional, provincial e municipal.
- O Estado tem a obrigação de promover a reforma agrária, de forma que a todos os cidadãos seja garantido o direito à terra. A expropriação é garantida apenas com o fim da função social da propriedade, guiando-se pela efectivação do princípio da igualdade material e fornecendo uma indemnização justa e adequada.

### 3.5 Órgãos de Soberania e Poderes Locais

- O Presidente da República, os Governadores Provinciais, os Administradores Municipais e os Administradores Comunitais devem ser eleitos por sufrágio secreto, directo, periódico, livre e universal.
- A forma de governo deve ser semi-presidencialista, onde o Presidente da República seja o Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro o Chefe de Governo.
- O Primeiro-Ministro executa efectivamente as políticas administrativas do Governo e, periodicamente, apresenta o relatório de contas do governo à Assembleia Nacional. O Primeiro-Ministro será indicado pelo partido vencedor das eleições legislativas e nomeado pelo Presidente.
- Os mandatos dos deputados da Assembleia Nacional, do Presidente da República, do Primeiro-Ministro, dos governadores provinciais e dos administradores municipais e comunitais devem ser de 4 anos.
- As eleições legislativas devem ser simultâneas às autárquicas.
- O candidato de um partido político, uma vez eleito Presidente da República ou Governador Provincial, deverá deixar o cargo que ocupa no seu partido.
- A nomeação dos Juizes-Presidentes dos tribunais Constitucional, Supremo, e de Contas, far-se-á por selecção do Presidente da República de um(a) candidato(a) em lista de 3 candidatos remetida pela Assembleia Nacional.
- Os demais juizes serão indicados de acordo com o processo previsto no Ante-Projecto de 2004.
- Os tribunais devem gozar de autonomia administrativa e financeira.
- As competências dos Administradores Municipais e Comunitais e dos Governadores Provinciais devem ser claramente definidas, bem como as competências dos Autarcas.
- Qualquer cidadão deve ter legitimidade para propor um projecto de lei à Assembleia Nacional – iniciativa popular.


**ANEXO V - Resumo do relatório financeiro**

V1	FINANCIADORES	RECEB.	GASTOS	%	SALDO	%
V111	PAANE (UTA/ACP - CE)	66.108,56	60.051,92	91%	6.056,64	9%
V112	TROCAIRE	10.000,00	400,00	4%	9.600,00	96%
V113	CORDAID	65.106,50	47.798,10	73%	17.308,40	27%
V114	OXFAM	10.000,00	10.000,00	100%		0%
V115	COOP. ESPANHOLA		28.400,00		-28.400,00	
V116	OPEN SOCIETY	15.000,00	15.000,00	100%		0%
V117	IBIS	18.000,00	8.314,00	46%	9.686,00	54%
V118	APN	5.696,57	5.689,54	100%	7,03	0%
V119	EMBAIXADA DA HOLANDA	20.283,27	20.283,27	100%		0%
V120	NORAD - DW - LUPP	15.728,00	14.680,70	93%	1.047,30	7%
V121	EMBAIXADA DA FRANÇA	14.989,00	0		14.989,00	100%
V122	PARCEIROS LOCAIS	11.686,51	9.281,62	79%	2.404,89	21%
V123	WORLD LEARNING	24.000,00	23.200,00	97%	800,00	3%
A12	CONFERENCISTAS	2.492,00	0		2.492,00	100%
V125	SALDO FINAL 2007	34.182,00	34.182,00	100%		0%
A11	CDPA - CHEVRON	65.149,00	65.149,00	100%		0%
	<b>TOTAL</b>	<b>378.421,41</b>	<b>342.430,15</b>	<b>90%</b>	<b>35.991,26</b>	<b>10%</b>

**MAPA RESUMO DOS RECEBIMENTOS VS GASTOS - SALDO FINANCEIRO**
**MAPA - ORÇAMENTO VS DESPESAS**

Organização: Centro de Desenvolvimento e Parcerias de Angola

Projecto: Conferência Nacional - 2008

Financiador: Diversos

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO 2008	2008 - 2009		2009	
			TOTAL GERAL		SALDO	
			VALOR	%	VALOR	%
B	CUSTOS					
B1	COORDENAÇÃO, GESTÃO, FACILITAÇÃO E APRESENTAÇÃO					
B11	Grupo de Coordenação	30.000,00	30.000,00	100%	0,00	0%
B12	Facilitação e Moderação	9.000,00	9.000,00	100%	0,00	0%
B13	Secretariado-Apoio	3.000,00	3.000,00	100%	0,00	0%
	<b>Total Parcial</b>	<b>42.000,00</b>	<b>42.000,00</b>	<b>0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>
C1	RECURSOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS					
C11	Gestão da Conferencia	12.210,57	12.210,57	100%	0,00	0%
C12	Coordenador (Conteúdo e Metodologia)	5.200,00	5.200,00	100%	0,00	0%
C13	Viagem Internacional	1.800,00	1.800,00	100%	0,00	0%
C14	Hospedagem	2.000,00	2.000,00	100%	0,00	0%
C15	Alimentação	1.000,00	1.000,00	100%	0,00	0%
C16	Auditoria	10.000,00	10.000,00	100%	0,00	0%
C17	Consultor Sénior Contabilidade	3.000,00	3.000,00	100%	0,00	0%
C18	Consultor Júnior Contabilidade	2.800,00	2.800,00	100%	0,00	0%
C19	Administrador / logístico	3.000,00	2.600,00	87%	400,00	13%
C20	Motorista	1.300,00	1.498,75	115%	-198,75	-15%
	<b>Total Parcial</b>	<b>42.310,57</b>	<b>42.109,32</b>	<b>100%</b>	<b>201,25</b>	<b>53%</b>

D1	CUSTOS OPERACIONAIS CDPA					
D11	Apoio Administrativo e Financeiro (50% taxa mensal)	5.435,24	5.435,25	100%	-0,01	0%
D12	Custos Operacionais (10% taxa mensal)	2.084,38	2.084,38	100%	0,00	0%
D13	Comunicação (telefone, fax, e-mail)	1.500,00	1.361,33	91%	138,67	9%
	<b>Total Parcial</b>	<b>9.019,62</b>	<b>8.880,96</b>	<b>98%</b>	<b>138,66</b>	<b>2%</b>
E1	DESLOCAÇÕES E HOSPEDAGEM CONFERENCISTAS					
E11	Viagens Nacionais	16.320,00	11.081,73	68%	5.238,27	32%
E12	Hospedagem	40.800,00	21.802,00	53%	18.998,00	47%
E13	Transporte de Apoio	6.000,00	1.912,99	32%	4.087,01	68%
E14	Per-diem - Jantar	6.800,00	5.920,00	87%	880,00	13%
	<b>Total Parcial</b>	<b>69.920,00</b>	<b>40.716,73</b>	<b>58%</b>	<b>29.203,27</b>	<b>42%</b>
F1	DESPESAS DIRECTAS COM A CONFERENCIA					
F11	Sala de Conferencia	9.000,00	6.092,00	68%	2.908,00	32%
F12	Alimentação	31.500,00	29.500,67	94%	1.999,33	6%
F13	Consumíveis	4.500,00	5.336,35	119%	-836,35	-19%
	<b>Total Parcial</b>	<b>45.000,00</b>	<b>40.929,02</b>	<b>91%</b>	<b>4.070,98</b>	<b>9%</b>
G1	COMUNICAÇÃO (IMPrensa, RELATÓRIO E WEB)					
G11	Cobertura em Directo	9.000,00	0,00	0%	9.000,00	100%
G12	Folheto Desdobrável e Programa	1.500,00	1.534,40	102%	-34,40	-2%
G13	Anuncio na Rádio	2.000,00	0,00	0%	2.000,00	100%
G14	Anuncio na Tv	2.000,00	0,00	0%	2.000,00	100%
G15	Anuncio no Jornal de Angola	1.500,00	1.000,00	67%	500,00	33%
G16	Anuncio nos Semanários	1.500,00	0,00	0%	1.500,00	100%
G17	Página Web	2.500,00	2.500,00	100%	0,00	0%
G18	Relatório Final	20.000,00	20.000,00	100%	0,00	0%
	<b>Total Parcial</b>	<b>40.000,00</b>	<b>25.034,40</b>	<b>63%</b>	<b>14.965,60</b>	<b>37%</b>
H1	DESPESAS BANCÁRIAS					
H11	Despesas Bancárias	2.482,50	633,35	26%	1.849,15	74%
H12	Imprevistos	3.730,40	4,91	0%	3.725,49	100%
	<b>Total Parcial</b>	<b>6.212,90</b>	<b>638,26</b>	<b>10%</b>	<b>5.574,64</b>	<b>90%</b>
I1	DESPESAS DAS CONFERENCIAS PROVINCIAIS					
I11	Bengo		0,00			
I12	Benguela	15.634,07	5.461,07	35%	10.173,00	65%
I13	Bié		8.000,00		-8.000,00	
I14	Cabinda		7.200,00		-7.200,00	
I15	Cunene	8.467,10	6.706,47	79%	1.760,63	21%
I16	Huambo	9.185,00	6.391,00	70%	2.794,00	30%
I17	Huíla	11.002,80	8.846,45	80%	2.156,35	20%
I18	Kuando Kubango	8.474,15	8.474,15	100%	0,00	0%
I19	Kuanza Norte	8.467,10	5.133,70	61%	3.333,40	39%
I20	Kuanza Sul	12.680,41	8.689,54	69%	3.990,87	31%
I21	Lunda Norte	7.531,00	7.600,00	101%	-69,00	-1%
I22	Lunda Sul	11.504,10	7.534,57	65%	3.969,53	35%
I23	Malanje		4.573,33		-4.573,33	
I24	Moxico	11.753,70	6.269,01	53%	5.484,69	47%
I25	Namibe		6.004,60		-6.004,60	
I26	Uíge	8.963,80	5.217,27	58%	3.746,53	42%
I27	Luanda	13.523,00	12.322,00	91%	1.201,00	9%
I28	Zaire		0,00			
	<b>Total Parcial</b>	<b>127.186,23</b>	<b>114.423,16</b>	<b>90%</b>	<b>12.763,07</b>	<b>10%</b>
J1	DESPESAS COM O REMANESCENTE DE 2007					
J11	Despesas Diversas	34.182,00	27.698,30	81%	6.483,70	19%
	<b>Total Parcial</b>	<b>34.182,00</b>	<b>27.698,30</b>	<b>81%</b>	<b>6.483,70</b>	<b>19%</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>415.831,32</b>	<b>342.430,15</b>	<b>82%</b>	<b>73.401,17</b>	<b>18%</b>



Lista de apoios à realização da II Conferência da Sociedade Civil Angolana por ordem alfabética:

**AAEA, ACADIR, APDCH, ACF, ACM, ACORD, ACPJS, ACV, ADAC, ADC, ADCES, ADDJC, ADECO, ADNERA, ADRA-Benguela, ADRA-Malanje, ADRA-Huambo, ADRA-Huíla, ADRA-Luanda, ADSCA, Advance Angola, AIDC, AJAD, AJALN AJUMA, Aliança do Hoji-ya-Henda, APN, GLIF, ARDSA, ARWSEPC, ASAMIS, ASBC, Associação dos Pescadores - Cabinda, Associação Esperança e Vida, Associação Estudantes ISCED, ATM, AZASP, BJLA, CAPDC, CARITAS - Huíla, CARITAS - Kwando Kubango, CDPA / CHEVRON, CED, CJPAZ, CJPAZ - Lunda Sul, CJPAZ - Moxico, CMB (Clube Missionário Betesda), COFAD, Projecto RECI-DESC, COOPERAÇÃO ESPANHOLA, COOPIL, CORDAID, CPJ, CRS, CVA - Cabinda, CVA - Kwando Kubango, CVA - Uíge, DASEG, DASEP, Diocese do Moxico, Don Bosco - Kwanza Norte, DW - Luanda, DW - Huambo, DW - Lunda Norte, DW/LUPP, EMBAIXADA DA FRANÇA, EMBAIXADA DA HOLANDA, Epango, Esanju Lyomãla, Espiritanos - Kwanza Norte, FONGA - Cabinda, GBECA, GPS, Grupo de Apoio a Criança, HANDCAP, Íbis, IECA - Benguela, IECA - Kwando Kubango, IERA - Uíge, IGREJA ANGLICANA - Uíge, Igreja Metodista, INACAD, Intermón Oxfam, Judeca, Kandengues Unidos, KISSOKO, LARDEF, LEPRÁ Angola, MAFIKU, MIDA, NORAD - DW - LUPP, OADEC, ODEC, OMUNGA, OPEN SOCIETY, OXFAM, PAANE, PAANE (UTA/ACP - CE), Projecto Jango Juvenil, PROMAICA, PROMAICA - Bié, PROMAICA - Moxico, Rede DESC - Uíge, Rede Eleitoral - Lunda Sul, Rede Eleitoral - Kwanza Norte, Rede Eleitoral - Cabinda, Rede Eleitoral - Uíge, Rede Eleitoral - Cunene, REDE MULHER, SECUT, SGCILA, SIMPROF - Uíge, Sindicato da Administração Saúde, SINPROF - Huíla, SOKA YOLA, TROCAIRE, Twayovoka, UNACA, UNDESCA, World Learning.**